

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITETURA

A Arquitetura Vernacular como Espaço de Intervenção

Análise de Casos de Estudo de Eduardo Souto de Moura

Helena Silva Marques

M
2025



A Arquitetura Vernacular como Espaço de Intervenção

Análise de Casos de Estudo de Eduardo Souto de Moura

Helena Silva Marques



A Arquitetura Vernacular como Espaço de Intervenção

Duas obras de Eduardo Souto de Moura

Helena Silva Marques

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Orientadora Doutora Luciana Rocha
Coorientador Professor Doutor Eliseu Gonçalves

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
2026

ao meu pai

“(...) A situação admite apenas a alternativa, ou seguir em frente, ou estagnar no caos em que os encontramos. Perante este dilema decidimos optar pela primeira posição, com a esperança firme de que ela é a única possível para aqueles que nasceram para aumentar ao passado algo de presente e algumas possibilidades de futuro, para aqueles para quem viver é criar alguma coisa de novo, não pelo desejo estúpido de ser diferente, mas pela imperiosa determinação da vida que não admita qualquer paragem ou estagnação sob pena de que a posteridade nos não perdoe.”

Fernando Távora

O meu agradecimento,

À Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, por ter sido um espaço para crescer, intelectual, académica e pessoalmente.

Aos orientadores desta dissertação,

Doutora Luciana Rocha, pela orientação rigorosa, disponibilidade constante e pela dedicação em todas as fases deste trabalho.

Professor Doutor Eliseu Gonçalves, pela partilha de conhecimento e pelo incentivo à reflexão.

Mais do que orientadores, são referências académicas que levo do meu percurso.

Aos meus pais, pelo amor e compreensão e por nunca me terem deixado desistir.

Às minhas irmãs, Alexandra, Matilde e Clarinha. Espero que estejam orgulhosas da mana e que seja sempre um exemplo na vossa vida.

Ao Marques, por tudo. Por partilhar comigo a mesma paixão.

À minha avó Céu, por todo o amor. À Ju e à Marta, por estarem sempre lá.

Aos meus avós, Helena e António, pelas memórias.

À minha amiga de (per)curso Raquel, pelas horas passadas, pela ajuda. Por ter sido casa na FAUP.

Aos meus amigos e amigas, pelas palavras e apoio constante.

A todos os que me acompanharam ao longo desta jornada.

Abstract

This dissertation explores the relationship between vernacular architecture and contemporaneity and proposes an analysis of intervention strategies in pre-existing vernacular structures, based on the study of case examples by the architect Eduardo Souto de Moura. It seeks to understand how it is possible to intervene in this context without compromising the vernacular identity of these buildings, while simultaneously ensuring their adaptation to the legal, functional and comfort requirements imposed by contemporary ways of life.

The research begins with the definition and characterisation of vernacular architecture, highlighting its cultural, constructive and territorial relevance, and analysing how these buildings reflect communities' adaptation to their territory and to the natural resources available. It then addresses the issue of rehabilitating pre-existing vernacular structures, considering the programme-related, structural and infrastructural challenges posed by legislation, including accessibility and energy efficiency standards, which require traditional solutions to be reconsidered and adapted to contemporary demands.

This reflection also extends to the impact of introducing new programmes of use, particularly tourism, which plays a significant role in rural contexts and raises specific questions regarding spatial adaptation, comfort and the functional management of building complexes. This theoretical framework provides the basis for the critical analysis of case studies that reflect distinct intervention strategies and demonstrate how the dialogue between tradition and innovation can be explored within contemporary architectural practice.

Within this scope, the cases of São Lourenço do Barrocal and Quinta do Outeiro, works by Eduardo Souto de Moura, are analysed as paradigmatic examples that remain insufficiently systematised in academic literature. Although distinct in location, context and materiality, these projects share the same tourism programme and are comparatively examined through graphic elements and photographic records according to common criteria, enabling the identification of continuities, differences and intervention strategies. In these projects, critical freedoms of intervention are assumed, revealing the complexity of working with vernacular heritage and the importance of finding balanced solutions between preservation and adaptation.

The relevance of this study lies in demonstrating that the constraints of vernacular architecture are not limiting but rather constitute a space for experimentation and opportunity.

Resumo

A presente dissertação tem como tema a relação entre a arquitetura vernacular e a contemporaneidade e propõe a análise de estratégias de intervenção em preexistências vernaculares, a partir da leitura de casos de estudo de Eduardo Souto de Moura. Procura-se, assim, compreender de que forma é possível intervir neste contexto sem comprometer a identidade vernacular destas construções, assegurando simultaneamente a sua adaptação às exigências legais, funcionais e de conforto impostas pelos modos de vida atuais.

A investigação parte da definição e caracterização da arquitetura vernacular, destacando a sua relevância cultural, construtiva e territorial, analisando a forma como estas construções traduzem a adaptação das comunidades ao território e aos recursos naturais disponíveis. De seguida, é abordada a problemática da reabilitação de preexistências vernaculares, considerando os desafios programáticos, estruturais e infraestruturais colocados pela legislação, incluindo as normas de acessibilidade e de eficiência energética, que obrigam a repensar e adaptar as soluções tradicionais às exigências contemporâneas.

Esta reflexão estende-se ainda ao impacto da introdução de novos programas de uso, em particular o turismo, que assume um papel relevante no contexto rural e levanta questões específicas de adaptação espacial, conforto e gestão funcional dos conjuntos edificados. Este enquadramento teórico serve de base para a análise crítica de casos de estudo, que refletem estratégias distintas de intervenção e demonstram como o diálogo entre tradição e inovação pode ser explorado pela prática arquitetónica contemporânea.

Neste âmbito, são analisados os casos do São Lourenço do Barrocal e da Quinta do Outeiro, obras de Eduardo Souto de Moura, que se assumem como exemplos paradigmáticos e que permanecem pouco sistematizados na bibliografia académica. Estes projetos, distintos em localização, contexto e materialidade, partilham o mesmo propósito de programa turístico e são analisados comparativamente através de elementos gráficos e registos fotográficos segundo critérios comuns que permitem identificar continuidades, diferenças e estratégias de intervenção. Nestes projetos assumem-se liberdades críticas de intervenção, revelando a complexidade em trabalhar sobre o património vernacular e a importância de encontrar soluções equilibradas entre preservação e adequação.

A pertinência do estudo passa por demonstrar que as condicionantes da arquitetura vernacular não são limitadoras, mas antes um espaço de experimentação e oportunidade.

Sumário

Introdução.....	11
1. Enquadramento.....	16
1.1 Reflexões sobre a Arquitetura vernacular	16
1.2 Condicionamentos do Lugar	25
1.3 Intervenção em Preexistências	44
2. Vernacular e Contemporaneidade	58
2.1 Programa	59
2.2 Acessibilidade.....	69
2.3 Estrutura e Infraestrutura.....	72
3. Análise de Duas Obras de Eduardo Souto de Moura.....	78
3.1 São Lourenço do Barrocal.....	79
3.2 Quinta do Outeiro	103
Considerações finais.....	116
Bibliografia	121
Índice de Imagens.....	128
Anexos	136

Introdução

O tema da presente dissertação parte do interesse pela obra do arquiteto Eduardo Souto de Moura, em particular pela sua abordagem à intervenção em preexistências vernaculares.¹

Ao longo da sua extensa produção arquitectónica, Souto de Moura desenvolveu diversos projetos de intervenção e reabilitação sobre edifícios preexistentes, como o Mosteiro de Alcobaça, o Convento das Bernardas e o Convento de Santa Maria do Bouro. Estas obras com reconhecido interesse patrimonial foram alvo de projeto de intervenção que envolveram a adaptação a novos programas funcionais, mas que procuraram preservar a identidade arquitectónica e construtiva das preexistências.

Apesar da obra de Souto de Moura ter sido estudada em diferentes perspetivas, projetos mais recentes relacionados com estruturas vernaculares, património não classificado, permanecem pouco analisados de forma sistemática. Estes projetos cruzam temas cruciais para o debate contemporâneo da arquitetura, nomeadamente, o tema do vernacular; a reabilitação e adaptação às condicionantes legais e técnicas e a mudança de uso frequentemente associada à introdução de programas turísticos. Alguns desses exemplos são o São Lourenço do Barrocal e a Quinta do Outeiro.

O São Lourenço do Barrocal corresponde a um monte alentejano, reabilitado e reconvertido em complexo turístico por Eduardo Souto de Moura em 2014, num contexto em que subsistiam apenas ruínas. Este projeto constitui um exemplo de uma intervenção sobre uma preexistência vernacular em que se preserva o espírito do lugar² e as características locais. A Quinta do Outeiro, localizada em Ponte da Barca, no Minho, fundada em 1598, assume-se como mais um exemplo de intervenção sobre arquitetura vernacular. Em 2013, os proprietários decidem reverter o seu uso em turismo rural. A abordagem do arquiteto consistiu em aproveitar toda a estrutura de pedra existente do edifício para a adaptação ao novo programa.

A escolha de casos de estudo distintos prende-se não apenas com as diferentes localizações, escalas, contextos e materialidades, mas também com as diferentes posturas adotadas face ao edificado existente. A escolha destes casos também está associada a um programa comum, o Turismo, o que permite ainda refletir sobre os desafios colocados pela introdução de novos usos, nomeadamente a preservação e a adaptação do existente às exigências contemporâneas e a padrões de conforto e

¹ No âmbito deste interesse, a autora esteve presente no Blended Intensive Programme (BIP)- Cultura Material no Alentejo: Arquitetura de terra: entre a conservação e a inovação. Para consulta do conteúdo desenvolvido no âmbito deste programa, ver anexos.

² Vd. SCHULZ, Christian Norberg. (1979) *Genius loci: Towards A Phenomenology Architecture*.

eficiência contemporâneas. Estas questões de investigação serão tema da presente dissertação.

A dissertação tem como principal **objetivo** a análise de diferentes práticas e estratégias de intervenção de Eduardo Souto de Moura em preexistências vernaculares através do estudo comparativo destes casos de estudo.

De forma a concretizar este objetivo geral, foram definidos objetivos específicos que orientam a estrutura e o desenvolvimento do trabalho. O primeiro passa por definir e caracterizar a arquitetura vernacular, de forma geral, e seguidamente num contexto mais particular, em Portugal.

De seguida, identificam-se os principais desafios associados à reabilitação de preexistências vernaculares, que se manifestam em diferentes dimensões, como a estrutural e a infraestrutural, particularmente complexas quando aplicadas a construções resultantes de processos empíricos e que, muitas vezes, não respondem aos padrões e exigências contemporâneos. A legislação desempenha um papel determinante neste contexto, uma vez que a adaptação das preexistências às normas em vigor condiciona de forma decisiva as decisões de projeto e condiciona a preservação da autenticidade do edificado. É também importante refletir sobre o impacto da introdução de novos programas e, por consequência, a mudança de uso, analisando as suas implicações na organização espacial e funcional das construções vernaculares.

Por fim, analisar comparativamente as duas obras de Eduardo Souto de Moura, o São Lourenço do Barrocal e a Quinta do Outeiro, de forma a identificar diferentes estratégias e ações sobre o património vernacular e, ainda, compreender a gestão de equilíbrio entre a preservação da identidade e a resposta às necessidades contemporâneas.

A **metodologia** deste trabalho assenta numa revisão bibliográfica sobre a arquitetura vernacular e a intervenção em preexistências, bem como a análise da legislação em vigor aplicada aos temas da reabilitação, acessibilidade, estrutura e infraestruturas e programas turísticos.

Paralelamente, é feita a recolha e análise de material gráfico relativo aos casos de estudo, tanto em relação ao período de construção, como do projeto de intervenção, através da consulta ao acervo do escritório do arquiteto Eduardo Souto de Moura. Estes elementos, nomeadamente, plantas, cortes, alçados e registos fotográficos anteriores e posteriores à intervenção, são analisados segundo critérios comuns, de modo comparativo, permitindo identificar continuidades, diferenças e estratégias de projeto dos dois casos de estudo. Esta fase inclui a visita a um dos casos de estudo, o São Lourenço do Barrocal. Este passo contribui para a análise rigorosa deste caso, baseada

na compreensão do lugar, do contexto em que se inserem, dos condicionamentos locais e das opções tomadas pelo arquiteto.

A **estrutura** organiza-se em três partes distintas:

O primeiro capítulo corresponde a um enquadramento teórico, partindo da definição de arquitetura vernacular e abordando os desafios da intervenção em preexistências e os condicionamentos do lugar.

A segunda parte estabelece uma relação entre vernacular e contemporaneidade, discutindo temas associados ao programa funcional e condicionantes que este representa e ainda questões relacionadas com a adaptação da estrutura preexistente ao novo uso e da infraestrutura, às questões da legislação e as exceções que existem na mesma para casos de reabilitação de preexistências vernaculares.

O terceiro capítulo é dedicado à análise dos dois casos de estudo do arquiteto Eduardo Souto de Moura, cuja leitura comparativa permitirá retirar conclusões sobre as práticas de intervenção do arquiteto.

O trabalho encerra com considerações finais sobre a pertinência da arquitetura vernacular no contexto atual e sobre as estratégias contemporâneas de intervenção sobre preexistências vernaculares.

Antes de avançar, importa ainda esclarecer algumas noções fundamentais. Os termos *popular*, *tradicional* e *vernacular* são utilizados muitas vezes como sinónimos, mas possuem significados diferentes. A arquitetura *popular* refere-se a uma expressão espontânea do quotidiano, associada a um modo de vida e práticas construtivas coletivas, produzida sem intervenção do arquiteto. A arquitetura *tradicional* remete para práticas e formas construtivas transmitidas ao longo do tempo, numa ideia de continuidade histórica, que se fixaram na memória de uma comunidade. A arquitetura *vernacular* é entendida como aquela que resulta da adaptação de soluções construtivas e formais às condições locais, sem recurso a arquitetos, mas sim a um saber empírico. Deste modo, na presente dissertação, adota-se o termo *vernacular* para referir os casos de estudo selecionados por ser o que melhor se adequa à natureza das preexistências.

É igualmente relevante referir que o conceito de ruína não é um tema central na presente dissertação. Independentemente do grau de degradação ou preservação, o foco incide sobre a preexistência enquanto suporte de intervenção. O interesse reside, assim, em compreender as posturas adotadas na intervenção sobre uma preexistência vernacular. Eduardo Souto de Moura tem vindo a intervir em preexistências, mas, na sua maioria, essas intervenções centram-se em edifícios classificados e com elevado valor patrimonial. Os casos de estudo selecionados distinguem-se por incidirem sobre

preexistências vernaculares não classificadas, com um carácter anónimo, abrindo um novo campo de reflexão.

1. Enquadramento

1.1 Reflexões sobre a Arquitetura Vernacular

“A arquitetura vernacular é agora o termo mais amplamente utilizado para designar a arquitetura indígena, tribal, popular, camponesa e tradicional.”³

Paul Oliver⁴, em *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*, demonstra uma preocupação central com a preservação da arquitetura vernacular. O autor reconhece a importância da continuidade das tradições construtivas, não apenas como uma forma de proteger e preservar o passado face às mudanças atuais, mas como um conhecimento essencial para o futuro da habitação. Para Oliver, a arquitetura vernacular representa a expressão material da tradição.⁵ Este pensamento reflete-se na sua abordagem, na qual vê as construções vernaculares não como vestígios de um passado ultrapassado, mas como soluções às necessidades humanas e ambientais que enfrentamos. A sua preocupação com a conservação e o estudo dessas tradições mostra que o autor reconhece que o conhecimento vernacular é fundamental para resolver os desafios da arquitetura do século XXI. O autor acredita que a solução para os problemas habitacionais da contemporaneidade passa pela valorização dos conhecimentos e competências que podemos retirar do estudo da arquitetura vernacular.⁶

São vários os termos utilizados quando nos referimos a arquitetura vernacular. O termo *anónima* ou *espontânea* atribui até uma conotação negativa, um por refletir o olhar do observador que não lhe reconhece o arquiteto e outro por parecer uma arquitetura inconsequente e sem propósito de partida. Nos Estados Unidos, os termos *camponesa* e *rural* são aplicados apenas em casos muito específicos, sendo *folk* o termo mais utilizado quando se referem a este tipo de arquitetura. Assim o termo *tradicional* é o mais utilizado na Enciclopédia.⁷

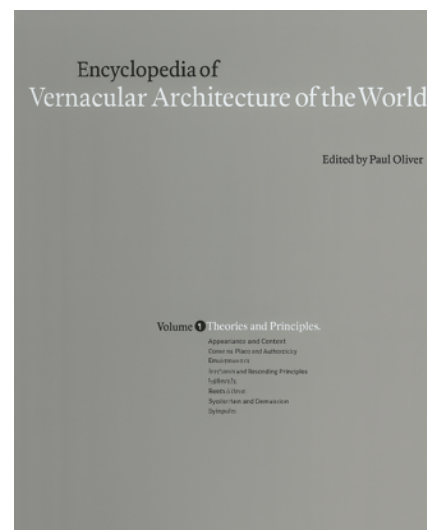


Fig.1. Livro *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Paul Oliver. 1997

³ Tradução livre. “Vernacular architecture is now the term most widely used to denote indigenous, tribal, folk, peasant and traditional architecture.” in OLIVER, Paul. (1997) *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. 1º Volume. Cambridge University Press. p.xxi

⁴ Paul Oliver (1927-2017) foi um historiador de arquitetura reconhecido pelo estudo da arquitetura vernacular em todo o mundo. <https://dwarchive.com/paul-oliver>

⁵ “Moreover, there is the issue of identification with tradition and the significance of the building heritage in giving material expression to it.” idem, p.viii

⁶ “Mass housing is rarely successful and always wasteful of skills, knowledge and motivation; the solution to the world’s housing demands will only be met, I believe, in the forthcoming century, through the support, enhancement and adequate servicing of vernacular architecture.” ibidem

⁷ idem, p.xxi



Fig.2 (em cima) Arquitetura vernacular.
Habitação nos Bijagós. Guiné-Bissau.
Da autora, 2025.

Fig.3 (em baixo) Tijolo em terra.
Bijagós. Guiné-Bissau. Da autora, 2025.

No estudo da linguagem, o vernáculo é o idioma nativo; a palavra deriva do latim *vernaculus*, que significa 'nativo'. Expandindo a analogia linguística frequentemente aplicada à linguagem, gramática e sintaxe da arquitetura formal, o vernáculo é o dialeto local ou regional, a 'linguagem comum' da construção.⁸

Esta citação de Paul Oliver faz uma analogia entre a linguagem e a arquitetura vernacular, destacando que os dois têm a sua origem em contextos locais e culturais. Ao estabelecer esta comparação, o autor sugere que tanto a arquitetura como a linguagem vernácula são expressão das necessidades das comunidades fruto de um conhecimento das práticas locais. É possível uma interpretação mais profunda a partir desta analogia: entender a arquitetura como um reflexo da cultura, dos valores e das condições de vida do Homem. Assim como um idioma evolui e se adapta de acordo com as necessidades comunicativas, a arquitetura também se adapta às necessidades locais, climáticas e dos recursos naturais. A arquitetura e, em específico, a arquitetura vernacular, é uma forma de comunicação material que expressa a relação entre o ser humano e o meio ambiente.

A arquitetura vernacular está ligada a imperativos sociais e económicos. As técnicas de construção vernaculares são aprendidas e transmitidas de geração em geração, sendo comum a coincidência entre proprietário, habitante e construtor. Todas as formas da arquitetura vernacular respondem a necessidades específicas e recorrem a técnicas tradicionais locais que refletem a esfera material e espiritual da comunidade local.⁹

⁸ Tradução livre. "In the study of language, the vernacular is the indigenous idiom; the word derives from the Latin *vernaculus*, native. Extending the linguistic analogy that is frequently applied to the language, grammar and syntax, and even the style or manner of its expression of formal architecture, the vernacular is the local or regional dialect, the common speech of building." *ibidem*

⁹ "Vernacular builders are customarily from the communities which use the structures and frequently owner-builder-occupiers, the processes of building being learned by each successive generation." *idem*, p.xxii

A partir da década de 1960, assiste-se a um crescente reconhecimento da importância da conservação da arquitetura vernacular. O *European Architectural Heritage Year 1975*, promovido pelo Conselho da Europa, teve como objetivo afirmar a importância da preservação do património arquitetónico e motivar políticas de conservação em toda a Europa. No decorrer desse ano, foi reconhecido que o património arquitetónico não se limitava apenas a monumentos e edifícios de grande valor histórico, mas também incluía construções vernaculares e conjuntos urbanos tradicionais, que fazem parte da identidade cultural das comunidades.¹⁰ No *European Architectural Heritage Year 1975* foi reforçado o compromisso político e legislativo para a proteção do património arquitetónico nos países europeus e foram adotadas medidas para garantir a recuperação e manutenção de edifícios históricos, promovendo-se o restauro e a reutilização de estruturas antigas em vez da sua demolição.

Neste contexto, o papel do ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*) assume particular relevância. Fundado em 1965 na sequência da Carta de Veneza (1964), o ICOMOS tem-se dedicado à conservação e proteção do património cultural, arquitetónico e arqueológico em todo o mundo. Esta organização trabalha para promover a investigação, a documentação e a preservação de monumentos e conjuntos históricos, ditando as boas práticas para a conservação do património. A Carta sobre o Património Construído Vernáculo, adotada em 1999, reforça a importância do mesmo como “(...) expressão fundamental de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo.”¹¹ Define ainda o vernáculo como “utilitário e, ao mesmo tempo, interessante e belo. Reflete a vida contemporânea e é, simultaneamente, um testemunho da História da sociedade. Apesar de ser obra do Homem, é também criação do tempo.”¹²

¹⁰ “In the European Architectural Heritage Year, 1975, the Council of Europe Committee on Monuments and Sites acknowledged that the architectural heritage was not solely monumental but included the ‘groups or lesser buildings in our old towns and characteristic villages in their natural and man-made settings’” idem, p.xxiv

¹¹ Tradução livre: “El Patrimonio Tradicional o Vernáculo construido es la expresión fundamental de la identidad de una comunidad, de sus relaciones con el territorio y al mismo tiempo, la expresión de la diversidad cultural del mundo.” in ICOMOS, *Carta do Património Vernáculo Construído*, 1999

¹² ICOMOS, *Carta do Património Vernáculo Construído*.

Na *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*, já referida, Paul Oliver refere ainda que apesar da arquitetura vernacular ter diferentes manifestações ao longo do tempo, pode ser categorizada em três tipos: como uma expressão simbólica e pictórica da identidade; como resultado das condições climáticas, funcionais e materiais; e como representação das qualidades espirituais, sensoriais e emocionais.¹³

No primeiro tipo, enquanto expressão simbólica e pictórica, a arquitetura vernacular é caracterizada pela sua intemporalidade e ligação às identidades locais, pela sua expressão autêntica da identidade da comunidade. É ainda mais autêntica quando são usados materiais e métodos de construção tradicionais. Nas últimas décadas têm-se registado esta abordagem à arquitetura vernacular e a mesma pode estar associada a uma reação à adoção geral do estilo internacional e também como uma certa saudade do ambiente que este tipo de arquitetura promove.¹⁴

Já no segundo tipo, no determinismo climático, material e funcional, a arquitetura vernacular é vista pelos modernistas como uma resposta racional aos materiais locais, ao clima e às necessidades funcionais. No entanto, a sua interpretação foca-se apenas nos aspetos que sustentam as ideias modernistas, apresentando-a como utilitária, funcional e esteticamente simples, valorizando a manipulação da forma e do espaço. Apenas os elementos que correspondiam a esta visão racionalista foram adotados pelos arquitetos modernos, destacando-se os volumes primários, os telhados planos, a ausência de ornamentos e a repetição de formas.¹⁵ Adolph Loos defendia que o principal ensinamento da arquitetura rural não residia nas suas formas, mas na sua adaptação direta à função. Frank Lloyd Wright partilhava esta visão, descrevendo a arquitetura vernacular como resultado de necessidades reais, ajustando-se naturalmente ao ambiente. Para ele, estas construções eram superiores às tentativas académicas de recriar estilos históricos. Le Corbusier e Gropius inspiraram-se na arquitetura vernacular, acreditando que oferecia lições valiosas para a prática arquitetónica.

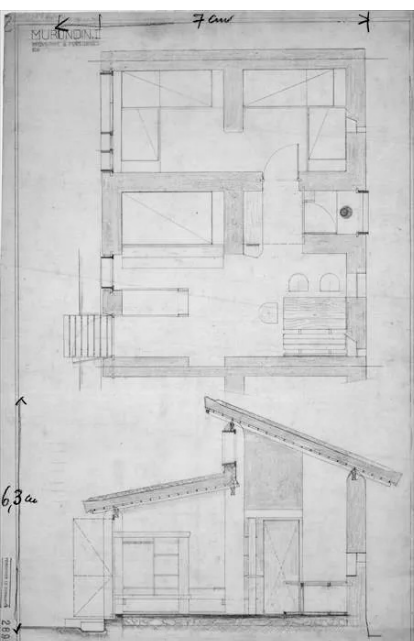


Fig. 4 Morundins. Le Corbusier.

¹³ "The manifestation of vernacular architecture in architectural practice over the centuries are many and diverse. However, the types of architecture derived from vernacular sources can be broadly characterized as follows; architecture as an iconic, picturesque evocation of symbolic identity; architecture as determined by climate, material, or function; and architecture as the embodiment of experiential, emotional, spiritual and sensory qualities." in OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. p.12

¹⁴ *ibidem*

¹⁵ "Stylistic features though to be determined by the rational processes included formal qualities such as the primary forms of mass and space, flat roofs, absence of exterior decoration, repetition of masses, and white interiors and exteriors." *idem*, p.14

O arquiteto grego Aris Konstantinidis exemplifica a fusão entre racionalismo modernista e tradição vernacular.¹⁶ Nos seus edifícios, conjugava pedra local com estruturas de betão armado de proporções rigorosas, criando uma arquitetura moderna que mantinha referências às qualidades vernaculares.¹⁷

No último tipo, a arquitetura vernacular como representação das qualidades espirituais, sensoriais e emocionais tem como objetivo melhorar a qualidade da habitação e criar espaços que os habitantes reconhecem e sintam como “casa”. Para este efeito não é obrigatório imitar os propósitos vernaculares mas sim aprender através da experiência direta do vernáculo e conseguir transmitir essas sensações materializando-as nos projetos.¹⁸

Para além de Paul Oliver, referência no estudo da arquitetura vernacular, a reflexão sobre a arquitetura vernacular inclui contributos de outros autores como Bernard Rudofsky, Fernando Távora, e Helena Roseta, cujas reflexões introduzem perspetivas complementares sobre a importância da tradição, da adaptação ao contexto e da relação entre passado e presente na produção arquitetónica. A abordagem destes autores não é realizada de forma comparativa, uma vez que as suas perspetivas surgem de enquadramentos distintos: Rudofsky num contexto internacional, Távora no contexto nacional e Helena Roseta num contexto contemporâneo. Esta análise permite compreender diferentes abordagens à arquitetura vernacular, desde a valorização da funcionalidade, do conforto e da sustentabilidade das construções tradicionais até à reflexão sobre a identidade cultural, a história e a adaptação contemporânea dos edifícios. Este enquadramento teórico sustenta o estudo das práticas e intervenções em preexistências vernaculares.

Bernard Rudofsky foi um arquiteto, historiador, curador e crítico austríaco-americano, conhecido sobretudo pelo seu trabalho na investigação e divulgação da arquitetura vernacular. Para Rudofsky, as construções tradicionais, muitas vezes ignoradas pelos arquitetos, apresentam vantagens funcionais, estéticas e sustentáveis que deveriam ser estudadas e valorizadas.

Na obra *Architecture Without Architects* (1964), que surgiu a partir de uma exposição organizada no Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova Iorque, Rudofsky explora construções tradicionais em todo o mundo, concluindo que arquitetura vernacular demonstra uma grande adaptação ao clima e ao ambiente (as construções vernaculares são mais eficientes que alguns edifícios contemporâneos em termos de conforto e



Fig. 5 Estrutura em betão forrada com tijolo de terra. São Lourenço do Barrocal

¹⁶ idem, p.13

¹⁷ Semelhança com as opções construtivas/estruturais do arquiteto em estudo nesta dissertação, Eduardo Souto de Moura

¹⁸ idem, p.14

ventilação), que é sustentável por fazer uso dos recursos disponíveis no lugar e que resulta de um conhecimento empírico transmitido ao longo de gerações, com base no saber coletivo, tornando possível a ausência de um arquiteto. Rudofsky era um crítico da arquitetura moderna, argumentando que esta por vezes ignora o conforto humano, a tradição e o espírito do lugar, e defendia que os arquitetos, ao estudar a arquitetura vernacular, poderiam criar edifícios mais sustentáveis e que respondem às necessidades atuais.



Fig. 6 Espigueiros e Eiras em Granito. *Architecture Without Architects.*

No contexto nacional, o Primeiro Congresso Nacional de Arquitetura, realizado em 1948, constituiu um marco na reflexão sobre a arquitetura no país. Organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, este evento teve como principal objetivo debater o papel da arquitetura na reconstrução e modernização de Portugal, num período marcado pelo pós-guerra e pelo regime do Estado Novo. A necessidade de encontrar soluções eficazes para os desafios urbanos e habitacionais tornou este congresso num espaço de discussão essencial para o futuro da arquitetura portuguesa. Um dos temas centrais debatidos foi o conflito entre modernidade e tradição devido a uma divisão entre os defensores da arquitetura moderna, que defendiam os princípios do Movimento Moderno e do funcionalismo, e aqueles que procuravam preservar a arquitetura tradicional e vernacular portuguesa, tema que gerou intensos debates. Muitos arquitetos defenderam que a arquitetura vernacular deveria ser estudada e respeitada como um reflexo da cultura portuguesa. A questão essencial estava na necessidade de equilibrar inovação e identidade, garantindo que a modernização não implicava uma perda das características culturais e arquitetónicas do país. O congresso teve um impacto importante no desenvolvimento da arquitetura portuguesa. Apesar das limitações ideológicas impostas pelo Estado Novo, permitiu abrir o debate sobre a

necessidade de uma arquitetura mais funcional e consciente da realidade social. As ideias discutidas ajudaram a equilibrar modernidade e tradição.

Esta discussão impulsionou um Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa, o que resultou no livro *Arquitetura Popular em Portugal* (1961).

Fernando Távora, em *O Problema da Casa Portuguesa* (1947), mostra a importância da História e Cultura para a produção da arquitetura contemporânea.¹⁹ É um ensaio fundamental para a compreensão da arquitetura portuguesa do século XX, que desafia a visão tradicionalista da época²⁰ e marca um ponto de viragem na reflexão sobre a identidade da arquitetura no país. O conceito de *Casa Portuguesa* idealizado defendia uma arquitetura baseada em elementos vernaculares e tradicionais, entendidos como a expressão autêntica da identidade nacional, o que originou uma visão conservadora afastada das inovações e das novas necessidades da sociedade moderna.

Távora propõe uma abordagem dinâmica, que reconhece a evolução histórica da arquitetura em Portugal e a influência de diferentes movimentos construtivos. Para Távora a arquitetura não deveria ser baseada apenas em elementos formais, mas sim na capacidade de responder às necessidades contemporâneas, mantendo um diálogo entre tradição e modernidade.

Um dos principais contributos do ensaio foi a introdução da ideia de uma *terceira via*, uma alternativa entre o historicismo conservador e a rutura com a tradição, “nem exatamente moderno, nem exatamente tradicionalista, qualquer coisa intermediária”²¹. Em vez de copiar o passado ou rejeitá-lo completamente, Távora defende uma arquitetura que respeite os valores da tradição, mas aberta à inovação e à adaptação às novas realidades e necessidades, teoria que a aplica nos seus projetos e intervenções em preexistências vernaculares. Este pensamento influenciou profundamente a geração seguinte de arquitetos portugueses, incluindo o arquiteto em estudo nesta dissertação, Eduardo Souto de Moura.

O *Problema da Casa Portuguesa* continua a ser um texto de referência no debate atual sobre a identidade da arquitetura em Portugal. O questionamento da arquitetura tradicional e a proposta de uma nova abordagem na arquitetura moderna continuam a ser temas atuais, especialmente num momento em que a conservação do património e a adaptação da arquitetura vernacular aos novos tempos constituem desafios centrais.

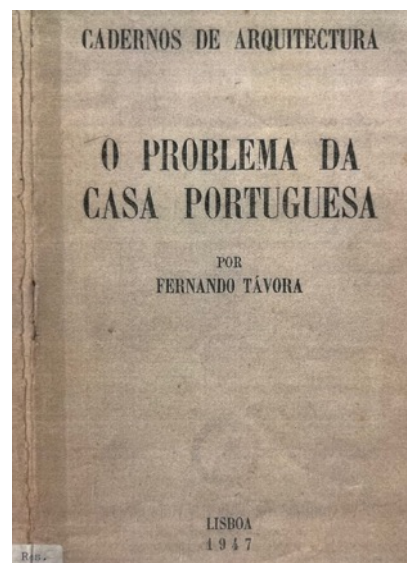


Fig. 7 O Problema da Casa Portuguesa. Fernando Távora. 1947.

¹⁹ Fernando Távora in <https://www.up.pt/press/book-author/fernando-tavora>

²⁰ Portugal vivia sob o regime do Estado Novo, que promovia uma visão nacionalista e historicista da arquitetura.

²¹ FIGUEIRA, Jorge. *Contribuições de Fernando Távora para a arquitetura portuguesa*.

Entrevista disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/892079/contribuicoes-de-fernando-tavora-para-a-arquitetura-portuguesa-uma-entrevista-com-jorge-figueira>

A visão de Távora de uma arquitetura com história, mas disponível a ser adaptada à evolução das sociedades de Hoje, permanece como um exemplo de equilíbrio no diálogo entre passado e futuro.²²

Em 1955 integra uma equipa e participa no *Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa*.

[Távora define a arquitetura vernacular como] qualquer estilo que nasce do Povo e Terra com a espontaneidade e vida de uma flor; e Povo e Terra encontram-se presentes no estilo que criaram com aquela ingenuidade e aquela consciência que caracterizam todos os atos verdadeiramente sentidos, sejam eles de um homem ou de uma comunidade, de uma vida ou de muitas gerações.²³

O pensamento de Fernando Távora, ao valorizar a tradição e a história da arquitetura portuguesa como elementos fundamentais para a criação contemporânea, estabelece um diálogo que se prolonga na reflexão mais recente de Helena Roseta sobre a arquitetura vernacular, no prefácio da quarta edição do livro *Arquitetura Popular em Portugal*.

[Para a arquiteta, a arquitetura vernacular é] A autenticidade, o despojamento, a sábia utilização de materiais, a resposta eficiente às necessidades, mas também a variedade de soluções, a beleza formal, a harmonia com a paisagem (...).²⁴

Helena Roseta destaca a relevância da arquitetura popular como uma importante fonte para o estudo da arquitetura, uma vez que, ao ser analisada com um olhar crítico e preparado, pode representar ensinamentos essenciais para a compreensão da disciplina arquitetónica. A simplicidade e a intuição que caracterizam estas construções tornam mais óbvias as lógicas estruturais e funcionais, proporcionando uma visão direta e autêntica dos fundamentos da arquitetura. Assim, a sua reflexão valoriza a arquitetura vernacular como um meio de aprendizagem e de compreensão dos princípios arquitetónicos fundamentais.²⁵

²² FIGUEIRA, Jorge. *Contribuições de Fernando Távora para a arquitetura portuguesa*.

²³ TÁVORA, Fernando. (1945) *O problema da casa portuguesa*. p.12

²⁴ ROSETA, Helena. (2004) Prefácio *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, edição da Ordem dos Arquitectos. p.vi

²⁵ *ibidem*

A decadência da arquitetura e, em específico, da arquitetura vernacular, segundo o arquiteto Eduardo Souto de Moura, pode estar relacionada com a intenção dos arquitetos em produzir arte.²⁶

O trabalho de Souto de Moura revela a indissociabilidade entre teoria e prática, e a sua obra reforça a importância da discussão atemporal da arquitetura vernacular e da intervenção em edifícios com preexistências vernaculares, partindo daí a relevância e escolha dos casos de estudo da presente dissertação.



Fig. 8 (em cima) São Lourenço do Barrocal.

Fig. 9 (em baixo) Quinta do Outeiro.

²⁶ El Croquis nº 218. Eduardo Souto de Moura. 2015-2023 p.18

1.2 Condicionamentos do Lugar

A definição de uma unidade geográfica baseia-se em fatores naturais e humanos comuns.²⁷

Os naturais definidos pela geologia, que determina a morfologia da paisagem e, por consequência, os materiais de construção disponíveis no local; pela orografia, que condiciona o uso do solo, os acessos e a ocupação humana; pela hidrografia, pelo clima, que influencia o modo de vida, a agricultura e os materiais e soluções construtivas; e, por fim, pela vegetação, que influencia modo de uso do território e os recursos que este disponibiliza.

Os fatores humanos são definidos pelos modos de vida e tradições, pela forma como a população vive da terra e constrói o sentimento de comunidade, promovendo a coesão e continuidade do território; pela ocupação do solo e pela densidade populacional e como a distribuição ou concentração dos aglomerados define a paisagem; e pelos elementos vernaculares, as soluções construtivas locais adaptadas ao meio e que expressam a relação entre Homem e Lugar.

São estes fatores que dão a ideia de coesão e pertença e que nos trazem o sentimento de “não sairmos da mesma terra”.²⁸

Com base neste enquadramento, a análise de autores como Orlando Ribeiro e Ernesto Oliveira torna-se relevante, uma vez que ambos procuram interpretar o território português e criar ligações entre elementos naturais e modos de vida.

Segundo Orlando Ribeiro, a leitura do território português revela uma divisão assente em dois grandes contrastes estruturantes que moldam o carácter das paisagens e das vivências: a influência atlântica e mediterrânea, e as zonas interiores mais afastadas e isoladas destas influências. Desta forma, afirma que o território é organizado em três grandes regiões naturais - o Norte atlântico, o Norte transmontano e o Sul²⁹ - que não se definem apenas por critérios geográficos, mas também por condições climáticas, orográficas e culturais.

²⁷ National Geographic Education. *Region*.

Disponível em: <https://education.nationalgeographic.org/resource/region/>

²⁸ “Uma região geográfica caracteriza-se por certa identidade de aspectos comuns a toda ela. Não apenas as condições gerais de clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relevo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, nos darão o sentimento de não sairmos da mesma terra.” in RIBEIRO, Orlando. (1991). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p.140

²⁹ “Havendo de repartir Portugal, as divisões principais serão dadas pelo contraste entre influências mediterrâneas e atlânticas e, nestas, pela sua atenuação com o afastamento do litoral. Norte atlântico, Norte transmontano e Sul são as divisões fundamentais da terra portuguesa.” idem, p.144

Além disso, o autor consegue ainda definir outras duas divisões: duas faixas ao longo do território que se estendem de Norte a Sul, uma que corresponde às áreas próximas do litoral e outra que corresponde aos territórios do interior.³⁰

Para Ernesto Oliveira, a compreensão da arquitetura vernacular não se esgota na análise das condições físicas ou económicas que moldam o território. Embora a dimensão espacial e o meio físico influenciem a forma e a função da casa popular, estes elementos não são suficientes para explicar a totalidade do seu significado.

[Para Oliveira, a casa é] acima de tudo um produto do Homem, um facto de cultura, e será no próprio Homem e nas leis da sua criação cultural que se devem procurar a razão de ser e a explicação decisivas da casa que é a sua obra.³¹

Tendo em conta estas definições de divisão das diferentes áreas geográficas e culturais do território português, e passando para uma abordagem mais particular à casa, verifica-se, e concordando com o autor Ernesto Oliveira, que a casa popular em Portugal assume várias formas e variações de acordo com a região em que se insere, podendo organizar-se em tipologias como casas térreas ou de dois pisos, incluindo as casas-torre, casas compactas ou casas pátio, abertas ou fechadas. A diversidade construtiva também se reflete pelos materiais utilizados, que variam de acordo com as características do solo e dos costumes locais, incluindo construções em pedra, como de granito, xisto ou calcário, bem como soluções em materiais mais leves, como a taipa, adobe, tijolo ou a madeira.³²

Essa diversidade tipológica e construtiva evidencia a inexistência de uma “unidade em matéria de Arquitectura”³³. Ainda assim, essa heterogeneidade não exclui a presença de elementos comuns, não no tipo nem na forma, mas em algo relacionado com o “carácter da nossa gente, revelada nos edifícios que constrói (...)”³⁴

³⁰ “Se a oposição climática e orográfica entre o Norte e o Sul constitui o mais vigoroso elemento de variedade, o contraste entre as regiões adjacentes ou mais sujeitas às influências do litoral e as áreas sertanejas de Leste permite que se desenhem, ao longo do território português, duas faixas irregulares, dispostas no sentido norte-sul, onde se repetem tipos de paisagem que deram ao homem a sugestão dos mesmos modos de vida.” idem, p.132

³¹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga. (1992). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 1ª edição, Dom Quixote. p.14

³² idem, p.17

³³ *Arquitectura Popular em Portugal*.

³⁴ ibidem

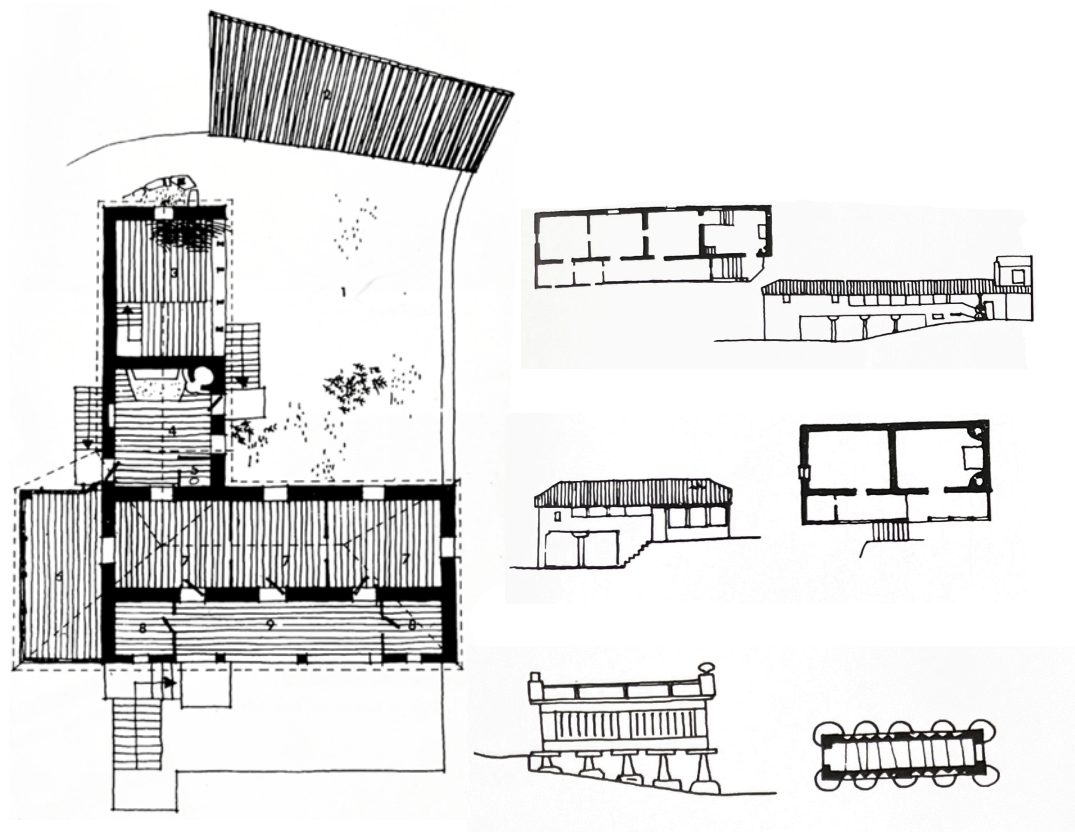


Fig. 10 (em cima, à esquerda) Planta piso superior: Casa de Lavoura. Guimarães. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Fig. 11 (em cima, à direita) Tipologias na Zona Minho. Casa de Lavoura com escada integrada, Casa de Lavoura e Espigueiro em Pedra. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Fig. 12 (em baixo) Casa de Lavoura. Guimarães. *Arquitectura Popular em Portugal*.

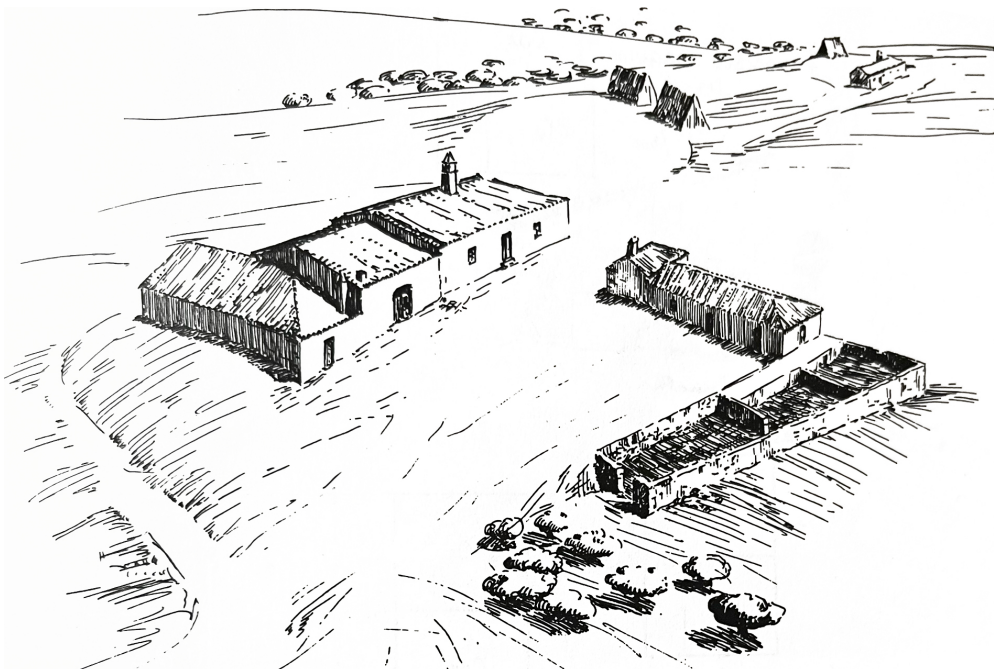
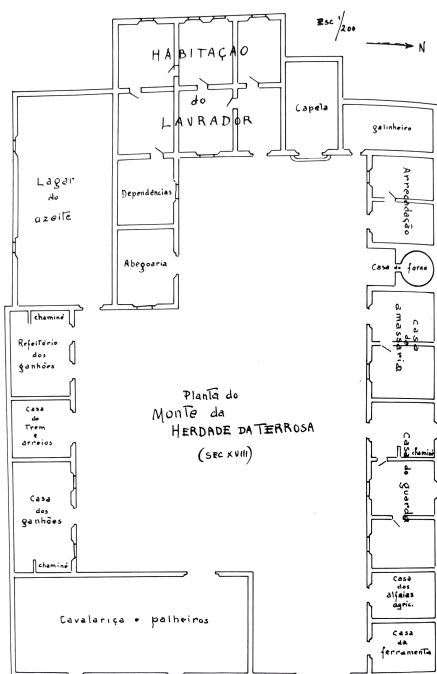


Fig. 13 (em cima, à esquerda). Planta do Monte da Herdade da Terrosa. Estremoz.. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

Fig. 14 (em cima, à direita) Forno. Monte da Herdade da Terrosa. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

Fig. 15 (em baixo) Monte da Cascalheira. Serpa. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

A casa popular portuguesa, independentemente das múltiplas variações regionais, é marcada pela simplicidade e, de forma geral, confere uma planta ortogonal. Apesar desta base comum, a diversidade geográfica e cultural nacional dá origem a formas fundamentais de habitação popular, entre as quais se distingue claramente a casa do Norte e a casa do Sul.³⁵ De forma geral, associa-se a casa de andar à casa do Norte, com nítida distinção entre a função de cada um dos andares, o andar inferior para recolha de gado e o superior para habitação, e a casa térrea à do Sul, apenas destinada ao Homem, com edifícios anexos para programas relacionados ao gado e à agricultura.³⁶

A casa rural distingue-se pela sua continuidade ao longo do tempo, mantendo-se quase imutável perante as transformações que ocorrem na arquitetura ao seu redor. Este carácter permanente confere à habitação uma qualidade quase “eterna”, refletindo a identidade do próprio utilizador, cujo modo de vida se encontra ligado ao ritmo da natureza e às atividades agrícolas.³⁷

Segundo Demangeon, a definição das habitações rurais não deve centrar-se nos materiais de construção ou nas formas exteriores, mas sim na organização interior e nas relações que nelas se estabelecem entre os ocupantes.³⁸ Para este autor, a casa rural deve ser compreendida como um facto de economia agrícola e é dessa forma que exprime o contexto geográfico e social, de maneira mais adequada do que apenas pela análise dos materiais, da orientação ou do mobiliário. A verdadeira identidade da casa reside na ordem e coerência do plano, no qual cada espaço desempenha uma função específica e, juntos, constituem um todo que confere unidade, ideia e alma ao edifício, refletindo assim a vida, a cultura e os valores das pessoas que nele habitam.³⁹

³⁵ “Como característica comum às casas populares portuguesas em geral, pode certamente dizer-se que, em todo o País, elas se apresentam como uma grande singeleza de linhas e de estilo, (...). Em todo o País, elas mostram também, como regra, uma planta quadrangular simples (...).” in OLIVEIRA, Ernesto Veiga. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. p.21

³⁶ OLIVEIRA, Ernesto Veiga. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p.21

³⁷ *Arquitectura Popular em Portugal*.

³⁸ OLIVEIRA, Ernesto Veiga. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p.13

³⁹ DEMANGEON, Albert. *Problèmes de Géographie Humaine* apud OLIVEIRA, Ernesto Veiga. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

Zona Norte

A arquitetura vernacular do Norte de Portugal, onde se enquadra um dos casos de estudo da presente dissertação, exprime-se numa estreita relação com as especificidades do território e com os modos de vida profundamente enraizados na ruralidade da região.

Em Portugal, a pedra destaca-se como o material de construção por excelência, presente em diversos elementos da paisagem rural, desde muros, muros de suporte, a caminhos, monumentos e construções ligadas à agricultura e à habitação. A sua utilização recorrente deve-se à abundância do material no território, em contraste com a zona sul do país, onde em certas regiões a pedra é escassa, recorrendo-se a alternativas como a taipa, o adobe e o tijolo.⁴⁰ Nas construções mais antigas e rudimentares, sobretudo em habitações e anexos agrícolas, é comum o uso de blocos de pedra irregulares, que se encaixam entre si sem recurso a argamassas, revelando uma técnica construtiva mais primitiva.⁴¹ Esta abordagem evidencia uma simplicidade funcional, em que a forma e o encaixe dos materiais desempenham um papel estrutural. Mesmo nos exemplos de arquitetura monumental em pedra, a escolha e o modo de utilização do material estão intimamente condicionados pelas características específicas das rochas disponíveis no lugar.⁴²

No Norte de Portugal, a habitação rural tradicional caracteriza-se geralmente por uma organização funcional em dois pisos: o rés-do-chão destinado a usos agrícolas e pecuários, e o andar superior reservado à habitação. Estes dois níveis, embora sobrepostos, funcionam de forma autónoma, sendo o acesso ao piso da habitação, por vezes, feito por uma escada exterior em pedra.⁴³ A construção privilegia o uso de pedra local e fachadas com poucas aberturas, com blocos sobrepostos, podendo ou não recorrer a argamassas ou reboco. As coberturas variam consoante a região,

⁴⁰ "Apenas na planura alentejana, e não só onde faltam bons afloramentos de rocha, a taipa se usa de maneira sistemática" in RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. p.92

⁴¹ "Nas habitações mais antigas e de tipo mais rústico, nos anexos de lavoura, empregam-se blocos de várias formas e tamanhos, que se ajustam e travam pelas próprias irregularidades; o uso de argamassa não é geral e denota um aperfeiçoamento do processo de construção." in RIBEIRO, Orlando. (1961). *Geografia e Civilização. A civilização do granito do norte de Portugal vs A civilização do barro do sul de Portugal*. Lisboa. p.23

⁴² "A arquitectura de pedra, mesmo a que tem carácter monumental, depende estritamente da natureza das rochas." idem, p.31

⁴³ "A entrada para a parte de habitação faz-se por uma escada exterior de pedra, paralela ou perpendicular à fachada, com patamar em frente da porta principal" in RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. p.92

materializadas em telha, colmo ou lousa, e é frequente a ausência de chaminé, em contraste à zona Sul, elemento de grande importância.⁴⁴

Elementos como varandas em madeira, alpendres e pátios murados reforçam o carácter funcional e adaptado ao meio rural.⁴⁵ Esta tipologia, que apresenta diversas variações consoante o relevo e a inserção na malha das povoações, é predominante em todo o Norte do país, refletindo uma economia de pequena escala ligada sobretudo à agricultura e à criação de gado.⁴⁶

Dentro da arquitetura vernacular em pedra, típica do Norte do país, é possível distinguir- duas zonas: uma zona oeste, onde se usa o granito, e uma zona leste, onde a arquitetura em xisto tem expressão acrescida.⁴⁷

No Minho, região onde se localiza a Quinta do Outeiro, caso de estudo, o uso predominante do granito⁴⁸ não é apenas uma resposta à abundância do material no local, mas também uma marca identitária da paisagem construída.

A ocupação dispersa do território está intimamente ligada à prática agrícola tradicional, cujas vinhas moldam os campos e delimitam os espaços habitados.⁴⁹ A paisagem minhota é caracterizada pela presença de vegetação abundante em simultâneo com a pedra cinzenta, contrastando em cor e textura.⁵⁰

As casas construídas em granito, muitas vezes associadas a um carácter austero, tiram partido das condições orográficas, aproveitando o desnível do terreno para criar pisos intermédios, estando o rés-do-chão tradicionalmente associado aos animais e o piso superior ao habitante, como já referido.



Fig. 16 Fachada em Granito, anterior à intervenção. Quinta do Outeiro.

⁴⁴ “A cobertura é de telha vã (telhado), de colmo (colmado) e de lousa (lousado) na Montanha, e o fumo, que enegrece o interior, escoá-se pelas aberturas do tecto, geralmente sem chaminé.” ibidem

⁴⁵ “O patamar é muitas vezes provido de alpendre e a fachada principal de uma varanda corrida, de madeira, coberta pelo mesmo telhado. À frente da casa existe com frequência um pátio ou eido, rodeado de um muro de pedra.” ibidem

⁴⁶ “Com inúmeras variantes, adaptadas ao relevo ou à implantação nas povoações, é esta a forma dominante das casas em todo o Norte, (...). Ela exprime perfeitamente uma área de pequena exploração agrícola associado ao pastoreio ou criação de gado de lavoura.” idem, p.93

⁴⁷ “Esboça-se um contraste leste-oeste, que é em parte o do xisto e granito (...)” idem, p.150

⁴⁸ “(...) materiais líticos, únicos capazes de durar e envelhecer lentamente.” in *Arquitetura Popular em Portugal*.

⁴⁹ Tradução livre “Minho is essentially a granite region: its characteristic dispersed but dense settlements relate to the traditional individual vinho verde vineyards. Greenery, grey stone and fog typify the landscape. Houses built with granite ‘climbed’ the hills to allow the creation of intermediary floors, and used the ground floor to house the animals, and upper level to eat and sleep. A wide wooden veranda, covered with a tiled roof, was the common facade of those buildings.” in OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. 2º Volume. p.1536

⁵⁰ “Greenery, grey stone and fog typify the landscape.” ibidem

A fachada principal destas habitações era frequentemente marcada por uma varanda de madeira, coberta por um telhado que funciona como espaço de transição entre interior e exterior.⁵¹

Estas construções implantam-se de forma a privilegiar o alçado Sul e a exposição solar, protegendo-se das chuvas de Sudoeste.⁵² As zonas exteriores relacionadas com a habitação funcionam como uma “autêntica sala ao ar livre”⁵³. Apesar do isolamento, persiste um forte sentido de comunidade, visível em elementos como os fornos comunitários, construídos com paredes em granito, de grande espessura.⁵⁴



Fig. 17 Paisagem Zona Minho. *Arquitectura Popular em Portugal*.

⁵¹ “Houses built with granite ‘climbed’ the hills to allow the creation of intermediary floors, and used the ground floor to house the animals, and upper level to eat and sleep. A wide wooden veranda, covered with a tiled roof, was the common facade of those buildings.” *ibidem*

⁵² “Protegem-se das chuvas do Sudoeste e oferecem ao Sol as faces mais vivas e abertas, deixando para o caminho público ailhargas do coberto, ou a fachada da casa devastada pelas intempéries, onde se destacam as minúsculas janelas dos quartos e o largo portão de acesso ao quinteiro.” in *Arquitectura Popular em Portugal*.

⁵³ *Arquitectura Popular em Portugal*

⁵⁴ “A feeling of the ‘open’ or ancient community life is felt in villages within this area, where communal ovens with thick granite walls for making the weekly bread still frequently exist, as do thatched houses.” in OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. p.1537

Zona Sul

A arquitetura vernacular no Alentejo, onde se enquadra o primeiro caso de estudo analisado na presente dissertação, o São Lourenço do Barrocal, nasce de uma relação profunda com a paisagem envolvente e com os modos de vida do lugar. Nesta região, marcada por planícies e horizontes abertos, o edificado tende a assumir uma forma concentrada, em contraste evidente com a dispersão e a fragmentação que caracterizam as zonas mais acidentadas a norte do Tejo.⁵⁵

Muitos dos povoados alentejanos têm origem remota, com raízes que remontam à ocupação romana. Nos centros históricos das vilas e cidades do Alentejo permanecem ainda vestígios da malha urbana romana, em particular do traçado *cardus-decumanus*. Este sistema, que assenta num eixo norte-sul⁵⁶ e outro este-oeste, foi ao longo dos séculos transformado pela ocupação muçulmana, medieval e moderna, dando a origem a uma morfologia urbana que tende para a circularidade.⁵⁷

No Alentejo, podemos considerar a casa rural e a casa urbana. A casa rural corresponde ao *monte*. Os montes, grandes propriedades rurais, dominantes no território alentejano, constituem um exemplo dessa herança e moldam não só a organização do espaço agrícola, mas também a lógica de implantação dos núcleos habitacionais.

Os montes podem ser casas solarengas, às vezes com dois ou três andares, com terreiro e pátio murado, até casas térreas mais ou menos modestas e pequenas, ajustadas às necessidades (...).⁵⁸

Com uma implantação simples e funcional, estes edifícios evocam a estrutura das antigas vilas romanas, frequentemente caiados e rodeados por campos de trigo dourado e oliveiras⁵⁹, assumindo-se como referências visuais num território vasto e de baixa densidade construída.

⁵⁵ “Alentejo’s plain landscapes, extensive rural property, and concentrated urban settlements are a direct contrast with the rough natural scenery in the areas north of the Tagus River.” in OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. p.1520

⁵⁶ Caso de estudo São Lourenço Barrocal

⁵⁷ Alentejo’s historical centres sometimes relate to the ancient Roman-type *cardo-decumanus* – with its north-south axis (*cardus*) and its east-west axis (*decumanus*) – transformed and blended by centuries of Muslim-medieval and modern reconstruction, giving the overall image of a circular pattern.” in OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. p.1521

⁵⁸ OLIVEIRA, Ernesto Veiga. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. p.168

⁵⁹ “Probably of a Roman origin, the hill settlements (*monte*) – typical one-floor rural complexes based on the residential villas – have survived. Finished with white clay or whitewash, they are visually dominating

O monte alentejano, compreendendo as habitações e os edifícios de apoio à agricultura, dispostos numa herdade com limites pouco definidos, é um “exemplo muito certo do tipo complexo de casa de pátio aberto, que traduz a vida da terra (...)”⁶⁰

A casa do sul é “expressão do clima, da natureza do solo e, sobretudo, da paisagem humana, económica e cultural, peculiar da região em que surge” e “comparada com a do Norte (...), apresenta características totalmente diversas, no que se refere nomeadamente à sua forma essencial, aos materiais típicos de construção que nela se usam e às suas funções, sublinhando expressivamente os contrastes geográficos entre duas zonas.”⁶¹ Tal como na casa do Norte, a casa do Sul apresenta, na maioria das vezes, uma planta quadrangular e distingue-se pelo número de pisos. A habitação do Sul, pela natureza do material e do que este lhe permite, e ainda pela sua exigência programática⁶², é quase sempre de um só piso.

Em termos construtivos, a arquitetura vernacular no Alentejo apresenta uma diversidade de materiais, selecionados em função da disponibilidade local. Como materiais, a casa do Alentejo usa o próprio terreno argiloso, a taipa, onde está implantada, bem como mármore, calcários moles e tijolo de fabrico artesanal na construção de cúpulas e abóbadas⁶³. O uso destes materiais na construção do Sul deve-se à escassez da pedra e à qualidade da terra local, adequada para produção de elementos construtivos que trazem vantagens ao nível do isolamento.⁶⁴ A casa do Sul é, assim, uma casa construída com materiais leves, que trazem uma grande plasticidade e liberdade, mas que não permitem construções em altura.⁶⁵



Fig. 18 Taipa. Da autora.

under blue skies, a vast scenery of aligned olive trees and yellow wheat fields.” in OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. p.1520

⁶⁰ OLIVEIRA, Ernesto Veiga. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. p.170

⁶¹ idem, p.151

⁶² Não precisa de um andar para recolha de gado uma vez que é feita em edifícios independentes à habitação.

⁶³ “The architectural materials used in domestic buildings are diverse and include granite, marble, schist (xisto), adobe and taipa (for plaster walls), and small mass bricks (tijolo burro) used in delicate dome-structure (abobadilha).” in OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. p.1521

⁶⁴ OLIVEIRA, Ernesto Veiga. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. p.151

⁶⁵ idem, p.20

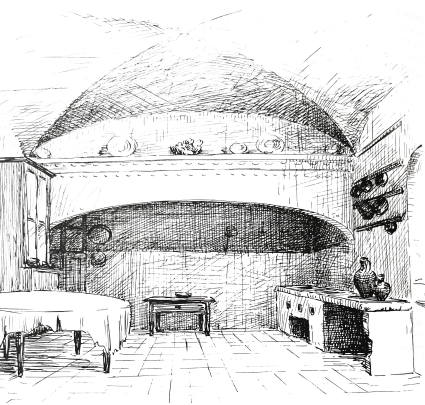


Fig. 19 Cozinha no Sul. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

Fig. 20 O papel da mulher na caiação. *Arquitectura Popular em Portugal*.

A expressão exterior das casas é marcada por uma série de elementos que a diferencia.

A chaminé, habitualmente com uma forma de pirâmide quadrangular⁶⁶ na casa do Sul e em oposição à da casa do Norte, é assumida no alçado frontal e está associada à cozinha interior, que se localiza junto à porta de entrada⁶⁷. Esta chaminé tem a capacidade de escoar todo o fumo para o exterior, evidenciando uma limpeza e claridade na cozinha, que contrasta com a imagem da cozinha do Norte, normalmente mais escura.⁶⁸

As escassas e pequenas aberturas, que protegem as fachadas do sol intenso, e os beirais simples ou trabalhados, que funcionam como um elemento de sombreamento, devem-se ao controlo da luminosidade intensa e das temperaturas altas no Verão, ajudando a manter o interior fresco.

O telhado, maioritariamente de uma água,⁶⁹ apresenta pouca inclinação.

O revestimento a cal, elemento muito simbólico desta construção, funciona como um meio de defesa contra a luz e contra o calor, e é geralmente feita pelas mulheres e renovada frequentemente, o que lhe confere um aspeto pitoresco e alguma textura.⁷⁰ Tem um papel fundamental na definição dos volumes e acentua os vãos.⁷¹

Outro elemento diferenciador e identitário são os contornos coloridos, em tons de azul, vermelho, amarelo, verde ou cinzento, à volta das portas, janelas e no contacto das construções com o piso.

O forno, elemento comum nas casas do Sul, é sempre exterior à habitação e localizado em pequenos edifícios independentes. Nos montes de menor dimensão, reduzem-se apenas ao forno, no entanto, nos de maior dimensão, tratam-se de construções mais nobres, normalmente com ligação a um alpendre ou pátio.⁷²

⁶⁶ Semelhante à chaminé da zona do Minho

⁶⁷ *idem*, p.155

⁶⁸ *idem*, p.153

⁶⁹ *idem*, p.152

⁷⁰ *ibidem*

⁷¹ "A cal contribui para uma definição clara dos volumes e acentua o recorte dos vãos" in *Arquitectura Popular em Portugal*.

⁷² OLIVEIRA, Ernesto Veiga. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. p.155



Fig. 21 Extraindo o barro, amassando e moldando. *Arquitetura Popular em Portugal.*

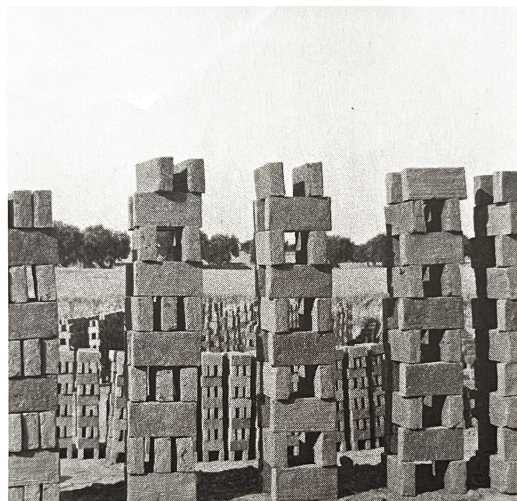


Fig. 22 Aperfeiçoando a moldagem, secagem, o forno. *Arquitetura Popular em Portugal.*

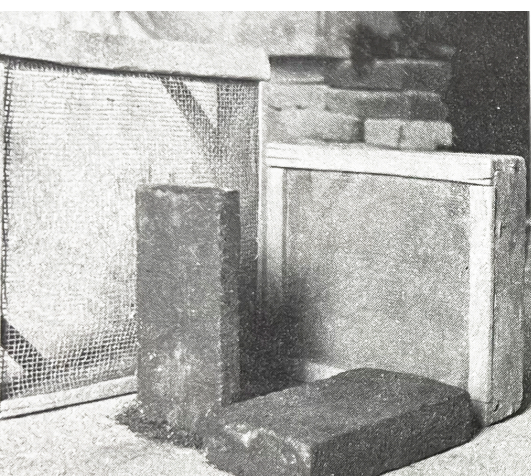


Fig. 23 Material e utensílios, tijolo em pisos térreo e elevado. *Arquitetura Popular em Portugal.*

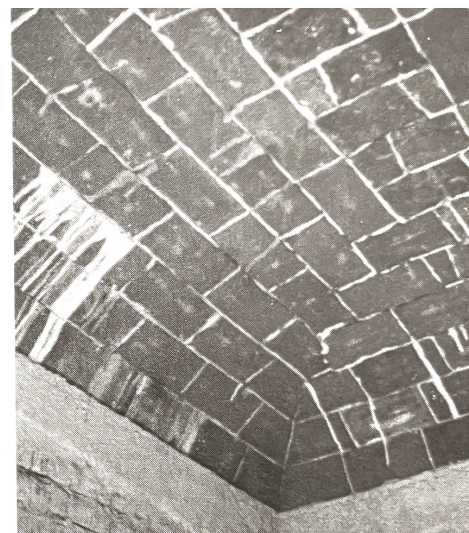
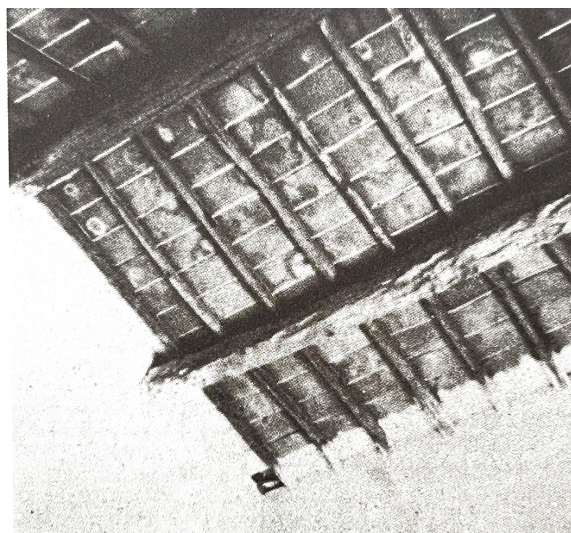
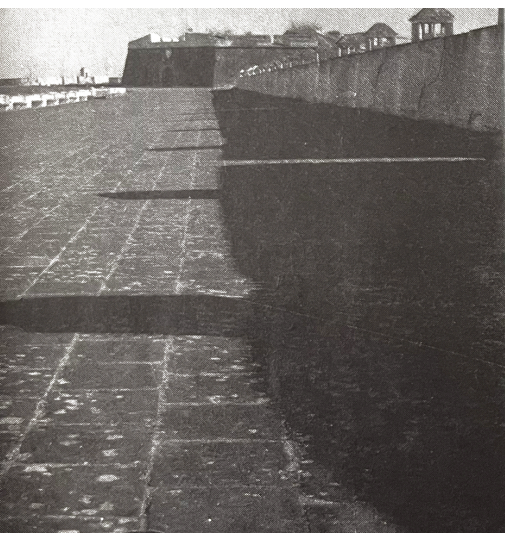


Fig. 24 Revestimento de terraço, forro de cobertura e abobadilha. *Arquitetura Popular em Portugal.*

Todos estes princípios construtivos da arquitetura vernacular são ainda hoje muito atuais e referência para o projeto contemporâneo. O livro *Conceitos Bioclimáticos para os Edifícios em Portugal* apresenta princípios fundamentais e a sua aplicação nos edifícios, de forma a que estes se adaptem às condições climáticas em Portugal.⁷³

Os autores definem o conceito de *Arquitetura Passiva* ou *Arquitetura Bioclimática* como “uma arquitectura que, na sua concepção, aborda o clima como uma variável importante no processo projectual, revelando o sol, na sua interação com o edifício, para um papel fundamental no mesmo”⁷⁴ e ainda argumentam que “mais importante que a denominação, são os princípios, os conceitos fundamentais, um conjunto de regras simples, que mais não visam compreender quais as variáveis climáticas existentes no local, sol, vento, água, e como essas variáveis podem interagir com o edifício de forma positiva e propiciar as condições de conforto térmico adequadas a cada espaço.”⁷⁵

Tendo em conta estas definições e conceitos, é possível estabelecer um paralelismo com a arquitetura vernacular e com as diferentes formas de se contruir nas distintas regiões.

Considerando a localização dos casos de estudo desta dissertação, verifica-se que o **São Lourenço do Barrocal** se integra na Zona I3-V3. Nesta zona, caracterizada pelo seu clima seco, as estratégias de arrefecimento radiativo ou evaporativo são as mais eficazes e a inércia térmica deve ser elevada. A relação entre a área dos envidraçados e áreas opacas deve atender à necessidade de um equilíbrio entre o verão e o inverno. No interior do Alentejo, devido ao inverno rigoroso, há necessidade de promover ganhos solares para o aquecimento, enquanto que, no verão, estes devem ser evitados.

Se analisarmos as preexistências vernaculares nesta região, percebemos que estas já demonstravam uma preocupação com as condições climáticas, recorrendo a paredes com maior espessura para garantir uma maior inércia térmica. Atualmente, graças ao avanço tecnológico, já são consideradas outras soluções construtivas, mas é importante ter sempre em atenção os “princípios básicos dos ensinamentos dessa “Arquitetura Popular”.”⁷⁶

Para se construírem edifícios que atendem às necessidades contemporâneas, com elevado nível de conforto, é necessário “minimizar as perdas e os ganhos térmicos através da envolvente opaca e, utilizar vãos com orientação que favoreçam os ganhos

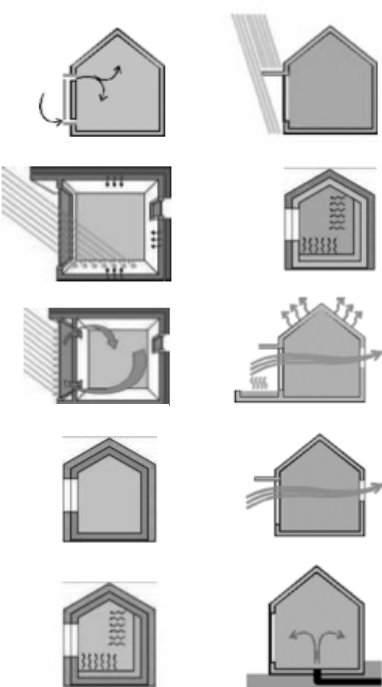


Fig. 25 (lado esquerdo) Estratégias Bioclimáticas Inverno. Zona I3-V3.

Fig. 26 (lado direito) Estratégias Bioclimáticas Verão. Zona I3-V3.

⁷³ GONÇALVES, Helder; MARIZ GRAÇA, João. (2004). *Princípios Bioclimáticos para os Edifícios em Portugal*. Lisboa. p.4

⁷⁴ ibidem

⁷⁵ ibidem

⁷⁶ ibidem

solares no Inverno (Sul), minimizando o seu impacto negativo no Verão (vãos a ponte) e com possibilidade de sombreamento.”⁷⁷

Já na Zona I3-V2, no concelho de Ponte da Barca, onde se localiza a **Quinta do Outeiro**, o inverno é mais rigoroso do que o verão. Assim sendo, no inverno surge a necessidade da utilização de tecnologias solares passivas de aquecimento. Devem promover-se ganhos solares, restringir perdas por condução, isolando a envolvente, e promover uma forte inércia, recorrendo a paredes austeras e isoladas pelo exterior.

No verão o clima é quente e seco e “face às temperaturas e humidades registadas nos diagramas psicrométricos, (...) a utilização de massa térmica pesada e arrefecimento radiativo. Soluções de arrefecimento evaporativo também não parecem desajustadas.”⁷⁸, parecem suficientes para tornar o edifício mais confortável termicamente. Devem-se restringir os ganhos solares, sombreando vãos envidraçados e considerando ainda a estratégia de arrefecimento evaporativo, promovendo a ventilação através de espelhos de água.

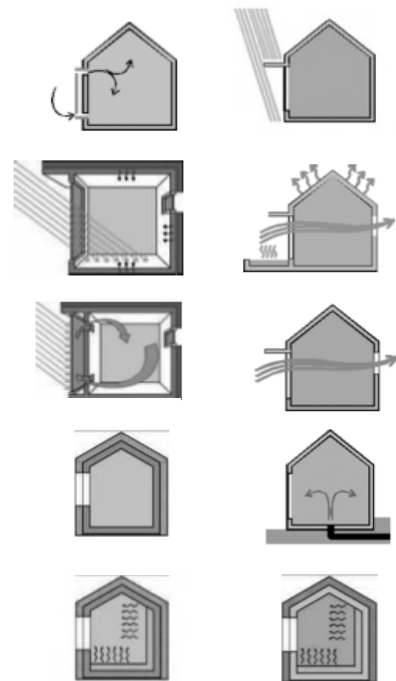


Fig. 27 (lado esquerdo) Estratégias Bioclimáticas Inverno. Zona I3-V2.

Fig. 28 (lado direito) Estratégias Bioclimáticas Verão. Zona I3-V2.

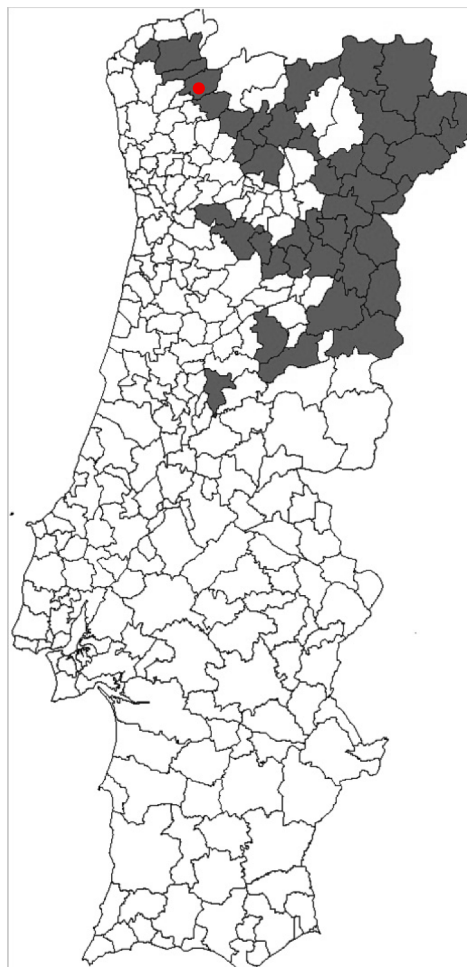


Fig. 29 (lado esquerdo) Localização do São Lourenço do Barrocal. Reguengos de Monsaraz. Zona de Clima I3-V3

Fig. 30 (lado direito) Localização da Quinta do Outeiro. Ponte da Barca. Zona de Clima I3-V2

⁷⁷ idem p.17

⁷⁸ ibidem, p.28

A leitura do território, tal como foi apresentada, evidencia a importância dos condicionamentos físicos, climáticos, construtivos e funcionais na definição das diferentes expressões da habitação popular em Portugal. As distinções entre regiões ou entre diferentes materiais e tipologias permitem compreender, de forma objetiva, como o edifício responde às condições concretas do lugar.

No entanto, esta análise não se esgota no entendimento da relação entre arquitetura e território. Para além dos fatores físicos, existe uma dimensão menos tangível, comum a este tipo de arquitetura, que lhe atribui significado e identidade. A arquitetura vernacular não é apenas resultado de condicionantes geográficas ou técnicas, mas também da forma como o Homem se reconhece no lugar que habita, constrói memória e atribui valor simbólico ao espaço. É nesta esfera, em que o físico e o cultural se encontram, que a arquitetura deixa de ser apenas abrigo ou resposta funcional e passa a assumir um papel estruturante na construção do sentido de pertença.

Assim, a compreensão do contexto do lugar exige uma abordagem que não se limite à leitura objetiva do território e das suas manifestações materiais, mas que inclua também a dimensão imaterial e simbólica. É neste enquadramento que se torna pertinente mencionar o conceito de **Genius Loci**. O conceito tem origem romana e defende que todo o “ser” independente possui o seu *genius*, espírito que dá vida ao indivíduo e aos lugares, acompanhando-os desde o nascimento até à morte e determinando o seu carácter e essência.⁷⁹

Christian Norberg Schulz, arquiteto e teórico, no seu livro *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*, define lugar:

O que, então, queremos dizer com a palavra “lugar”? Obviamente, referimo-nos a algo mais do que uma localização abstrata. Referimo-nos a uma totalidade composta por coisas concretas, dotadas de substância material, forma, textura e cor. Em conjunto, estas coisas determinam um “carácter ambiental”, que é a essência do lugar. Em termos gerais, um lugar é definido precisamente por esse carácter ou “atmosfera”.⁸⁰

⁷⁹ “Genius loci is a Roman concept. According to ancient Roman belief every “independent” being has its genius, its guardian spirit. The spirit gives life to people and places, accompanies them from birth to death, and determines their character or essence. Even the gods had their genius, a fact which illustrates the fundamental nature of the concept. The genius thus denotes what a thing is, or what it “wants to be”, to use a word of Louis Kahn.” in SCHULZ, Christian Norberg. *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*. Nova Iorque. p.18

⁸⁰ Tradução livre. “What, then, do we mean with the word “place”? Obviously, we mean something more than abstract location. We mean a totality made up of concrete things having material substance, shape, texture and colour. Together these things determine an “environmental character, which is the essence of place. In general, a place is given as such a character or “atmosphere”” idem, p.6

O *lugar*, para Schulz, não é uma soma de elementos isolados, mas sim uma totalidade, não admitindo redução em nenhuma das suas propriedades nem desconsiderando a sua natureza concreta.⁸¹

Para o autor, o principal papel da arquitetura é transformar um sítio num lugar.⁸² Há uma diferença entre um espaço físico e um lugar com identidade e carácter. O arquiteto é um interprete do contexto e, através da sua ação ao intervir no existente, pode redescobrir as qualidades do contexto.

Schulz defende que a teoria da arquitetura deve ser enraizada na experiência do lugar, na fenomenologia, e não ser abstrata ou conceptual. Para que essa teoria tenha uma base operativa, deve considerar os modos de construção e a forma como se articulam com o espaço em que se inserem.

Esta relação entre técnica construtiva e articulação formal mostra que o lugar não é apenas um conceito simbólico, mas também uma realidade construtiva.⁸³ A perspetiva do autor aproxima-se com a lógica do vernacular, na qual os modos de construir estão relacionados com o clima, materiais locais, técnicas empíricas e modo de vida. A arquitetura contemporânea deve compreender e reinterpretar estes modos de construção numa perspetiva de continuidade e de dar forma a lugares com significado. O turismo moderno, programa dos casos de estudo desta dissertação, segundo o autor, revela o interesse humano em experienciar diferentes lugares. Na perspetiva do autor, “(...) o homem moderno acreditou que a ciência e a tecnologia o tinham libertado de uma dependência direta em relação aos lugares.”⁸⁴, o que evidencia uma tensão entre a natureza do ser humano e a lógica abstrata da modernidade. Por um lado, o turismo revela que o ser humano mantém o desejo de experienciar lugares com autenticidade, com atmosfera, paisagens e culturas distintas. Por outro lado, a confiança moderna no progresso científico e tecnológico pode levar à ilusão de que o lugar se torna irrelevante e substituível por soluções desligadas do contexto.

Esta libertação do lugar trouxe ao Homem espaços genéricos, sem identidade, nos quais o habitar e o estar se tornam insuficientes. Daí a importância do vernacular: trazer de volta a relação direta com o lugar. Reinterpretar essa lógica no presente é ir contra uma tendência da abstração, é voltar a conectar a arquitetura com os condicionamentos do contexto.

⁸¹ “A place is therefore a qualitative, “total” phenomenon, which we cannot reduce to any of its properties, such as spatial relationships, without losing its concrete nature out of sight.” idem, p.8

⁸² “the existential purpose of building (architecture) is therefore to make a site become a place, that is, to uncover the meanings potentially present in the given environment.” idem, p.18

⁸³ “A phenomenology of place therefore has to comprise the basic modes of construction and their relationship to formal articulation. Only in this way architectural theory gets a truly concrete basis.” idem, p.15

⁸⁴ Tradução livre: “(...) In fact modern man for a long time believed that science and technology had freed him from a direct dependence on places.” idem, p.18

Esta questão mantém-se e, já em 2008, o ICOMOS assumiu a Declaração de Québec sobre a preservação do *Spiritu Loci*. Esta declaração faz parte de uma série de medidas para proteger e promover o espírito dos lugares.

Neste documento, o ICOMOS define que “O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.), isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar.”⁸⁵

O ICOMOS afirma ainda que “Em vez de separar o espírito do lugar, o intangível do tangível e considerá-los como antagônicos entre si, investigamos as muitas maneiras dos dois interagirem e se construírem mutuamente.”⁸⁶



Fig. 31 *Spiritu Loci*.
Arquitetura Vernacular:
Bijagós, Guiné-Bissau.
Da autora, 2025.

⁸⁵ Declaração de Québec sobre a preservação do “*Spiritu Loci*” assumido em Québec, Canadá, em 4 de outubro de 2008

⁸⁶ Declaração de Québec sobre a preservação do “*Spiritu Loci*”

Genius Loci na obra de Eduardo Souto de Moura

O sítio é um pressuposto. Não existe o sítio. O sítio é um instrumento. (...) E o sítio é aquilo que se quer que ele seja. Tentou-se “vender” o sítio como entidade objetiva, com frases como: “A solução está no sítio”. A solução está na cabeça das pessoas. O Leonardo da Vinci dizia: “A Arte é coisa mental”. O sítio é coisa mental. Portanto, o sítio é tão importante quanto as outras coisas que intervêm no projeto.⁸⁷

Eduardo Souto de Moura desconstrói a visão do *sítio* ao recusar a ideia de que o contexto físico contém a solução para o projeto. Para o arquiteto, o sítio não é uma identidade objetiva nem uma verdade absoluta, mas sim um instrumento de projeto. Quando afirma que “não existe o sítio”, sublinha que o lugar não é um objeto independente do olhar humano: trata-se de uma construção mental, determinada por diferentes leituras, escolhas e decisões do arquiteto. Ao referir-se a Leonardo da Vinci reforça que o contexto, tal como na arte, não é algo fixo ou determinista na arquitetura, mas algo que pode ser lido, interpretado e transformado. O sítio, para Souto de Moura, é tão importante como qualquer outro fator do projeto. O autor do projeto é responsável por saber interpretar o lugar, não como elemento que dá respostas, mas como matéria-prima disponível para ser trabalhada.

O arquiteto compreende, tal como os autores abordados anteriormente, que há maneiras diferentes de viver, dependentes do sítio, por exemplo, no Sul e no Norte. O autor refere que esta diferença não tem a ver com a realidade, mas sim com o *Tipo*, e que este está relacionado com a disposição da casa e uma determinada maneira de viver. Em oposição ao Norte, o Sul apresenta uma atividade ligada ao exterior e, por essa razão, a própria casa é mais aberta. Souto Moura exemplifica, argumentando que os lotes no Norte tendem a ser mais fechados e voltados para Sul, ao contrário do que acontece no Sul do país.⁸⁸

⁸⁷ PAIS, Paulo. (1994) *A ambição à obra anónima. Conversa com Eduardo Souto de Moura*. in PAIS, Paulo. *Eduardo Souto de Moura*. Blau. p.28

⁸⁸ PAIS, Paulo. *A ambição à obra anónima*.

1.3 Intervenção em Preexistências

A intervenção em preexistências não é uma questão recente das práticas contemporâneas: a abordagem a este tema tem raízes profundas na história da Arquitetura.

No início do século XIX, surgem duas teorias sobre a preservação e a intervenção em preexistências, defendidas por Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc e John Ruskin.

Para Viollet-le-Duc⁸⁹ a intervenção é necessária. O autor “(...) procurava entender a lógica da concepção do projecto. (...) Não se contentava unicamente em fazer uma reconstituição hipotética do estado de origem, mas procurava fazer uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, quando da construção, detivessem os conhecimentos e experiências de sua própria época, ou seja, uma reformulação ideal de um dado projecto.”⁹⁰

Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado que só pode não ter existido nunca em um dado momento.⁹¹

Este entendimento introduz uma leitura crítica da intervenção, em que se assume que o resultado não é uma reposição exata do passado, mas uma construção que o interpreta e o projeta para o presente.

Nesse sentido, a metodologia de Viollet-le-Duc implicava um domínio rigoroso do sistema construtivo e um conhecimento aprofundado das linguagens arquitetônicas. Só através dessa compreensão seria possível atingir os objetivos do processo de intervenção, que não visava a cópia literal, mas sim a restituição idealizada da intenção projetual, tendo por base os avanços técnicos e teóricos do tempo da intervenção.

Nesta lógica, a intervenção não deveria dissimular as alterações feitas, e as modificações introduzidas deveriam ser assumidas. As partes removidas deveriam ser substituídas por materiais de qualidade igual ou superior, assegurando a durabilidade e a coerência da obra. A introdução de novos elementos devia ser claramente identificável, valorizando a sua inserção enquanto nova fase do projeto, e não como uma tentativa de camuflagem das transformações.

⁸⁹ OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. (2009). *O Idealismo de Viollet-le-Duc*.

Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.087/3045>

⁹⁰ VIOLLET-LE-DUC, Eugene Emmanuel. (2000). *Restauração*. São Paulo. p.18

⁹¹ idem, p.29

Em simultâneo, o arquiteto defendia a reutilização funcional dos edifícios, atribuindo-lhes novos usos que respondessem às necessidades contemporâneas da sociedade, estabelecendo uma relação entre a memória do passado e a funcionalidade do presente. O pensamento de Viollet-le-Duc marcou a teoria da intervenção ao introduzir um entendimento do restauro que permanece relevante nos dias de hoje pela forma como articula a preservação, a transformação e a funcionalidade.

Em contraste, a teoria de John Ruskin representa uma das mais significativas correntes no campo da intervenção em património, assumindo uma posição anti-intervencionista. Para Ruskin, a conservação era o verdadeiro método de preservação, sustentando que, se os edifícios fossem devidamente conservados ao longo do tempo, não haveria necessidade de intervenções para o restaurar.⁹²

A sua obra *The Seven Lamps of Architecture* constitui a base teórica das suas ideias, organizadas em torno de sete princípios fundamentais: sacrifício, verdade, força, beleza, vida, memória e obediência. Nestes princípios, Ruskin manifesta uma visão profundamente ética e espiritual da arquitetura. Acreditava que esta devia ser expressão de devoção e dedicação, rejeitando qualquer forma de falsificação ou dissimulação material. Para ele, fingir era um “pecado arquitetónico”, defendendo a honestidade dos materiais e recusando qualquer imitação. O edifício devia expressar força e solidez. A beleza, por sua vez, não residia na ornamentação excessiva ou na inovação formal, mas na ligação à natureza e à tradição artesanal, valorizando a imperfeição do trabalho humano em oposição à precisão da máquina.

A memória era central na sua visão, ao considerar que a arquitetura deveria ser um testemunho da cultura e da tradição, transmitindo o legado de uma civilização às gerações futuras. Para o crítico, a arquitetura devia seguir os princípios do passado sem tentativas de inovação, uma vez que o mais importante é honrar as formas tradicionais.⁹³

A sua abordagem, que defende a conservação, recomenda os reforços estruturais e reparos que sejam necessários e rejeita imitações, cópias ou acréscimos que comprometam a autenticidade da preexistência.

Assim introduz o termo “pitoresco”⁹⁴, qualificando as obras arquitetónicas que têm um valor histórico e cultural e que revelam, através do tempo, os sinais da sua passagem.

⁹² “Es decir, la ley de la mínima intervención en el edificio como primer criterio de conservación.” in SOLÀ-MORALES, Ignasi. (2006) *Intervenciones*. Barcelona. p.27

⁹³ RUSKIN, John. (1889) *The Seven Lamps of Architecture*. Kent.

⁹⁴ Ruskin “defendia a ideia de que as edificações pertenciam ao seu “primeiro construtor”” in *O pensamento de John Ruskin*, disponível em:

<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>

A idade do edifício será o principal atributo das edificações, ganhando vida e reconhecimento à medida que assiste à evolução da cidade. A sua durabilidade transforma-se num símbolo de permanência e identidade.

Para este autor, as ruínas são vistas como sublimes⁹⁵, não pelos seus estragos ou mau estado de conservação em si, mas pelo que isso exprime indiretamente: a essência da preexistência, o desgaste e a memória. Seguindo esta lógica, o arquiteto romantiza a ideia de ruína, propondo uma reflexão sobre o impacto das ações de restauro, o que uma obra foi no passado e o que se terá perdido ao longo do tempo. Esta incerteza torna, para o autor, o ato de restauro problemático e destrutivo. Restaurar é anular a essência do edifício, visto que é impossível restituir-lhe a beleza arquitetónica original, conferida pelo seu primeiro construtor.⁹⁶

Neste sentido, o processo de restauro não passa de uma tentativa de imitação da arquitetura do passado, que resulta, para o autor, numa réplica sem sucesso, gerando uma falsa narrativa histórica.

A sua visão reforça a importância da permanência, autenticidade e memória. Ruskin vê a arquitetura como uma expressão forte, capaz de eternizar uma época, atribuindo-lhe um valor histórico e cultural. Desta forma, o autor defende que se deve preservar a integridade das edificações, enquanto conjunto formal e construtivo, de forma a constituírem um legado para as gerações futuras.

Conclui-se, assim, que os contributos de Le Duc e Ruskin representam dois paradigmas fundamentais na construção do pensamento sobre intervenções em preexistências. As posições divergentes entre os dois autores refletem a tensão permanente entre intervenção e conservação, entre transformação e memória. Esta dualidade teórica é ainda hoje debatida, estabelecendo bases para o desenvolvimento das abordagens contemporâneas de forma mais crítica e consciente à preexistência, reforçando a compreensão da intervenção como um ato que envolve não apenas a técnica, mas também a ética.

⁹⁵ *O pensamento de John Ruskin*, disponível em:
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>

⁹⁶ *O pensamento de John Ruskin*, disponível em:
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>

Carta do Património

Nesta lógica, a Carta sobre o Património Vernáculo Construído⁹⁷ indica alguns princípios de conservação fundamentais que devem ser tidos em conta nas intervenções contemporâneas nestes edifícios. Em primeiro lugar, sublinha que a conservação deve ser realizada por especialistas multidisciplinares, que reconheçam que a mudança e o desenvolvimento são fatores inevitáveis, mas que, ainda assim, saibam respeitar a identidade cultural das comunidades. Além disso, as intervenções devem respeitar os valores culturais e o carácter tradicional das construções, conjuntos e povoado, uma vez que o património vernacular raramente se expressa de forma isolada. Por isso, a preservação do vernáculo é mais eficaz quando se mantém a integridade dos conjuntos e contexto. O património vernacular integra uma paisagem cultural que deve ser considerada na intervenção. Mais do que formas e materiais, os mudos de uso, as tradições e as expressões intangíveis reforçam a ideia que a intervenção deve ter em conta o edifício como parte de um sistema dinâmico.

A carta também indica um conjunto de orientações práticas que fundamentam as intervenções. Antes de uma intervenção, deve-se proceder à investigação e documentação de cada edifício, de forma a que o conhecimento fique reunido para consultas futuras. Estas intervenções têm a necessidade de respeitar a relação entre o património e a paisagem física e cultural em que se inserem, de forma a manter a harmonia e a integridade do conjunto. Devem ser valorizados e continuados os métodos tradicionais de construção, de modo a que estes sejam conservados e transmitidos às novas gerações.

Quando se fala de materiais e da sua substituição ou adaptação, estes devem respeitar a coerência da expressão, aspeto, textura e forma original, garantido que as transformações necessárias para corresponder às exigências contemporâneas não comprometem a identidade do edifício. Desta forma, a adaptação e reutilização são formas de preservar as construções vernaculares, devendo ser realizadas de forma a conciliar a preservação e os padrões atuais do habitar. A formação e sensibilização dos estudantes e dos arquitetos é importante, para se promover conhecimento e valorização da arquitetura vernacular, garantindo que os métodos e técnicas construtivas tradicionais sejam transmitidos.

⁹⁷ ICOMOS (1999). Disponível em: https://www.patrimoniocultural.gov.pt/wp-content/uploads/2024/01/1999__carta_sobre_o_patrimonio_construido_vernaculo-icomos.pdf

As práticas contemporâneas de intervenção em preexistências assentam, em grande medida, na capacidade de conciliar a permanência material e simbólica do edifício existente com a introdução de novas exigências programáticas e técnicas. No contexto português, esta abordagem tem sido recorrente, uma vez que o território é marcado por um vasto património.

Fernando Távora

Neste enquadramento, a obra de Fernando Távora assume particular relevância, na medida em que materializa muitos dos princípios defendidos pelas cartas do património. A sua abordagem assenta numa leitura e estudo da história, da construção e do significado cultural da preexistência, encarando a intervenção como um processo de continuidade crítica, em que o novo se constrói a partir do entendimento do existente. Assim sendo, a Casa dos 24, no Porto, e a casa da Quinta da Cavada, em Briteiros, são analisadas como exemplos representativos desta postura.

Durante os anos 90, foi proposta a reconstrução da **Casa dos 24** com o objetivo de recuperar o torreão existente e a imagem da zona da Sé. A encomenda, feita ao arquiteto Fernando Távora, propôs a transformação da Casa dos 24 num memorial da história da cidade. Távora, através da intervenção, procurou recuperar a forma e reorganizar o espaço, definindo apenas o essencial. Devido à ausência de elementos que comprovassem a configuração original, Távora não procurou reconstruir o preexistente, mas recriar o significado do edifício na história do lugar.

De forma a evitar o “falso histórico”⁹⁸, o arquiteto recusou a reprodução do edifício original, optando por uma proposta contemporânea apoiada na história, evocando a torre. Assim, o novo edifício aproveitou a ruína existente, construindo uma estrutura nova em betão armado, com pavimentos em madeira e caixilharia em aço. As paredes em forma de U são revestidas a granito tanto no interior como no exterior, de modo a aproximarem-se visualmente da Sé, enquanto a cobertura é revestida a cobre.

Apesar das referências à Sé, Távora desenhou grandes vãos que refletem a sua intenção de inovar e adaptar o edifício às necessidades atuais. Até 2017, o edifício cumpria funções de posto de turismo mas o projeto foi desenvolvido sem a obrigação de responder a um programa específico, destinando-se apenas a um memorial.⁹⁹ O arquiteto procurou preservar a memória e o espírito do lugar, sem recorrer à imitação.



Fig. 32 Casa dos 24. Enquadramento. Fernando Távora.

Fig. 33 Casa dos 24. A pedra e caixilharia em aço. Fernando Távora.

⁹⁸ TÁVORA, Fernando. (1947) *O problema da casa portuguesa*. pp.7-9

⁹⁹ SOUSA, Beatriz Santos. (2018) *Intervir no património: A Casa dos 24 enquanto paradigma*. Dissertação Mestrado Integrado. FAUP.

Esta proposta, insere-se de forma natural no ambiente construído, evita conflitos com os elementos existentes e confere ao lugar um carácter contemporâneo.

A intervenção de Fernando Távora na **Casa da Quinta da Cavada**, localizada em São Salvador de Briteiros, constitui um outro exemplo da abordagem do arquiteto a preexistências vernaculares. O edifício, originalmente habitado pelos caseiros responsáveis pelo trabalho agrícola, apresentava-se como um conjunto sólido em granito, implantado na encosta e orientado em relação às condições climáticas. Organizada em torno de um pátio soalheiro e protegida a norte por uma parede praticamente cega, a construção é resultado de sucessivas ampliações que lhe conferiram uma configuração em L.



O abandono progressivo da atividade agrícola conduziu à decadência do edifício, que, no final da década de 1980, se encontrava bastante degradado. Apesar do colapso de uma parte da cobertura e da fragilidade da estrutura de madeira, as paredes de granito mantinham-se estáveis, preservando a legibilidade das formas e espaços. Após visitar o local, Távora reconheceu o potencial da construção existente, iniciando o projeto pelo estudo da história do lugar e das suas sucessivas fases de transformação. Na ausência de documentação, característica deste tipo de preexistências, a leitura das juntas, das marcas construtivas e das alterações ao longo do tempo constituiu a base para a definição da estratégia de intervenção.

Essa análise permitiu identificar as diferentes etapas de crescimento do edifício, desde o núcleo inicial composto por um lagar e uma sala piso no inferior e uma cozinha no piso superior, à posterior adição da varanda a sul e à construção de um novo corpo retangular associado à prática agrícola. Mais tarde, foi construído um espigueiro virado a nascente. A união dos volumes através do corpo intermédio veio consolidar o eido como pátio doméstico e espaço estruturante da organização funcional.

Partindo deste conhecimento, Távora assumiu a reconversão funcional como meio de salvaguardar os valores da preexistência. A intervenção procurou integrar elementos modernos sem quebrar a identidade do conjunto, recorrendo a soluções que evocavam a memória das formas anteriores, como a parede virada para o pátio, com aberturas e ripas verticais em madeira inspiradas no espigueiro. Para a reparação do telhado, o arquiteto recorreu à reutilização de telhas de um edifício demolido, de forma a evitar diferenças de cores e preservar a continuidade visual da cobertura. Esta estratégia viria a ser igualmente adotada por Eduardo Souto de Moura na intervenção no São Lourenço do Barrocal, caso de estudo desta dissertação.

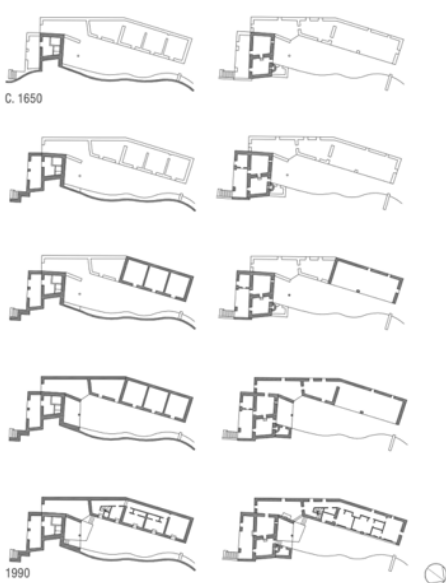


Fig. 34. (em cima) Casa da Quinta da Cavada, Briteiros. Fernando Távora.

Fig. 35 (em baixo) Evolução do conjunto. Casa da Quinta da Cavada, Briteiros. Fernando Távora.

Távora manteve um critério conservador na preservação dos elementos estruturais e carpintarias, embora não tenha hesitado em abrir novos vãos quando necessário. Em simultâneo, tornou-se indispensável a introdução de infraestruturas essenciais ao novo uso habitacional, bem como a melhoria das condições térmicas e acústicas da casa.

Assim, na sala de estar foi instalada uma lareira, contribuindo para um maior conforto térmico, enquanto a implantação das infraestruturas das instalações sanitárias do piso superior implicou a redução do pé direito da lavandaria no piso inferior, demonstrando assim os constrangimentos técnicos associados à intervenção em preexistências.¹⁰⁰

A reorganização programática focou-se na adaptação dos espaços às novas exigências habitacionais, mantendo o núcleo original com a cozinha e a sala de jantar, transformando o volume de ligação em sala de estar, e convertendo os espaços ligados à agricultura e ao gado em quartos. A disposição dos espaços procurou maximizar o ganho solar e garantir uma proteção climática adequada. A introdução de novos elementos, como os grandes envidraçados, os resguardos, o mobiliário e a escada, recorreu à abstração de referências tradicionais e a um uso criterioso da cor como mecanismo unificador.¹⁰¹

O processo construtivo refletiu igualmente a relação particular de Távora com a construção vernacular. Com um desenvolvimento pouco convencional, o projeto avançou sobretudo a partir de decisões tomadas em obra, apoiado numa comunicação direta e contínua com as “várias artes da construção”.¹⁰² A ausência de plantas formais durante grande parte da intervenção evidencia a confiança estabelecida entre arquiteto e equipa, bem como o domínio partilhado das técnicas tradicionais.

A abordagem de Fernando Távora à intervenção em preexistências, baseada na leitura histórica, construtiva e cultural do edifício, estabelece uma referência importante para compreender a prática de Eduardo Souto de Moura, que partilha com Távora a valorização da herança construída.



Fig. 36. A varanda, virada a Sul. Casa da Quinta da Cavada. Fernando Távora.

Fig. 37 O interior: O teto em madeira. A cor como elemento unificador. Casa da Quinta da Cavada. Fernando Távora.

Fig. 38 A cor. A semelhança ao espigueiro. Casa da Quinta da Cavada. Fernando Távora.

¹⁰⁰ MOURÃO, Ângela. (2013) *A reabilitação como procura de uma identidade. Através de duas obras do arquiteto Fernando Távora: A casa da Quinta da Cavada e a Casa de Pardelhas*. p.43

¹⁰¹ BAETIA, Santiago; CASTANÖN, David; FERREIRA, Teresa. (2020) *Intervention on vernacular architecture: The lesson of Fernando Távora*.

¹⁰² TÁVORA, Fernando. *Casa de Férias em Briteiros - Guimarães, 1989-1990* in TRIGUEIROS, Luiz. Fernando Távora. p.160

Para **Eduardo Souto de Moura**, a compreensão do conceito património passa por assumi-lo como algo imaterial, não se resumindo ao edifício em si mesmo, mas ao conjunto de relações espaciais, visuais e culturais que caracterizam determinado lugar.

Fui percebendo, então, que o património não é um objecto, é uma geografia, um ambiente, uma atmosfera. Foi precisamente disso que gostei quando cheguei ao Barrocal: um ambiente. (...) Na altura pensei: «Não posso reconstruir isto porque não há padarias, serralheiros, nem miséria; mas há uma integração deste conjunto na paisagem que não vai mudar.» Mas como se constrói um ambiente? É como no teatro, faz-se um cenário.¹⁰³

Ao dar o exemplo do São Lourenço do Barrocal, reconhece que na sua intervenção seria impossível reconstruir de forma literal a preexistência, dado que as suas condições sociais e económicas tinham desaparecido. Souto de Moura entende que a essência do lugar reside antes na sua integração na paisagem e no modo como o conjunto se articula com o território. Esta visão obriga o arquiteto a focar-se na recriação de uma suposta atmosfera, preservando o carácter do lugar através da manipulação dos espaços, materiais e escalas.

Continua, questionando: “Mas como se constrói um ambiente? É como no teatro, faz-se um cenário.” Souto de Moura compara a arquitetura à cenografia, assumindo que o projeto pode funcionar como um dispositivo capaz de sugerir determinada experiência espacial. Esta abordagem mostra uma visão contemporânea de intervenção no património, conservando o contexto através de uma reinterpretação do mesmo, transmitindo, de certo modo, uma ideia de mentira ou fingimento na obra do arquiteto.

Eduardo Souto de Moura critica ainda a criação da arquitetura a partir do nada, considerando-a uma atitude desinformada e negligente. Para ele, o ponto de partida deve ser sempre o legado construtivo, cultural e territorial, reconhecendo que cada lugar possui um contexto próprio, com informações materiais, formais e sociais que não podem ser desconsideradas na intervenção.¹⁰⁴

Vários autores têm dedicado atenção à obra de Eduardo Souto de Moura, procurando compreender a sua abordagem à intervenção em preexistências e a forma como combina tradição e contemporaneidade.

¹⁰³ Entrevista Primeira Pessoa, Electra. Pedro Levi Bismarck.

¹⁰⁴ “(...) desenhar do zero é um fenómeno de estupidez, porque é perder um legado de informação disponível.. Portanto, se o desenho é um fenómeno de inteligência, tem de perceber o fenómeno em que se vai inserir.”

Entre estes estudos, António Angelillo destaca-se por analisar a relação entre o arquiteto e o contexto, bem como a forma como os seus projetos interpretam e transformam o ambiente construído.

Para este autor, a obra de Eduardo Souto de Moura caracteriza-se pela capacidade de interpretar e demonstrar os princípios essenciais contidos no contexto de cada projeto, estabelecendo uma relação profunda com a situação específica e avaliando de forma rigorosa os pressupostos do programa, equilibrando inovação e tradição.¹⁰⁵

O autor sublinha que, para Souto de Moura, a leitura e interpretação do contexto é a base do processo projetual. Os seus projetos procuram identificar as relações existentes, em que pequenas intervenções permitem revelar as qualidades primárias do lugar, atuando como uma espécie de elemento “refundador do ambiente.”¹⁰⁶

Souto de Moura, segundo Angelillo, baseia o seu trabalho na transformação concreta do lugar, adotando gestos cuidadosos e precisos, que incorporam alguns elementos da linguagem de Mies van der Rohe como referência ao rigor construtivo e à modernidade. A sua intervenção recorre a uma linguagem arquitetónica simples e funcional, adaptada às condições do local e à execução prática da obra, ligada à racionalidade e ao pragmatismo característicos da construção civil portuguesa tradicional.¹⁰⁷

[O autor conclui afirmando que] Por este motivo, Eduardo Souto de Moura aceita trabalhar sem impedimentos em todos os sítios e, com qualquer programa, na medida em que cada acção sua se torna ocasião para exprimir juízos sobre as características físicas e sobre as implicações culturais das pré-existências.¹⁰⁸

Também o arquiteto José Cabral Dias, no seu artigo *Complexidade e Contradição na Arquitetura de Eduardo Souto de Moura*, sublinha a forma como a obra do arquiteto se constrói a partir de uma relação entre leitura e transformação do contexto. Tal como refere, a atenção ao contexto não é apenas uma resposta pragmática ou funcional, é também uma interpretação rigorosa e crítica do lugar, em que o arquiteto considera as características físicas e culturais para encontrar uma solução que combine continuidade e inovação.¹⁰⁹

¹⁰⁵ ANGELILLO, A. *Obras de Souto de Moura. Uma interpretação* in PAIS, Paulo. *Eduardo Souto de Moura*.

¹⁰⁶ idem

¹⁰⁷ idem

¹⁰⁸ idem

¹⁰⁹ DIAS, José Cabral. *Complexity and contradiction in Eduardo Souto de Moura's architecture: Some remarks on his Creative process*. CEAU, Faculty of Architecture of University of Porto, Portugal.

A perspectiva dos autores anteriores, que se foca na relação entre contexto, tradição e inovação, ajuda a compreender a lógica subjacente à prática de Eduardo Souto de Moura e permitem agora aprofundar a forma como o arquiteto se relaciona com as preexistências, explorando as possibilidades e diferentes posturas de intervenção, desde a recuperação funcional até à valorização da ruína enquanto elemento contemplativo.

A transmutação é o fundamento geral e universal do mundo. Atinge as coisas, os animais e o homem com o seu corpo e a sua linguagem. Trabalhar na transmutação, na transformação, na metamorfose, é a nossa própria obra.¹¹⁰

Para se compreender a obra de Eduardo Souto de Moura é necessário entender a relação que a sua arquitetura mantém com as preexistências. O arquiteto apresenta posturas distintas, mas sempre assentes num ponto comum: a reutilização do existente em função do potencial do mesmo.¹¹¹ A sua intervenção não se limita a uma única forma, mas explora diversas formas de apropriação da preexistência.

O arquiteto não considera a preexistência um obstáculo ou um vestígio a conservar, esta é entendida como recurso ativo, dotado de uma “capacidade operativa” que pode ser explorada de diferentes maneiras. A reutilização do existente passa, assim, a constituir o ponto de partida para novas propostas, seja pela recuperação funcional do edifício, pela valorização da ruína enquanto elemento contemplativo, ou ainda pela reutilização dos materiais encontrados.

A partir deste enquadramento, é importante analisar separadamente as três formas de intervenção identificadas: **sobreposição**, **inserção** e **palimpsesto**, enquanto modos distintos de atuar sobre a preexistência.¹¹²

A primeira estratégia admite que o edifício, na sua configuração atual, permite a sua reutilização, adaptando-o a um novo uso. As restantes relacionam-se com a ruína e, segundo a visão de Souto de Moura, existem duas formas de a interpretar. A primeira de uma forma contemplativa, tal como acontece na sua primeira obra no Gerês, em que se apresenta um fascínio pela ruína e pela identificação da arquitetura, matéria



¹¹⁰ Tradução livre: “La transmutación es el fundamento general y universal del mundo. Alcanza las cosas, los animales y el hombre con su cuerpo y su lenguaje. Trabajar en la transmutación, en la transformación, en la metamorfosis, es nuestra propia obra.” Herberto Helder. *O Corpo O Luxo A Obra* in *Preexistências y ruínas em la obra de Eduardo Souto de Moura*. TC Cuadernos nº138-139. 2004-2019.

¹¹¹ “Una de las claves para entender la obra arquitectónica de Eduardo Souto de Moura parte de la relación que su arquitectura mantiene con las preexistencias (...)” in *Preexistências y ruínas em la obra de Eduardo Souto de Moura*. TC Cuadernos. p.8

¹¹² “De esa manera, se superan las posturas tradicionales de intervención sobre lo construido bajo el prisma de la capacidad operativa de la preexistencia ya sea por la recuperación funcional de su cuerpo, la capacidad visual de la ruina, o la reutilización constructiva de los elementos “encontrados”. Este planteamiento da lugar a tres maneras de hacer que, como decimos, en realidad son coherentes: superposición, inserción y palimpsesto” in *Preexistências y ruínas em la obra de Eduardo Souto de Moura*. TC Cuadernos. p.8

artificial, com a natureza. Para o arquiteto, a ruína deixa de ser arquitetura e passa a ser natureza. Por esta razão, nesta obra, o arquiteto mantém a ruína de modo a preservar a intenção da obra em ser natural e anónima.¹¹³ A segunda de forma operacional, por exemplo no café de Braga, em que a intervenção não se prende com a ruína, mas sim com o material que esta disponibilizou para construir o projeto.¹¹⁴

Desde os primeiros momentos do seu percurso profissional, Souto de Moura revela intenções que continuam a marcar o seu percurso atual. A casa no Gerês demonstra a **inserção** do novo no antigo, assumindo o valor contemplativo da ruína. No concurso para Uma Casa para Karl Friedrich Schinkel, em Leça da Palmeira, a ruína neoclássica projetada convive com a natureza dentro de um grande pátio quadrado, expressando a visão do arquiteto sobre a continuidade entre o Movimento Moderno e o Classicismo, através de um contraste entre a linguagem clássica e a paisagem industrial. Na Casa II, em Nevogilde, na ausência de uma ruína ou preexistência, esta é fingida através de um muro de granito que assume um lugar central no projeto.¹¹⁵

Na segunda abordagem ao tema, a ruína pode ser entendida através da perspetiva do **palimpsesto**¹¹⁶, que sugere a reutilização da matéria-prima como base para uma nova construção. Eduardo Souto Moura afirma “pedras disponíveis, ao meu critério. É uma nova construção, não é uma restauração.”¹¹⁷ Santa Maria do Bouro serve como representação da expressão do autor, em que a preexistência é manipulada para construir um projeto novo, respeitando os traços originais de um convento.

No entanto, esta noção de palimpsesto na obra do arquiteto em estudo ultrapassa a simples sobreposição do novo sobre o antigo. Em alguns casos, existe apenas uma continuidade material mas, noutros casos, há um entendimento da história e do contexto antes da intervenção. O Convento das Bernardas constitui outro exemplo do modo de intervenção em preexistências, em que o arquiteto atribui ao edifício existente o programa de habitação. O programa original é convertido de forma a que se garanta a continuidade através da reconversão de uso. A necessidade de abertura de vãos nos

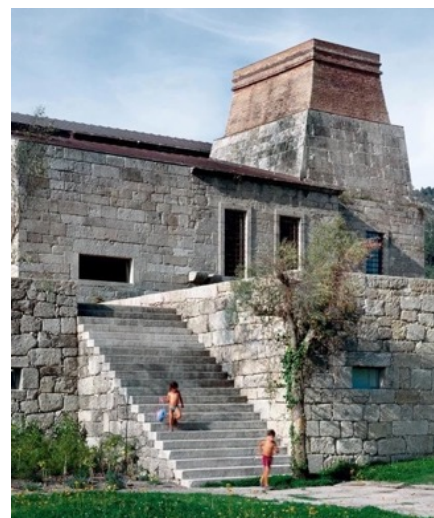


Fig. 39 Casa no Gerês. Souto de Moura.

Fig. 40 Santa Maria do Bouro. Souto de Moura.

Fig. 41 Convento das Bernardas. Souto de Moura.

¹¹³ ANGELILLO, António. *Obras de Souto de Moura. Uma interpretação*. in PAIS, Paulo. *Eduardo Souto de Moura*. Blau.

¹¹⁴ *Preexistencias y ruinas em la obra de Eduardo Souto de Moura*. TC Cuadernos nº138-139. p.8

¹¹⁵ idem, p.9

¹¹⁶ (palimpsesto) nome masculino.

1.Manuscrito em pergaminho que era apagado pelos copistas na Idade Média, para nele se escrever de novo.

2. Obra cujo conteúdo revela traços, por transformação ou por imitação, de outra obra anterior.

"palimpsestos", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2025, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/palimpsestos>.

¹¹⁷ Tradução livre "pedras disponibles, a mi criterio. Es una nova construcción, no una restauración." in *Preexistencias y ruinas em la obra de Eduardo Souto de Moura*. TC Cuadernos nº138-139. p.10

muros preexistentes, com 1,20 m de espessura, é resolvida através de uma estrutura de reforço em betão que enquadra as perfurações nos muros.¹¹⁸

Quando não é necessária uma transformação profunda, mas apenas uma atualização da preexistência, a estratégia de intervenção baseia-se na **sobreposição**. Na recuperação do edifício da Alfândega Nova do Porto e na reconversão em Museu dos Transportes e das Comunicações, esta estratégia de sobreposição é concretizada através de uma certa distância visual, muitas vezes concretizada por um vazio, uma separação ou uma sombra.



No Museu Grão Vasco, a intervenção implica uma leitura do valor histórico da preexistência. A estratégia da sobreposição foi aplicada nas escadas, na substituição das coberturas e nas carpintarias exteriores, de forma a resolver problemas funcionais do edifício.

O arquiteto também já interveio nas suas próprias preexistências. Na Casa das Artes, a intervenção passa pela atualização técnica de elementos construtivos, correspondendo a uma manutenção do edifício. No entanto, no mercado de Braga, uma das suas primeiras obras, a intervenção foi motivada pela desatualização funcional, pela perda do seu papel como elemento de conexão urbana e pelos problemas estruturais na cobertura de betão. Embora inicialmente se tenha tentado a recuperação, optou-se por aceitar a obra como uma ruína funcional, de forma a ser transformada ou reabilitada. Os espaços laterais sofreram uma reconversão de uso e o espaço central continuou a servir como ligação urbana, agora configurado como jardim, vestígio de uma demolição dos apoios da cobertura, preservando a memória do passado.



A ruína passa a ser, assim, um elemento de contemplação, integrado no novo programa.¹¹⁹ Na obra de Eduardo Souto de Moura, a ruína não é apenas um vestígio do passado: confere ao projeto uma relação com o que já existiu e revela uma prática arquitetónica que parte do existente, mas que não se limita a preservá-lo.”¹²⁰ Ele encontra no que restou, no que a preexistência já foi, matéria para o projeto.

Para o arquiteto, a ruína não é um fim, mas sim uma oportunidade. Ao afirmar que “na obra de ESDM, a preexistência é transformada em ruína”¹²¹, sublinha-se o modo como o arquiteto trabalha o passado, pois não o reconstrói, mas também não o apaga. Em vez disso, transforma-o, reconfigura-o e integra-o numa nova lógica. Uma lógica contemporânea, com exigências funcionais e técnicas. Souto Moura adapta a ruína às necessidades atuais, sempre equilibrando memória com contemporaneidade.

Fig. 42 Museu Grão Vasco. Souto de Moura.

Fig. 43 Intervir na Preexistência.
Mercado de Braga. Souto de Moura.

¹¹⁸ *Preexistencias y ruinas en la obra de Eduardo Souto de Moura*. TC Cuadernos nº138-139. p.11

¹¹⁹ *Preexistencias y ruinas en la obra de Eduardo Souto de Moura*. TC Cuadernos nº138-139. p.13

¹²⁰ FIGUEIRA, Jorge. *Capelas (Architettura per i musei)* in MOURA, Nuno Graça. (2019). *Souto de Moura. Memória, Projectos, Obras*. Associação Casa da Arquitectura. p.62

¹²¹ MOURA, Nuno Graça. *Souto de Moura. Memória, Projectos, Obras*. p.63

Interessam-me as ruínas, são o que mais gosto na arquitetura porque representam o estado natural de uma obra — de uma obra que chegou ao fim; não se pode mudar nada. A ruína é aquilo que é.¹²²

Para o autor, a ruína não é um sinal de decadência, mas de verdade. É o momento em que a obra se desprende da sua função original, do seu uso e passa a existir apenas como forma, como matéria exposta ao tempo. Neste estado “final”, a arquitetura revela-se na sua essência. Não precisa de justificações, nem adaptações, apenas existe. A impossibilidade de intervir, quando Souto Moura afirma “não se pode mudar nada” confere-lhe um carácter absoluto. A ruína é o fim do processo da arquitetura, é a aceitação do elemento tempo como parte do projeto.

A citação “(...) as preexistências tem a função de intermediar o projecto com o sítio. Na obra de ESDM são transformadas em dispositivo expressivo, em objecto.”¹²³ revela um dos princípios fundamentais na prática arquitetónica de Eduardo Souto de Moura: a relação entre o construído e o lugar. As preexistências, em qualquer das suas formas, sejam ruínas, fragmentos, muros, topografias ou simplesmente alinhamentos, são entendidas como elementos que estabelecem relações entre a identidade do lugar e a intervenção do arquiteto, que auxiliam o projeto a identificar-se no contexto físico e cultural.

Para Eduardo Souto de Moura, projetar sobre o construído implica um conhecimento profundo do existente, incluindo o seu carácter intrínseco, onde o uso diário permite a sua transformação em algo natural. Assim, as ruínas transmutam em natureza e a natureza, por sua vez, transforma-se através da Arquitetura, num ciclo constante de metamorfose onde ambas se domesticam sucessiva e reciprocamente (...).¹²⁴

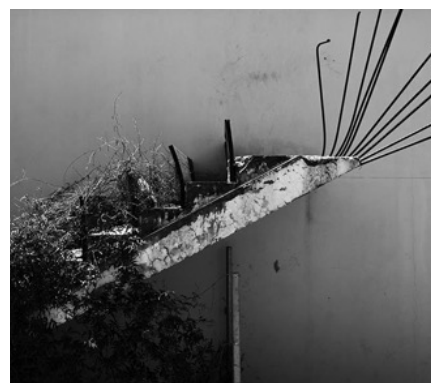


Fig. 44 Ruína em Baião. Souto de Moura.

Fig. 45 Ruína Mercado de Braga. Souto de Moura.

Fig. 46 Ruína no Gerês. Souto de Moura.

¹²² Tradução livre. “Me interesan las ruinas, son lo que más me gusta de la arquitectura porque son el estado natural de una obra, de una obra que se acaba; no se puede cambiar nada. La ruina es lo que es.” in Entrevista com Monica Daniele. (2003) in ESPOSITO, Antonio; LEONI, Giovanni. *Eduardo Souto de Moura*. Barcelona. p.436

¹²³ ESPOSITO, Antonio; LEONI, Giovanni. *Eduardo Souto de Moura*. Barcelona. p.436

¹²⁴ Tradução livre. “Para Eduardo Souto de Moura, proyectar sobre lo construido supone un conocimiento cercano de lo existente, con su carácter intrínseco, donde la cotidianeidad y el uso permiten su transformación en algo natural. Así, las ruinas transmutan en naturaleza y la naturaleza a su vez se transforma mediante la Arquitectura, en un constante círculo de metamorfosis en la que, a la manera de Joseph Beuys, sucesiva y recíprocamente se domestican ambas.” in ESPOSITO, Antonio; LEONI, Giovanni. *Eduardo Souto de Moura*. Barcelona. p.13

2. Vernacular e Contemporaneidade

A relação entre arquitetura vernacular e contemporaneidade coloca ao projeto de arquitetura um conjunto de desafios específicos que resultam da necessidade de articular as preexistências com as exigências impostas pelos modos de vida atuais, implicando um cruzamento com questões programáticas, normativas, técnicas e culturais. Ao contrário das construções novas, estas edificações vernaculares foram desenvolvidas segundo soluções empíricas, adaptadas ao território e aos recursos locais, pelo que muitas das imposições normativas atuais nem sempre se ajustam às suas características espaciais e construtivas. Neste contexto, a análise do quadro legal é fundamental para compreender de que modo este condiciona, mas também orienta, a prática projetual. Este capítulo procura analisar de que forma as exigências contemporâneas- programáticas, legais, estruturais e infraestruturais- condicionam a intervenção em preexistências vernaculares. A reflexão desenvolvida estabelece a base para a leitura crítica dos casos de estudo.

No subcapítulo 2.1, o foco incide sobre o **programa**. Serão analisados os principais decretos que regulam as intervenções em edifícios existentes, nomeadamente o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) e o Decreto-Lei n.º 95/2019, que estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios e introduz princípios de proporcionalidade, valorização do existente e sustentabilidade. Adicionalmente, serão analisados o Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (RJET) e a Portaria n.º 937/2008, instrumentos fundamentais para enquadrar as operações de reconversão de edifícios vernaculares destinados a usos turísticos. A pertinência da análise destes decretos-leis e portarias está relacionada com a natureza dos casos de estudo, centrados em edifícios vernaculares reconvertidos para uso turístico. Nestes processos, a alteração do programa original implica a compatibilização entre preexistências vernaculares e as exigências regulamentares correspondentes à exploração hoteleira e ao turismo no espaço rural.

A estes desafios, acrescentam-se ainda, no subcapítulo 2.2, as questões relacionadas com **acessibilidade**. Este domínio é central na reabilitação de edifícios vernaculares, garantido o direito à mobilidade e ao uso pleno dos espaços. Estas questões serão analisadas à luz da legislação aplicada, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 163/2006 (Normas Técnicas de Acessibilidade). Para edifícios preexistentes, nos quais se enquadram os casos de estudo, são previstas exceções justificadas por limitações técnicas, económicas ou patrimoniais, permitindo soluções adaptadas que conciliam a inclusão e a preservação do valor do edificado.

Por fim, o subcapítulo 2.3 será dedicado às questões ligadas à **estrutura e infraestrutura**, que impõem normas relativas à segurança contra incêndios, ao desempenho energético, ao conforto acústico e à integração de redes técnicas.

2.1 Adequação a novos Programas funcionais

A introdução de um novo programa constitui um dos principais fatores de transformação na intervenção em arquitetura vernacular.

Estas construções foram concebidas para responder a programas muito específicos, sempre em estreita relação com o território e com os recursos disponíveis no local. No entanto, no contexto contemporâneo, estas preexistências são frequentemente reconvertidas para novos usos, como o turismo. A mudança de programa coloca desafios significativos, uma vez que exige uma redistribuição dos espaços, a adaptação estrutural do edifício e sua conformidade com um quadro legal.

Para Eduardo Souto de Moura, essa reconversão de uso é mais do que uma simples transformação e deve ser entendida como uma **adequação**.

Hoje, faz mais sentido que seja 'adequação'. 'Adaptação' é quase igual, mas não é bem igual porque tem uma ideia de transformação enquanto que adequação é transformar e construir algo com essa transformação, acho que é mais do que a adaptação só.¹²⁵

A adequação sugere um processo profundo, em que a transformação não é apenas uma imposição funcional, mas uma oportunidade para construir continuidade a partir do próprio edifício. Nesta perspetiva, a adequação implica reconhecer as potencialidades da preexistência e valorizá-las no ato de projetar, evitando que a intervenção se limite a cumprir requisitos normativos. Assim, o desafio da reconversão programática para o arquiteto revela-se como um exercício de continuidade através dessa transformação.

O edifício vernacular, ao ser adequado a novas funções, preserva a sua identidade e, simultaneamente, responde às novas necessidades e exigências contemporâneas.

¹²⁵ Entrevista a Eduardo Souto de Moura: Duarte Miranda, Henrique Pimental e Pedro Treno. Alunos d'ARQ.

RGEU

O Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), aprovado em 1951, é um dos pilares normativos da construção em Portugal. Apesar de publicado há mais de sete décadas, continua em vigor, com várias alterações e adaptações. Este regulamento aplica-se à construção, reconstrução, ampliação, alteração e reparação de edifícios em zonas urbanas e rurais. Divide-se em vários temas, nos quais são estabelecidos critérios relacionados com segurança, salubridade, estética, funcionalidade e integração.

No RGEU não existe uma clara distinção entre construções novas e existentes, apenas algumas exceções. Para o objeto de estudo da presente dissertação, a intervenção em preexistências, o RGEU apresenta um conjunto de exigências difíceis de compatibilizar com a preservação das características originais do edifício. Por exemplo, o pé direito mínimo,¹²⁶ as áreas mínimas dos compartimentos, o dimensionamento de vãos, as condições de ventilação¹²⁷ e a iluminação natural nem sempre se conciliam com as proporções e soluções construtivas de uma preexistência vernacular.

O regulamento impõe a necessidade de compatibilização das intervenções com a envolvente¹²⁸, um aspeto positivo para a conservação da identidade do edifício. No domínio da segurança estrutural, qualquer intervenção que implique alteração das cargas existentes, como a alteração de coberturas ou o reforço de pisos, obriga a um termo de responsabilidade que comprove a estabilidade do conjunto. Trata-se de um ponto relevante para o tema em estudo, uma vez que as construções vernaculares recorrem a materiais e técnicas tradicionais muitas vezes fora dos valores definidos pela engenharia.

Deixa-se aos corpos administrativos a faculdade de, nos regulamentos especiais que promulgarem, poderem, conforme as circunstâncias, afastar-se mais ou menos - no sentido correcto - dos valores prescritos, de modo a terem em atenção os casos para que não se justifique, sobretudo por motivos de estrita economia do custo da construção, a adopção exacta dos limites consignados no regulamento. A mesma regulamentação especial permitirá ainda aos corpos administrativos completar, sem lhes fazer perder o sentido, certas disposições do regulamento geral à luz dos frutos da sua própria experiência e do conhecimento pormenorizado de condições locais a que convenha atender.¹²⁹

Esta afirmação revela uma abordagem flexível. Ao permitir que os corpos administrativos locais se afastem dos artigos escritos, o legislador reconhece que as

¹²⁶ Decreto-Lei 38382, 1951. Diário da República. Artigo 65.º

¹²⁷ idem, artigo 72.º

¹²⁸ idem, artigo 121.º

¹²⁹ idem, preâmbulo.

realidades construtivas não são uniformes em todo o território. É também reconhecida e valorizada a experiência dos profissionais.

Neste enquadramento, importa considerar a reformulação do quadro legislativo, que tem vindo a introduzir ajustamentos significativos ao regime anteriormente estabelecido pelo RGEU, particularmente no domínio da simplificação administrativa e da reabilitação do edificado existente.

O Decreto-Lei nº10/2024, enquadrado no programa Simplex Urbanístico, tem por objetivo simplificar e modernizar os procedimentos “numa lógica de licenciamento zero”¹³⁰. Este decreto revoga alguns artigos do RGEU.

No contexto específico da reabilitação do edificado existente, o Decreto-Lei nº 95/2019, assume especial relevância ao estabelecer o novo Regime aplicável aos edifícios e frações autónomas, consagrando três princípios fundamentais da reabilitação de edifícios: o princípio da proteção e valorização do existente, o princípio da sustentabilidade ambiental e o princípio da melhoria proporcional e progressiva.

Com isso, altera-se o paradigma da regulamentação da reabilitação, antecipando o novo Código da Construção e abrindo caminho a soluções e abordagens inovadoras em termos de funcionalidade, conforto e segurança. Este decreto estabelece ainda os Eurocódigos estruturais como regulamentos nacionais e revoga o Regime Excecional e Temporário da Reabilitação de Edifícios (Decreto-Lei nº 53/2014).

Nas obras de reconstrução total aplica-se o RGEU. Nas obras de reconstrução parcial, aplica-se a Portaria na parte preexistente e o RGEU/Portaria na parte reconstruída. Em obras de ampliação, a Portaria rege a parte existente, enquanto o RGEU/Portaria se aplica à parte ampliada. Quer na parte reconstruída, quer na ampliada, existem fortes condicionantes determinadas pela necessidade de coerência com o edifício existente, que devem ser fundamentadas na memória descritiva do arquiteto, ao abrigo do Decreto-Lei nº 95/2019.

A Portaria n.º 304/2019 permite garantir as condições mínimas de salubridade nos edifícios e nas habitações, ajustar o RGEU aos condicionamentos impostos pelas preexistências e reforçar a segurança jurídica ao estabelecer exigências específicas para a reabilitação de edifícios.

Enquanto no RGEU o pé-direito mínimo para compartimentos habitáveis é de 2,40 m e para compartimentos não habitáveis é de 2,20 m, na Portaria n.º 304/2019 estes valores são de 2,30 m para os habitáveis e de 2,10 m para os não habitáveis. Estas reduções apenas são permitidas caso melhorem as condições de segurança, salubridade ou funcionalidade.

¹³⁰ Decreto-Lei n.º 10/2024. Diário da República.

Numa perspetiva mais relacionada com a habitação, no que respeita às áreas mínimas, o RGEU admite áreas iguais ou superiores a 10 m², 12 m² e 16 m² para salas, e 6 m² para cozinhas. A Portaria admite apenas áreas iguais ou superiores a 10 m² para sala e 14 m² para sala e cozinha.

Relativamente aos quartos, o RGEU fixa uma área igual ou superior a 10,5 m² para quarto de casal, igual ou superior a 9 m² para o segundo e terceiro quartos e igual ou superior a 6,5 m² para o quarto individual adicional. Já a Portaria fixa apenas dois valores: igual ou superior a 5,0 m² para pequenas reorganizações e igual ou superior a 6,5 m² para grandes reorganizações em tipologias T1 a T4.

Reabilitação

O Decreto-Lei n.º 95/2019 estabelece o novo regime aplicável à reabilitação de edifícios, uma dinâmica em estudo na presente dissertação. Este decreto parte de uma estratégia do governo com vista a reconhecer a habitação e a reabilitação como pilar fundamentais para a qualidade de vida. Assim, tornou-se essencial a criação de um quadro legislativo, que promove a compatibilização entre os padrões atuais de segurança, conforto, habitabilidade, sustentabilidade ambiental e preservação do património construído.

Este decreto introduz medidas no domínio da segurança estrutural, obrigando a uma avaliação sísmica e reforço estrutural em determinados contextos de reabilitação. Esta avaliação é exigida em edifícios localizados em zonas com elevado risco sísmico ou em intervenções de grande escala.

No que respeita à segurança contra incêndios, o DL reconhece as limitações da legislação existente face à sua aplicabilidade em preexistências. Deste modo, introduz a possibilidade de métodos alternativos de verificação de segurança contra incêndios, de modo a capacitar os arquitetos de instrumentos técnicos adequados que assegurem soluções compatíveis com as intervenções e com o princípio da reabilitação.

No que ao comportamento térmico e à eficiência energética diz respeito, o Decreto-Lei promove uma abordagem que equilibra a gestão racional do consumo de energia com a garantia de conforto. Através deste enquadramento, incentiva-se a melhoria gradual do desempenho térmico dos edifícios, tendo em conta os modos de vida atuais e seguindo os princípios da eficiência energética.

Quanto ao comportamento acústico, este decreto introduz uma abordagem orientada para a criação de condições acústicas adequadas ao edifício a reabilitar. Esta inovação assenta nos princípios fundamentais que regem a reabilitação, como a valorização e salvaguarda da preexistência, a sustentabilidade ambiental e a melhoria progressiva e

proporcional das condições existentes, o que assegura uma resposta equilibrada às exigências do conforto acústico.

O Decreto-Lei, no domínio da acessibilidade, reconhece que não existe um enquadramento legal adequado à intervenção em edifícios preexistentes, fator que dificulta a aplicação das exigências pensadas para novas construções. Assim, propõe um modelo pensado na melhoria progressiva das condições de acessibilidade que se adapta às especificidades construtivas e arquitetónicas destes edifícios.

Este decreto define os princípios orientadores para intervenções em preexistências, articulando as exigências contemporâneas de conforto, segurança e eficiência com a preservação, valorização e sustentabilidade da preexistência.

O Decreto defende o princípio da proteção e valorização do edificado existente como elemento central nas intervenções de reabilitação. Defende que qualquer ação sobre construções preexistentes deve salvaguardar as suas qualidades ao melhorar o seu desempenho funcional. Essa valorização assenta no reconhecimento dos valores artísticos, tecnológicos ou científicos e socioculturais. Estes valores manifestam-se arquitetonicamente, construtivamente e espacialmente, conferindo ao edifício identidade, coerência e adequação aos modos de vida.¹³¹

As intervenções devem reduzir ao mínimo o impacto ambiental, preservando os recursos naturais e a biodiversidade. A reabilitação deve contribuir para o prolongamento da vida útil dos edifícios e favorecer práticas sustentáveis, como a reutilização de elementos construtivos, a escolha de materiais reciclados ou de baixo impacto ambiental, a redução da produção de resíduos e a diminuição da emissão de gases com efeito de estufa. É também valorizada a melhoria da eficiência energética e o recurso a fontes de energia renováveis. No final do ciclo de vida dos elementos construtivos, deve optar-se pela desmontagem ou desconstrução, alinhando assim as práticas construtivas com os objetivos de circularidade e responsabilidade ambiental.¹³²

É também defendido o princípio da melhoria proporcional e progressiva. As melhorias a implementar devem ser tantas mais quanto maior for a profundidade da intervenção. As intervenções devem ter em consideração uma relação de custo-benefício segundo perspetivas de curto e de longo prazo, na dimensão económica, social e cultural, tanto ao nível individual como coletivo, da comunidade local a uma visão global, considerando a região, o país e o planeta.¹³³

Este Decreto-Lei é completado com diferentes portarias relativas a diferentes questões.

¹³¹ Decreto-Lei n.º 95/2019. Diário da República. Capítulo II, artigo 4.º Princípio da proteção e valorização do existente.

¹³² idem, capítulo II. Artigo 5.º Princípio da sustentabilidade ambiental.

¹³³ idem, capítulo II. Artigo 6.º Princípio da melhoria proporcional e progressiva.

Uma delas é a Portaria n.º 301/2019 que define o método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes. Apesar dos edifícios considerados para esta dissertação não estarem ligados diretamente à habitação, é pertinente a análise desta portaria, uma vez que se foca em edifícios preexistentes.

Este método definido pela Portaria consiste em classificar as obras quanto ao nível de intervenção: simples, média e profunda.

Níveis de Intervenção	Intervenção Simples (N1)	Intervenção Média (N2)	Intervenção Profunda (N3)
Critérios de Classificação	- Não altera o uso da habitação ou do edifício. - Não altera a localização, forma ou dimensão de mais do que um terço do número total de compartimentos da habitação - Não altera a localização, forma ou dimensão das comunicações verticais/ horizontais da habitação ou do edifício. - Não aumenta o número de compartimentos em mais do que um. - Não altera o número de habitações do edifício. - Não altera o número de pisos do edifício.	- Altera a localização, forma ou dimensões das comunicações verticais/ horizontais do edifício. - Altera a localização, forma ou dimensão de mais do que um terço do número total de compartimentos da habitação. - Aumenta o número de compartimentos da habitação em mais do que um.	- Altera o uso do edifício. - Altera a localização, forma ou dimensões das comunicações verticais/ horizontais do edifício. - Altera o número de pisos do edifício. - Aumenta o número de habitações do edifício.

Tabela 1. Níveis de intervenção e critérios de classificação.

Para os diferentes níveis de intervenções há diferentes medidas a adotar.¹³⁴

-Na **intervenção simples**, é necessário garantir, de forma autónoma, a acessibilidade por utilizadores com mobilidade condicionada que não utilizem cadeira de rodas, adotando, sempre que necessário, soluções tecnológicas e mecanismos de apoio.

-Na **intervenção média**, é necessário garantir, de forma autónoma, a acessibilidade por utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo cadeira de rodas, na utilização de, pelo menos, uma parcela acessível e, quando esta é alterada, o acesso a partir do exterior.

-Na **intervenção profunda**, é necessário garantir, de forma autónoma, a acessibilidade por utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo cadeira de rodas, na utilização de, pelo menos, uma parcela acessível, nas comunicações verticais e horizontais de acesso, estacionamento, arrecadações e espaços sociais do edifício.

¹³⁴ Portaria n.º 301/2019. Diário da República. Anexo. Método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios de habitação existentes.

Após a definição do nível de intervenção, o tipo de medidas a adotar, mitigação, compensação e cumprimentos das NTA, consta no quadro seguinte:

Componentes de Acessibilidade																			
		Elevadores e Plataformas Elevatórias	Lanços de Rampas	Lanços de Escadas	Platamares	Plataformas Horizontais de Descanso	Corrimãos	Corredores	Zonas de Manobra	Zonas Livres	Portas e Vãos	Alturas Livres	Objetos Salientes	Resaltos nos Pisos	Revestimentos do Piso	Espaços de Permanência	Equipamentos e Barras de Apoio	Alcance (comandos, controlos)	Sinalização e Orientação
Níveis de Intervenção	N1	M	M	M	M	M	NTA	M	M	M	M	M	M	M	NTA	M	C	C	NTA
	N2	M	M	M	M	M	NTA	C	C	NTA	C	C	C	C	NTA	NTA	C	C	NTA
	N3	C	C	C	C	C	NTA	C	C	NTA	C	NTA	NTA	NTA	NTA	NTA	C	NTA	NTA

M- Medidas de Mitigação C- Medidas de Compensação NTA- Cumprimentos das NTA

Tabela 2. Níveis de intervenção e medidas ajustadas às componentes de acessibilidade.

Nas intervenções de nível **média** e **profunda**, quando absolutamente necessário, as medidas de compensação podem ser substituídas por medidas de mitigação, desde que respeitem sempre que a largura dos percursos acessíveis não pode ser inferior a 0,80 m e o diâmetro das zonas de manobra não deve ser inferior a 1,20 m.

A Portaria n.º 302/2019 define os termos em que as obras de ampliação, alteração ou reconstrução estão sujeitas à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica, bem como as situações em que é exigível a elaboração de projeto de reforço sísmico. O relatório de avaliação da vulnerabilidade sísmica é obrigatório quando se verifiquem determinadas condições, como sinais de degradação estrutural, alteração do comportamento estrutural, intervenção superior a 25 % da área bruta de construção ou custo superior a 25 % do valor de construção nova.

A Portaria n.º 297/2019 defende que todas as operações urbanísticas devem cumprir os requisitos de eficiência energética e qualidade térmica. O documento define coeficientes de transmissão térmica máximos admissíveis, valores para a determinação de perdas térmicas e valores máximos admissíveis de g.

A Portaria n.º 305/2019 fixa as normas técnicas dos requisitos acústicos em edifícios habitacionais existentes. No entanto, quando não é possível cumprir na totalidade a disposição prevista neste decreto, é permitida a apresentação de uma solução alternativa que englobe medidas de mitigação ou compensação, de forma a atender os princípios da proteção e valorização do existente.

Turismo

O Decreto-Lei n.º 39/2008 estabelece um novo Regime Jurídico para a instalação, exploração e funcionamento dos Empreendimentos Turísticos (RJET). Em 2017, o Decreto-lei n.º 80/2017 implementa a medida Simplex + “Licenciamentos Turísticos + Simples” com o objetivo de simplificar o regime jurídico do RJET.

Analisando este decreto-lei temos algumas informações pertinentes para a presente dissertação:

Os empreendimentos turísticos organizam-se segundo diferentes tipologias. As categorias estabelecidas incluem: estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, conjuntos turísticos, empreendimentos de turismo de habitação, empreendimentos de turismo no espaço rural e parques de campismo e de caravanismo¹³⁵. Esta classificação permite enquadrar cada empreendimento de acordo com a sua natureza, características construtivas e modelo de exploração. A instalação de empreendimentos turísticos deve respeitar as normas do RJET, bem como as normas técnicas de construção aplicáveis às edificações em geral, como a segurança contra incêndios, saúde, higiene, ruído e eficiência energética.¹³⁶

Na questão da acessibilidade, os projetos e a construção dos empreendimentos turísticos devem cumprir as normas técnicas previstas no Decreto-Lei n.º163/2006. Além disso, com exceção dos empreendimentos turísticos de habitação e no espaço rural, devem incluir instalações, equipamentos e, pelo menos, uma unidade de alojamento acessível a pessoas com mobilidade condicionada.¹³⁷

Os empreendimentos turísticos no espaço rural destinam-se a alojar turistas em áreas rurais, valorizando e preservando o património local através da recuperação, reconstrução ou ampliação de construções existentes, garantindo a sua integração na envolvente. Estes empreendimentos dividem-se em casas de campo, agroturismo e hotéis rurais.

As casas de campo correspondem a imóveis que refletem a arquitetura típica local e, quando agrupadas e geridas por uma única entidade, são classificadas como turismo de aldeia.

O agroturismo inclui propriedades agrícolas que permitem aos hóspedes conhecer e participar nas atividades agrícolas.

Os hotéis rurais são estabelecimentos hoteleiros que cumprem requisitos específicos e podem estar instalados em edifícios novos ou existentes. As intervenções nestes

¹³⁵ Decreto-Lei 80/2017. Diário da República, artigo 4.º

¹³⁶ idem, artigo 5.º

¹³⁷ idem, artigo 6.º

empreendimentos devem respeitar as normas legais que garantem a preservação do património existente.¹³⁸

A Portaria n.º 937/2008 estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural. Foi retirada alguma informação pertinente que se enquadra no objeto de estudo.

A instalação das infraestruturas e equipamentos deve ser realizada de modo a evitar ruídos, vibrações, fumos ou cheiros.

As unidades de alojamento podem distribuir-se por um ou vários edifícios, exceto nos hotéis rurais construídos de raiz. Quando se situam em vários edifícios, estas devem estar identificados como fazendo parte do mesmo empreendimento.¹³⁹

Estes empreendimentos devem contar com infraestruturas, incluindo sistemas de iluminação, abastecimento de água quente e fria e, quando o abastecimento seja privado, reservatórios adequados. Devem igualmente possuir equipamentos de segurança contra incêndio, sistemas de climatização adequados ao clima local, áreas de arrumos separadas das zonas de hóspedes e soluções para armazenamento de resíduos, quando não existe recolha pública. É ainda obrigatória uma área destinada a estacionamento e telefone na receção.¹⁴⁰

Neste tipo de empreendimentos deve existir uma receção, com exceção das casas de campo, nas quais este serviço pode ser prestado num escritório no exterior do edifício.¹⁴¹

As unidades de alojamentos dos empreendimentos de turismo no espaço rural correspondem a quartos ou suites e devem dispor, no mínimo, de cama, mesa de cabeceira, espelho, armário, iluminação de cabeceira e tomada elétrica. Quando esta unidade dispõe de salas privativas, a área mínima exigida é de 10m².¹⁴² Quando existem cozinhas ou pequenas cozinhas (kitchenettes) nos empreendimentos de turismo no espaço rural, estas devem estar equipadas, no mínimo, com frigorífico, fogão, placa ou micro-ondas, lava-loiça, dispositivo para extração de fumos e cheiros e armários para utensílios.¹⁴³

As instalações sanitárias devem incluir sanita, duche ou banheira, espelho, ponto de luz, tomada elétrica e água corrente quente e fria.¹⁴⁴

¹³⁸ idem, artigo 18.º

¹³⁹ Portaria 937/2008. Diário da República. Artigo 10.º Condições gerais de instalação.

¹⁴⁰ idem, artigo 11.º Infra-estruturas e equipamentos.

¹⁴¹ idem, artigo 13.º Zonas Comuns. Portaria

¹⁴² idem, artigo 14.º Unidades de alojamento.

¹⁴³ idem, artigo 15.º Cozinhas.

¹⁴⁴ idem, artigo 16.º Instalações sanitárias.

Sobre as especificidades das unidades de alojamento, estas podem ser instaladas no exterior do edifício principal, em edifícios próximos que com ele estabeleçam uma relação de harmonia a nível arquitetónico e de qualidade. A área mínima dos quartos é de 10 m² e a dos quartos duplos é de 12 m².¹⁴⁵ Nas casas de campo deve existir, pelo menos, uma instalação sanitária por cada três quartos.¹⁴⁶ Os hotéis rurais devem ainda ter instalações, equipamentos e, no mínimo, uma unidade de alojamento para pessoas com mobilidade condicionada.¹⁴⁷

A Portaria n.º 358/2009, que estabelece os requisitos dos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos e, no artigo 5.º, relativo às piscinas, determina que os tanques das piscinas, os cais, as zonas de acesso, as zonas de serviço anexas e as instalações de apoio, como balneários, vestiários e instalações sanitárias, podem apresentar configuração livre.

¹⁴⁵ idem, artigo 22.º Especificidades das unidades de alojamento.

¹⁴⁶ idem, artigo 23.º Casas de campo.

¹⁴⁷ idem, artigo 25.º Hotéis Rurais.

2.2 Desafios da Acessibilidade

A acessibilidade constitui um dos domínios fundamentais na intervenção em edifícios existentes e no processo de reabilitação. O direito à mobilidade e à utilização plena dos espaços construídos por todos os cidadãos, independentemente das suas capacidades físicas ou sensoriais, está consagrado na legislação portuguesa, assumindo um papel central numa sociedade inclusiva. No entanto, quando aplicada a edifícios preexistentes, em particular de carácter vernacular, esta exigência coloca um conjunto de desafios que interferem diretamente na estrutura, na organização espacial e na leitura do edifício.

Um dos principais condicionamentos prende-se com a própria configuração dos espaços deste tipo de construções, frequentemente associadas a desníveis, escadas estreitas, vãos reduzidos e pavimentos irregulares. A adaptação a percursos contínuos e sem barreiras físicas requer, na maioria das vezes, alterações significativas na organização interna, obrigando a redefinir ligações. Esta necessidade de fluidez contrasta com a escala e a lógica construtiva original das preexistências, exigindo uma intervenção cuidadosa para evitar descaracterizar o conjunto.

Do ponto de vista estrutural, a arquitetura vernacular recorre frequentemente a sistemas construtivos em pedra, madeira ou taipa, materiais que não suportam grandes alterações sem comprometer a estabilidade. A introdução de rampas, plataformas ou vãos de maiores dimensões pode requerer reforços estruturais complexos.

A uniformização excessiva imposta pela acessibilidade pode reduzir as preexistências a espaços meramente funcionais. Assim, o projeto deve procurar introduzir novas condições de uso sem comprometer o valor do existente, sendo que a acessibilidade não deve ser encarada apenas como uma imposição normativa.

No que respeita ao enquadramento legal das intervenções de reabilitação no domínio das acessibilidades, destaca-se o Decreto-Lei n.º 163/2006 (NTA-Normas Técnicas de Acessibilidade), que tem como objetivo a definição de condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos de uso coletivo e edifícios públicos e habitacionais.¹⁴⁸ Estas normas técnicas aplicam-se diretamente aos casos de estudo, enquanto estabelecimentos hoteleiros, que abrangem os diversos espaços como, passeios e percursos pedonais, espaços de estacionamento, instalações sanitárias, espaços de recreio e lazer, cafés, bares e escritórios.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Decreto-lei n.º 163/2006. Diário da República. Artigo 1.º Objecto.

¹⁴⁹ idem, Artigo 2.º Âmbito de aplicação.

Aplicam-se algumas exceções, por exemplo, no caso de edifícios preexistentes, quando as obras necessárias para se aplicarem as normas sejam de difícil execução, requeiram meios económicos desproporcionados ou indisponíveis, ou “quando afetem o património cultural ou histórico, cujas características morfológicas, arquitetónicas e ambientais se pretende preservar”.¹⁵⁰ Estas exceções devem ser devidamente fundamentadas e justificadas, cabendo às autoridades a aprovação dos projetos.

Neste contexto, importa passar da reflexão geral para a análise concreta das Normas Técnicas de Acessibilidade que se aplicam diretamente aos casos de estudo, identificando os principais condicionamentos que estas impõem ao projeto de reabilitação.

No caso de edifícios e estabelecimentos em geral, estes devem ser dotados de, pelo menos, um percurso acessível entre a via pública, o local de entrada e saída principal e todos os espaços interiores e exteriores que os constituem. Existem exceções previstas para os casos de obras de construção ou reconstrução, em que o percurso acessível pode coincidir com o percurso dos restantes utilizadores.

No caso de edifícios sujeitos a obras de ampliação, alteração ou conservação, admite-se que o percurso acessível não coincida integralmente com o percurso dos restantes utilizadores, podendo o acesso ao edifício realizar-se por um percurso alternativo à entrada e saída principal.

Alguns espaços podem não cumprir os requisitos de acessibilidade, como, por exemplo, espaços que desenvolvem funções que podem ser realizadas noutros locais, espaços utilizados apenas por pessoal de manutenção e reparação, espaços não utilizáveis e alguns compartimentos das habitações.

Nos átrios interiores, deve ser possível inscrever uma zona de rotação de 360°. As portas de entrada e saída devem ter largura mínima de 0,87 m e, no lado exterior das portas de acesso, deve ser possível realizar uma manobra de rotação de 360°.

Os patamares, galerias e corredores devem ter largura igual ou superior a 1,20 m. Quando o comprimento é inferior a 1,50 m e não der acesso a portas, podem ter largura igual ou superior a 0,90 m. Se a largura dos patamares, galerias ou corredores for superior a 1,50 m, devem ser previstas zonas de manobra.

No que diz respeito às escadas, a largura dos lanços e patamares não deve ser inferior a 1,20 m. As escadas devem possuir patamares superiores e inferiores com uma profundidade mínima de 1,2 m e os patins intermédios não inferiores a 0,70 m, caso o desnível a vencer seja superior a 2,40 m.

¹⁵⁰ Idem, artigo 10.º Exceções.

Os degraus devem ter cobertores não inferiores a 0,28 m e espelhos não superiores a 0,18 m, estas dimensões devem ser constantes ao longo de cada lanço, com arestas boleadas e faixas antiderrapantes e de sinalização visual. O degrau de arranque pode ter dimensões do cobertor e espelho diferentes dos restantes degraus.

As rampas devem ter a menor inclinação possível, não ultrapassando os 6 % ou 8 % de inclinação, dependendo do desnível a vencer e da projeção horizontal. No caso de obras de alteração ou conservação de edifícios, quando as limitações espaciais impossibilitam a execução de rampas com inclinação igual ou inferior a 8 %, é admissível o recurso a inclinações superiores, desde que não ultrapassem 10 % para um desnível máximo de 0,20 m e projeção horizontal até 2 m, ou 12 % para um desnível não superior a 0,10 m e projeção horizontal até 0,83 m.

As rampas devem apresentar uma largura mínima de 1,20 m, podendo esta ser reduzida para 0,90 m quando o comprimento do lanço for inferior a 5,00 m ou quando existam duas rampas que sirvam o mesmo percurso. Devem prever plataformas horizontais para descanso na base e no topo de cada lanço, com comprimento igual ou superior a 1,50 m e largura não inferior à da rampa. Sempre que necessário, deve ser prevista a instalação de corrimãos.

Nas instalações sanitárias, o espaço deve ser dimensionado de forma a garantir a acessibilidade e utilização autónoma por pessoas com mobilidade condicionada. A área interior deve apresentar dimensões mínimas de 2,20 m por 2,20 m e assegurar um espaço livre que permita a realização de uma manobra de rotação de 360° após a instalação dos equipamentos sanitários.

Quanto aos equipamentos, as sanitas devem ser instaladas em conformidade com as normas específicas e dispor de barras de apoio laterais. As banheiras devem prever uma zona livre que permita a transferência a partir de uma cadeira de rodas para o assento, integrando igualmente barras de apoio posicionadas segundo as indicações do decreto-lei aplicável. Os lavatórios devem cumprir as mesmas exigências de acessibilidade. Além disso, todas as instalações sanitárias devem estar equipadas com um dispositivo de alarme.¹⁵¹

Para o estacionamento, deve existir um lugar destinado a pessoas com mobilidade condicionada quando o parque tem até 10 lugares, dois lugares quando possui entre 11 e 25 lugares e três lugares para parques com capacidade entre 26 e 100 lugares. Estes lugares devem ter largura útil mínima de 2,50 m, dispor de uma faixa de acesso lateral com largura igual ou superior a 1,00 m e estar localizados ao longo do percurso acessível mais curto até à entrada ou saída do espaço.

¹⁵¹ Anexo. Normas Técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada. Capítulo 2- Edifícios e estabelecimentos em geral. Diário da República.

2.3 Condicionamentos da Estrutura e Infraestrutura

A estrutura e a infraestrutura constituem a base física e funcional de qualquer edifício, garantindo a sua estabilidade, segurança e operacionalidade. A estrutura corresponde ao conjunto de elementos resistentes como fundações, paredes, pavimentos e coberturas, que asseguram a integridade do edifício e a sua capacidade de suportar cargas. Já a infraestrutura compreende os sistemas técnicos e redes de apoio que permitem o seu funcionamento quotidiano, incluindo as instalações elétricas, de telecomunicações, hidráulicas, de aquecimento, ventilação e ar condicionado, bem como os dispositivos de segurança e conforto.

Nos edifícios contemporâneos, estas componentes são concebidas de forma integrada, obedecendo a regulamentações técnicas rigorosas que asseguram o cumprimento das normas de segurança, eficiência energética, conforto e acessibilidade. No entanto, ao intervir em preexistências vernaculares, surgem desafios significativos: as soluções construtivas tradicionais, a morfologia do edificado e os materiais originais raramente se compatibilizam com as exigências das regulamentações atuais. A introdução de novas infraestruturas pode implicar alterações na preexistência, exigindo adaptações que conciliem as exigências técnicas atuais com as características construtivas originais.

O principal desafio reside, assim, em conciliar a preservação da identidade e dos valores patrimoniais do edifício vernacular com a necessidade de assegurar as condições de segurança, conforto e funcionalidade exigidas pela legislação contemporânea. Tal implica uma abordagem de projeto que privilegie a adaptação, a integração discreta e o respeito pelas características originais, evitando soluções invasivas e procurando um equilíbrio entre tradição e inovação técnica.

Os principais requisitos regulamentares que incidem sobre a estrutura e as infraestruturas dos edifícios, nomeadamente nas áreas da segurança contra incêndios, acústica, redes elétricas e de telecomunicações, sistemas AVAC e instalações hidráulicas, serão analisados quanto às suas implicações na reabilitação de edifícios vernaculares e as exceções para casos de valor patrimonial.

Incêndios

A Portaria n.º 135/2020 introduz alterações ao Regulamento Técnico Segurança contra Incêndios em Edifícios (SCIE) e tem como objeto a regulamentação das condições de segurança contra incêndios, às quais qualquer projeto de arquitetura deve obedecer.

Determina que devem existir vias de acesso adequadas para veículos de socorro, ligadas à rede pública viária, e impõe condições relativas à volumetria dos edifícios, à resistência e reação ao fogo das coberturas, às paredes exteriores e aos revestimentos, bem como aos vãos na fachada e à distância de segurança entre eles, de modo a prevenir a propagação do incêndio pelo exterior do edifício ou entre edifícios.¹⁵²

A portaria define ainda critérios relativos à acessibilidade das fachadas, às paredes exteriores, à reação ao fogo de revestimentos exteriores, caixilharias e estores, aos sistemas de isolamento térmico e às coberturas, garantindo, em todos os casos, zonas de segurança. Inclui também um capítulo dedicado à resistência ao fogo por parte dos elementos estruturais e prevê a obrigatoriedade de instalação de sistemas de iluminação de emergência, dispositivos de desenfumagem e equipamentos fixos de extinção.

Todas estas medidas devem ser aplicadas em qualquer edifício. No entanto, “Quando o cumprimento das normas de segurança contra incêndios nos imóveis classificados se revele lesivo dos mesmos ou sejam de concretização manifestamente desproporcionada são adoptadas as medidas de autoprotecção adequadas, após parecer da Autoridade Nacional de Protecção Civil (...)”¹⁵³

Acústica

O regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios (RRAE) regula o conforto acústico no âmbito do regime da edificação e contribui para a melhoria da qualidade do ambiente acústico e para o bem-estar geral, em articulação com o Regulamento Geral do Ruído (RGR).

É recomendado o isolamento sonoro das fachadas de edifícios localizados em zonas próximas a vias de trânsito e definidas como sensíveis, bem como o isolamento sonoro de fachadas de novos edifícios construídos em zonas urbanas. O RRAE foi alargado no seu âmbito de aplicação, passando a incluir critérios para edifícios de unidades hoteleiras, objeto de estudo da presente dissertação.

¹⁵² Portaria n.º 135/2020. Capítulo I. Condições exteriores de segurança e acessibilidade, artigo 3.º Critérios de Segurança. Diário da República.

¹⁵³ Decreto-Lei n.º 220/2008, artigo 3.º Âmbito. Diário da República.

Em contrapartida, verifica-se um desagravamento dos requisitos de isolamento sonoro em reabilitações em zonas históricas, de modo a que seja possível conciliar as soluções construtivas com a identidade patrimonial. No caso de edifícios habitacionais e unidades hoteleiras, estes estão sujeitos a requisitos acústicos específicos, como índices de isolamento sonoro de condução aérea, que podem ser consultados no Decreto-Lei n.º 96/2008.

Redes Elétricas e Telecomunicações

Nos edifícios, é obrigatório um conjunto de infraestruturas, como, por exemplo, um espaço destinado à instalação de tubagem, no qual se prevê um conjunto de tubos, calhas, caminhos de cabos, caixas e armários destinados à passagem e alojamento de cabos, dispositivos e equipamentos.¹⁵⁴ Este espaço deve ser dimensionado pelo projetista de acordo com as necessidades específicas e o número de utilizadores previstos para o edifício¹⁵⁵.

No entanto, podem existir exceções, por exemplo, no caso de edifícios que, pela sua natureza ou finalidade, não apresentem necessidade de infraestruturas de comunicações eletrónicas, o que deve ser devidamente justificado pelo projetista.¹⁵⁶

Estes regulamentos, apesar de não impactarem de forma considerável o ato de projetar, exigem a previsão de espaços para a colocação das infraestruturas, como caixas infraestruturais, quadros elétricos e armários de Telecomunicações do Edifício (ATE) e, no caso da habitação, a necessidade de o contador estar localizado na fachada exterior. Não existem exceções aplicáveis às preexistências, o que pode representar uma dificuldade na intervenções sobre estas.

O Decreto-Lei n.º 226/2005 estabelece os procedimentos de aprovação das regras técnicas das instalações elétricas de baixa tensão e, mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 96/2017 define o regime das instalações elétricas particulares alimentadas pela rede pública em baixa, média e alta tensão. É obrigatória a existência de um projeto elaborado por um técnico especializado na maioria das instalações elétricas.¹⁵⁷

O Decreto-Lei n.º 123/2009, com algumas alterações introduzidas pelo no Decreto-Lei n.º 95/2019, define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações. No seu quarto capítulo é definido o regime

¹⁵⁴ Decreto-Lei 123/2009. Artigo 59.º Infra-estruturas obrigatórias nos edifícios. Diário da República.

¹⁵⁵ idem, artigo 61.º Princípios gerais relativos às ITED

¹⁵⁶ idem, artigo 60.º Exceções ao princípio da obrigatoriedade.

¹⁵⁷ Decreto-Lei 96/2017. Artigo 5.º Projeto de instalações elétricas. Diário da República.

aplicável às infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjuntos de edifícios (ITUR) e, no quinto capítulo, aos edifícios (ITED).

Redes de Instalação de Aquecimento, Ventilação e Ar condicionado (AVAC)

Nos edifícios existentes, especialmente em preexistências vernaculares, a introdução de sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado representa um dos maiores desafios, uma vez que estes edifícios não foram concebidos para integrar infraestruturas técnicas de grande dimensão. As soluções mais comuns passam pela instalação de equipamentos como bombas de calor, sistemas de piso radiante, ou unidades interiores integradas em mobiliário fixo ou em tetos falsos. Nos casos em que se pretende preservar integralmente a estrutura e a materialidade do edifício, recorrem-se a soluções de aquecimento localizadas, como recuperadores de calor ou radiadores elétricos, evitando intervenções profundas na preexistência.

A ventilação natural, característica dos edifícios vernaculares, é muitas vezes complementada com sistemas mecânicos de ventilação controlada (VMC), que permitem assegurar a renovação do ar e reduzir as perdas energéticas, sem alterar significativamente a configuração espacial ou a aparência do edifício. Sempre que possível, privilegia-se a integração discreta das condutas e equipamentos, utilizando espaços técnicos existentes, como desvãos, pavimentos elevados ou paredes falsas.

O Decreto-Lei n.º 101-D/2020 estabelece os requisitos aplicáveis à conceção e renovação de edifícios, de forma a melhorar o seu desempenho energético, e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios (SCE).¹⁵⁸

A apreciação do comportamento energético dos edifícios tem por base o cálculo do consumo energético estimado, representativo das necessidades usuais associadas ao aquecimento e arrefecimento do interior, à ventilação, ao aquecimento de águas e a outros sistemas. Este desempenho é quantificado através de um valor numérico que expressa o consumo de energia primária por metro quadrado de área útil por ano.¹⁵⁹

Os edifícios de construção nova devem apresentar uma elevada eficiência energética, com consumo quase nulo. Assim, os edifícios e os seus elementos devem respeitar um conjunto de exigências técnicas para alcançar um desempenho energético elevado. Estas exigências resultam de uma abordagem integrada entre a envolvente construtiva e os sistemas técnicos instalados, de forma a garantir conforto no interior e eficiência térmica, bem como durabilidade e correto funcionamento.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Decreto-Lei n.º 101-D/2020. Artigo 1.º Objeto. Diário da República.

¹⁵⁹ Idem, artigo 4.º Metodologia de cálculo do desempenho energético dos edifícios.

¹⁶⁰ idem, artigo 6.º Edifícios novos.

Aplicam-se exceções no caso de edifícios sujeitos a renovação, sendo a avaliação dos requisitos da responsabilidade dos técnicos autores dos projetos. Em grandes renovações, o edifício tem de cumprir com alguns requisitos estabelecidos neste Decreto-Lei. Estão isentos do cumprimento destes requisitos os edifícios classificados ou em situações que configuram constrangimentos técnicos, funcionais e económicos.¹⁶¹

Instalações Hidráulicas

As exigências associadas às redes de abastecimento e drenagem representam um dos principais desafios na intervenção em edifícios preexistentes. As construções vernaculares, pela sua dimensão reduzida e pela ausência de espaços técnicos, raramente dispõem de locais adequados para a instalação de reservatórios de água, tubagens e sistemas de drenagem. Para resolver estas questões, o projeto de recorre à criação de pisos técnicos, tetos falsos e paredes duplas, soluções que, embora funcionais, podem implicar a redução do pé direito e a alteração da configuração original dos espaços.

O enquadramento legal destas intervenções encontra-se definido no Decreto Regulamentar n.º 23/95, que aprova o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais. Este diploma estabelece as condições de conceção e execução dos sistemas públicos e prediais, determinando, entre outros aspetos, a necessidade de garantir um serviço contínuo e ajustado, pressões compatíveis e soluções que assegurem a eficiência hidráulica, a sustentabilidade e a segurança das infraestruturas.¹⁶² O decreto especifica também dimensões para todo o equipamento relativo à parte hidráulica

Na remodelação ou reabilitação de sistemas existentes, deve ser realizada uma avaliação técnico-económica que permita melhorar a eficiência, sem impacto no desempenho hidráulico ou estrutural, incluindo a análise dos custos sociais decorrentes dos prejuízos para utentes, peões, trânsito e comércio.¹⁶³

¹⁶¹ idem, artigo 9.º Isenções e constrangimentos.

¹⁶² Decreto-Regulamentar n.º 23/95. Artigo 7.º Conceção de novos sistemas. Diário da República.

¹⁶³ idem, artigo 8.º

3. Análise de Duas Obras de Eduardo Souto de Moura

O **São Lourenço do Barrocal**, localizado em Monsaraz, no Alentejo, e a **Quinta do Outeiro**, situada em Ponte da Barca, no Minho, correspondem a preexistências vernaculares rurais que foram objeto de reconversão para programas de turismo, mas apresentam condições de partida distintas. O conjunto do Barrocal inscreve-se na paisagem alentejana, marcada pelo clima seco e quente e por uma materialidade que recorre ao tijolo e à cal. A Quinta do Outeiro, em contraste, situa-se no território minhoto, verde com um clima húmido, caracterizado pela presença da pedra granítica.

Esta diversidade territorial e cultural permite observar de que forma Souto de Moura adapta a sua intervenção às especificidades de cada lugar. Este capítulo propõe analisar em detalhe estas duas obras, segundo critérios comuns, de modo a permitir uma leitura comparativa das estratégias de intervenção, das continuidades e das ruturas entre ambas.

A análise estrutura-se a partir do enquadramento de cada caso de estudo, incluindo a descrição da preexistência, de forma a compreender as condicionantes físicas, construtivas e culturais dos diferentes contextos. Num segundo ponto, é analisada a proposta de intervenção, a materialidade e a linguagem arquitetónica. Num terceiro momento, são abordadas as questões do programa, da acessibilidade, da estrutura e da infraestrutura, de forma a estabelecer uma relação direta com as problemáticas desenvolvidas no capítulo anterior da dissertação. Por fim, a análise incide sobre as posturas e ações do arquiteto no edificado preexistente, procurando identificar os princípios e estratégias orientadores das decisões projetuais.

Através desta análise comparativa, pretende-se compreender as práticas de projeto e de intervenção utilizadas e o modo como conciliam as exigências contemporâneas do programa turístico com a preservação dos princípios vernaculares.



Fig. 47 (à esquerda) Fotografia aérea São Lourenço do Barrocal.



Fig. 48 (à direita) Fotografia aérea Quinta do Outeiro.

3.1 São Lourenço do Barrocal

O primeiro caso de estudo é o São Lourenço do Barrocal, projetado por Eduardo Souto de Moura em 2014, em Reguengos de Monsaraz, no Alentejo. O Monte possui uma longa trajetória histórica que tem origem no período Neolítico, quando o lugar era um dos centros da cultura megalítica do Alentejo Central. A paisagem marcada pelos barrocais (afloramentos graníticos) preserva ainda hoje essa memória ancestral e testemunha uma ocupação contínua que atravessou a Idade do Bronze e do Ferro e o período Romano e Árabe.

No século XIX este conjunto consolidou-se como um monte agrícola, transformando-se numa pequena aldeia cuja produção diversificada a tornava autossuficiente.¹⁶⁴ A propriedade com cerca de 780 hectares, dezasseis dólmene, um menir com cerca de sete mil anos¹⁶⁵, oliveiras milenares e um conjunto de edifícios acolhia cerca de 50 famílias que viviam em comunidade e de forma autossustentável no monte. Tinham a sua própria padaria, capela, praça de touros, salas de aulas e produziam cereais, legumes, vinho e criação de gado. Assim, este núcleo configurava-se como uma comunidade coesa.¹⁶⁶ Após o 25 de Abril de 1974, a propriedade foi nacionalizada, tendo entrado em profundo declínio, sendo restituída à família, na década de 80 inicia um processo de estudo e reflexão sobre o futuro da herdade, no seguimento do qual foi feito um estudo de viabilidade de forma a transformar este espaço num hotel, mantendo os princípios que sempre caracterizaram a propriedade. Além do hotel, atualmente, o São Lourenço do Barrocal produz vinho e azeite, cereais e gado. Assim, a oitava geração devolveu à herdade a sua função original.¹⁶⁷

O São Lourenço do Barrocal apresenta um carácter único. Assume uma orientação ancestral (nascente-poente) e localiza-se numa planície na base do Castelo de Monsaraz estabelecendo um contacto visual permanente. Eduardo Souto de Moura sublinha a natureza urbana desta preexistência, caracterizando-a como um *miniuniverso*, com uma organização espacial própria, marcada por uma hierarquia interna composta por rua, praça, dependências e claustros. A preexistência, raramente preservada em tão boas condições, confere ao conjunto uma identidade singular, aproximando-o de uma pequena aldeia e reforçando a sua relevância cultural e arquitetónica do lugar.¹⁶⁸

¹⁶⁴ Informação disponível em: <https://barrocal.pt/pt/estate/about/>

¹⁶⁵ Uma paisagem antiga: à conversa com Manuel Calado. p.16

¹⁶⁶ Diários de Notícias, Segunda-feira 1 de Agosto de 1927. *Através do Alentejo- A Casa de Lavoura Alentejana. Uma visita ao monte do Barrocal, propriedade do rico lavrador Sr. Jaime Fernandes Leal.*

¹⁶⁷ <https://www.revistadevinhos.pt/viajar/sao-lourenco-do-barrocal>

¹⁶⁸ Espaço de Arquitetura. *São Lourenço do Barrocal. Em conversa com Eduardo Souto de Moura*, 2017.



Fig. 49 (em cima) São Lourenço e o Castelo de Monsaraz.

Fig. 50 (lado esquerdo) Oliveira milenar.

Fig. 51 (lado direito) Preexistência e o Castelo de Monsaraz.

Proposta de
intervenção

A intervenção de Eduardo Souto de Moura para a herdade do Barrocal passa por transformar esta aldeia agrícola autossuficiente do século XIX num complexo turístico. O projeto assenta num processo de renascimento, conservando a ideia de comunidade, no qual a essência da simplicidade e ruralidade é preservada e adaptada a um novo estilo de vida rural contemporâneo.¹⁶⁹

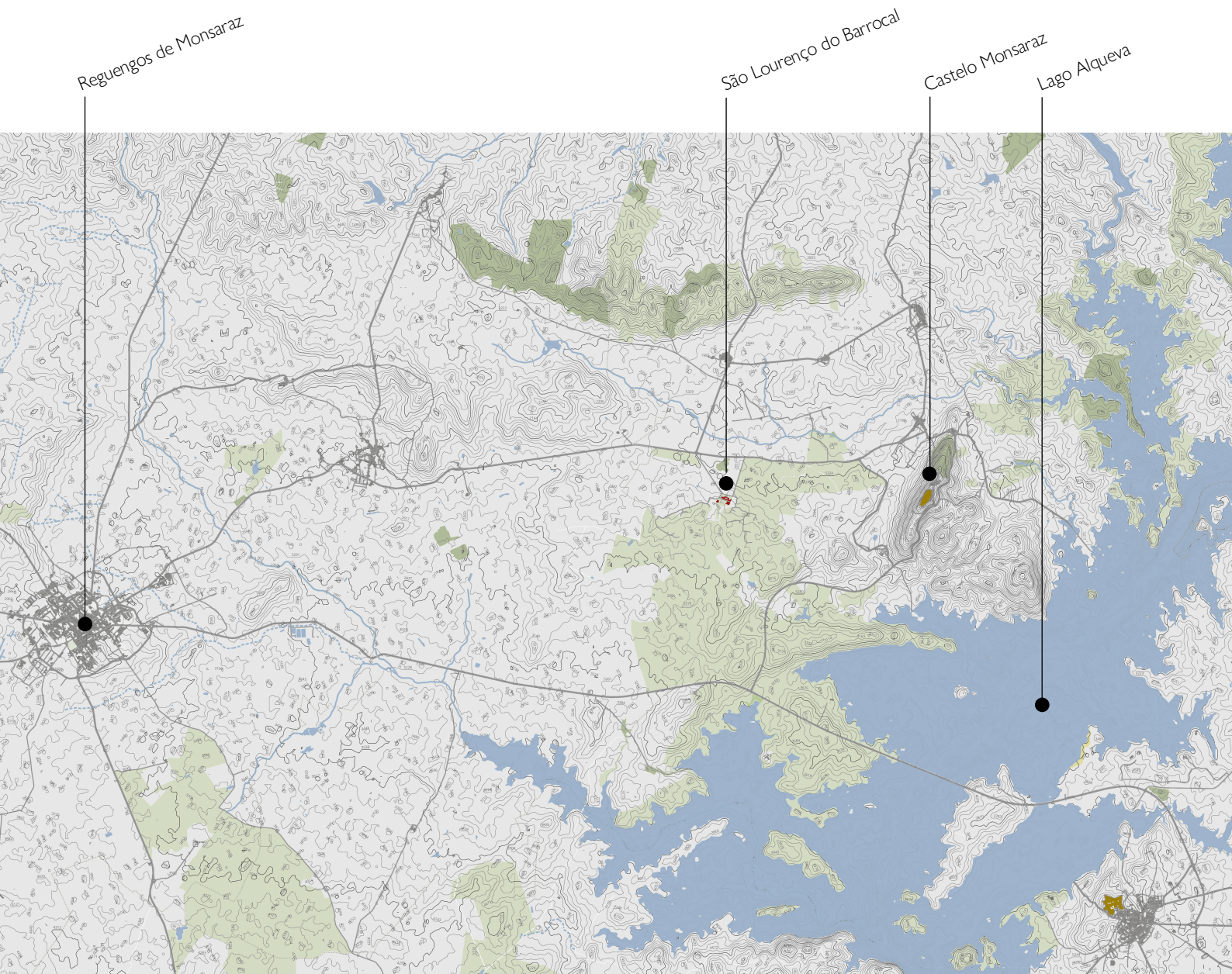


Fig. 52 Cartografia CGIS. São Lourenço do Barrocal. Escala 1:50 000. Da autora.

¹⁶⁹ São Lourenço do Barrocal, Hotel & Monte Alentejano. Disponível em: <https://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/loais/barrocal/>



Fig. 53 Conjunto de fotografias. Comunidade, simplicidade, ruralidade no São Lourenço do Barrocal.



Fig. 54 Conjunto de fotografias da preexistência. São Lourenço do Barrocal.



Fig. 55 Conjunto de fotografias depois da intervenção. São Lourenço do Barrocal.

O São Lourenço do Barrocal pode ser interpretado como uma casa alentejana na qual a relação interior/exterior está constantemente presente. Os espaços sociais da casa, a sala e a cozinha, prolongam-se e estendem-se para a rua. Desta forma, o espírito do lugar torna-se presente no próprio projeto, trazendo o conceito de “rua alentejana” associado a um lugar de socialização.

Os planos exteriores são conservados, transmitindo uma ideia de carapaça e um interior que fica livre para acolher todo um novo programa e ser adaptado às novas necessidades.

Em relação à materialidade, o arquiteto usa tijolo baluarte nos pavimentos interiores (o mesmo que o original)¹⁷⁰ que é produzido em São Pedro do Corval, localidade próxima ao São Lourenço do Barrocal, conhecida por ser o maior centro oleiro de Portugal. Esse tijolo artesanal é permeável, tendo uma grande capacidade de absorção. Para o tornar resistente a manchas é colocada uma camada de hidrófugo. O pavimento exterior é uma calçada irregular mista com vários tipos de pedra como lioz, basalto, granito. A cobertura utiliza telhas de demolições e uma estrutura em aço com uma ligeira curvatura de forma a conferir ao edifício um aspecto envelhecido, que mostre o efeito do tempo nos materiais e de forma a reforçar a continuidade do existente e a autenticidade da preexistência.¹⁷¹

O uso da cal marca todo o projeto.¹⁷² O arquiteto opta por manter este material não só pelas vantagens térmicas, mas também como elemento que evidencia um respeito pelo lugar e pelo entendimento da arquitetura vernacular no Alentejo.¹⁷³

O arquiteto define uma paleta de seis cores (dois tipos de verde, dois tipos de azul, o branco e o vermelho) que usa em todo o projeto dando uma ideia de identidade e coerência a todo o conjunto.

A caixilharia, desenhada pelo arquiteto, e a soleira interior são em madeira maciça e as soleiras exteriores são em ardósia. A padieira é feita em betão armado rebocado no interior e no exterior parede em tijolo artesanal igual ao existente com barramento.

Na obra, não há um contraste visível entre o artificial e o natural, mas sim uma simbiose entre as duas partes. A construção integra-se e faz parte da paisagem alentejana.

¹⁷⁰ “Começámos a visita pela residência do feitor - (...) pavimentos de tijolo - com sua casa de jantar, seus quartos de dormir, sua lareira.” in *Através do Alentejo. A Casa Da Lavoura Alentejana. Uma visita ao monte do Barrocal, propriedade do rico lavrador Sr. Jaime Fernandes Leal*. Diário de Notícias, Segunda-feira 1 de Agosto de 1927.

¹⁷¹ *Preexistencias y Ruinas en la obra de Eduardo Souto de Moura* in TC Cuadernos 138/139. Eduardo Souto de Moura. Tomo II. Equipamientos y Proyectos Urbanos 2004-2019.

¹⁷² “(...) do Alentejo onde a nudez dos horizontes, a sobriedade dos ornamentos e a geometrização das formas se conjugam e dão ao “monte” isolado ou ao alinhamento das casas nas aldeias uma percepção plena do uso da cal.” in PRISTA, Pedro. (2014). *Terra Palha Cal, Ensaios de Antropologia sobre Materiais de Construção Vernacular em Portugal*. Argumentum Edições. Lisboa. p. 119

¹⁷³ “(...) cal como prática cultural e não apenas como material de obra e, com isso, interpelada uma antropologia do habitar para a qual remete, e que se não confina à casa.” idem, p. 113

O projeto de paisagismo, de João Gomes da Silva, leva-nos a concluir que a natureza faz parte do projeto e completa-o, ajudando-o a fundir-se com a envolvente. Esta visão é especialmente evidente ao comparar fotografias do monte antes e depois da natureza revestir o conjunto edificado. Assim, o projeto de arquitetura e paisagismo leva a uma ligação entre o indivíduo, o edifício e a natureza.



(em cima) Fig. 56 Parede Preexistente Praça de Touros. Fig. 57 Parede Pedra Revestida a Cal. Fig. 58 Pavimento Interior. Tijolo Baluarte. Fig. 59 Calçada Exterior Irregular Mista.

(em baixo) Fig. 60 Materialidade Piscina. Fig. 61 Várias materialidades. Fig. 62 Porta Vermelha. Fig. 63 Caixilharia Azul.

O programa desenvolvido contempla um conjunto diversificado: o hotel (composto por casas e quartos), bar, restaurante, spa, piscina, ginásio, adega e loja, configurando uma oferta adaptada às exigências contemporâneas deste tipo de programa.

O conjunto edificado organiza-se em torno de uma rua central, ao longo da qual se distribuem sete edifícios que reforçam a leitura urbana do monte. Do lado norte, temos um complexo com uma área de 4.11m² que é composto por dois edifícios (o antigo edifício industrial e de escritórios e o armazém agrícola), e no lado sul cinco edifícios (casa principal, pavilhões agrícolas, o aviário e o canil) com uma área de 3.810m².¹⁷⁴

A mudança do uso é um tema recorrente na obra de Eduardo Souto de Moura. No caso do Convento das Bernardas em Tavira há uma reconversão de um convento/fábrica para habitação plurifamiliar, no caso do Bouro há também uma reconversão de mosteiro para equipamento turístico. No caso do São Lourenço do Barrocal, não só há uma mudança de uso no programa como também nas próprias divisões.

A adaptação do programa à preexistência atribui novas funções a edifícios que antes tinham usos distintos, nomeadamente agrícolas. Assim, nas construções a sul, o antigo galinheiro e o pombal foram reconvertidos numa loja, o canil transformou-se no restaurante e, no lado norte, um espaço abobadado com um lagar para produção de azeite num bar. Já mais distante do conjunto edificado, o colmeal¹⁷⁵ apresenta um carácter flexível que permite usos distintos como um espaço para a realização de eventos.

Do lado sul, mais afastado do conjunto edificado, o arquiteto projeta uma piscina e um pequeno equipamento de apoio. A piscina, um elemento mais contemporâneo, é pensada de forma a enquadrar-se no restante conjunto. Com a cor escolhida, um azul-escuro de forma a se afastar do azul-celeste, a ideia do arquiteto é fazer com que se pareça a um tanque, elemento comum na paisagem do Alentejo e utilizado pelos animais para beber água.¹⁷⁶ A piscina, adossada a um barrocal, traz uma inquietude e uma curiosidade. Será que a pedra é uma preexistência ou é propositadamente introduzida no projeto? Numa entrevista, quando confrontado com esta questão, o arquiteto Eduardo Souto de Moura afirma que a mesma é um elogio.¹⁷⁷

Programa

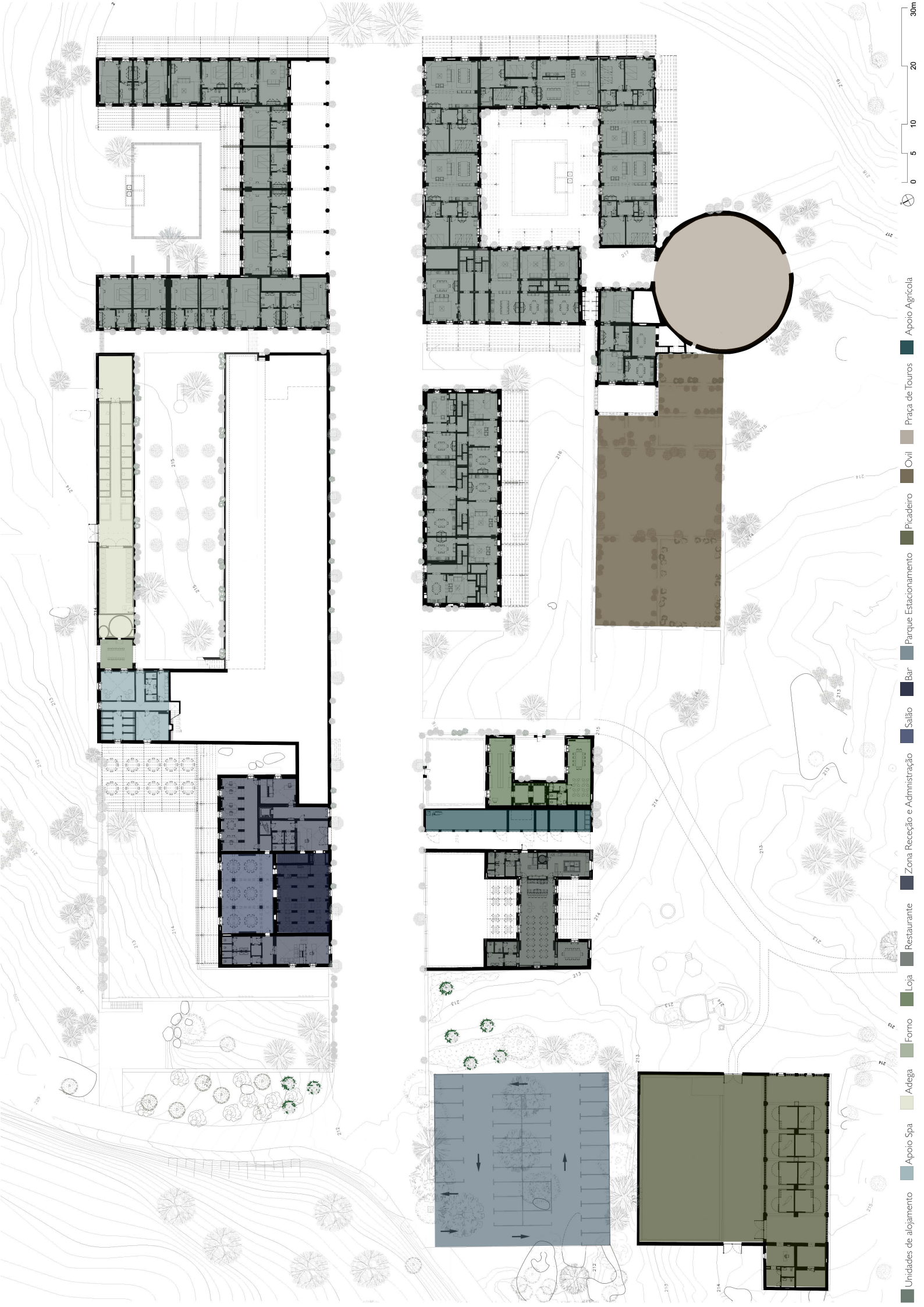
¹⁷⁴ São Lourenço do Barrocal, disponível em: <https://www.archdaily.co/co/870684/sao-lourenco-do-barrocal-eduardo-souto-de-moura>

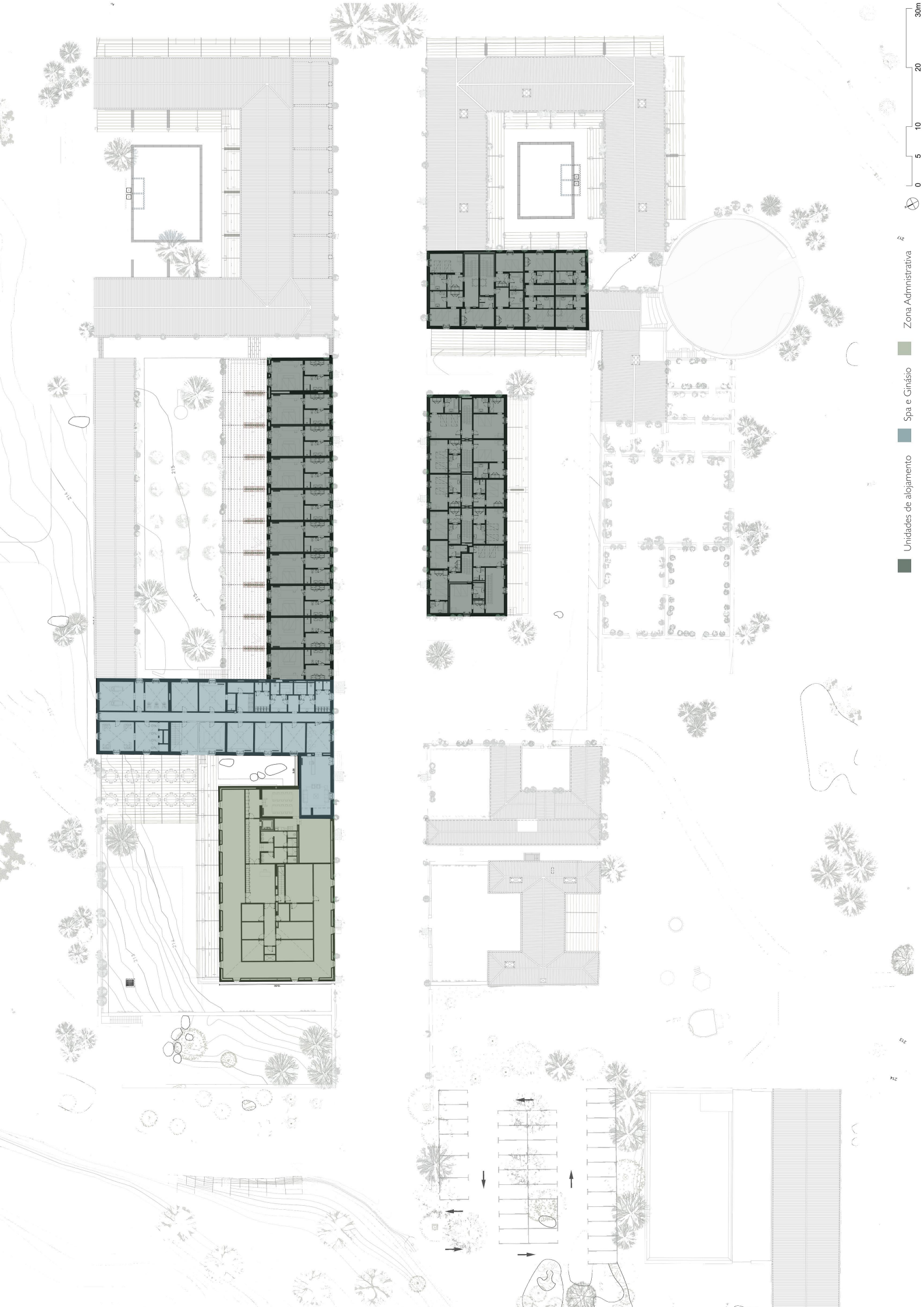
¹⁷⁵ lugar onde há colmeias.

¹⁷⁶ *Grande Entrevista. Eduardo Souto de Moura*. Temporada 11. Episódio 17. RTP. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p4258/e349385/grande-entrevista>

¹⁷⁷ “Esto, más que una pregunta, es un elogio. ¡Claro que lo hice yo! (...)En este caso, pensé que el patrimonio no era necesariamente un objeto, esto es, algo que ya existe, sino una atmosfera.” in *El Croquis* n°218. Eduardo Souto de Moura. 2015-2023.

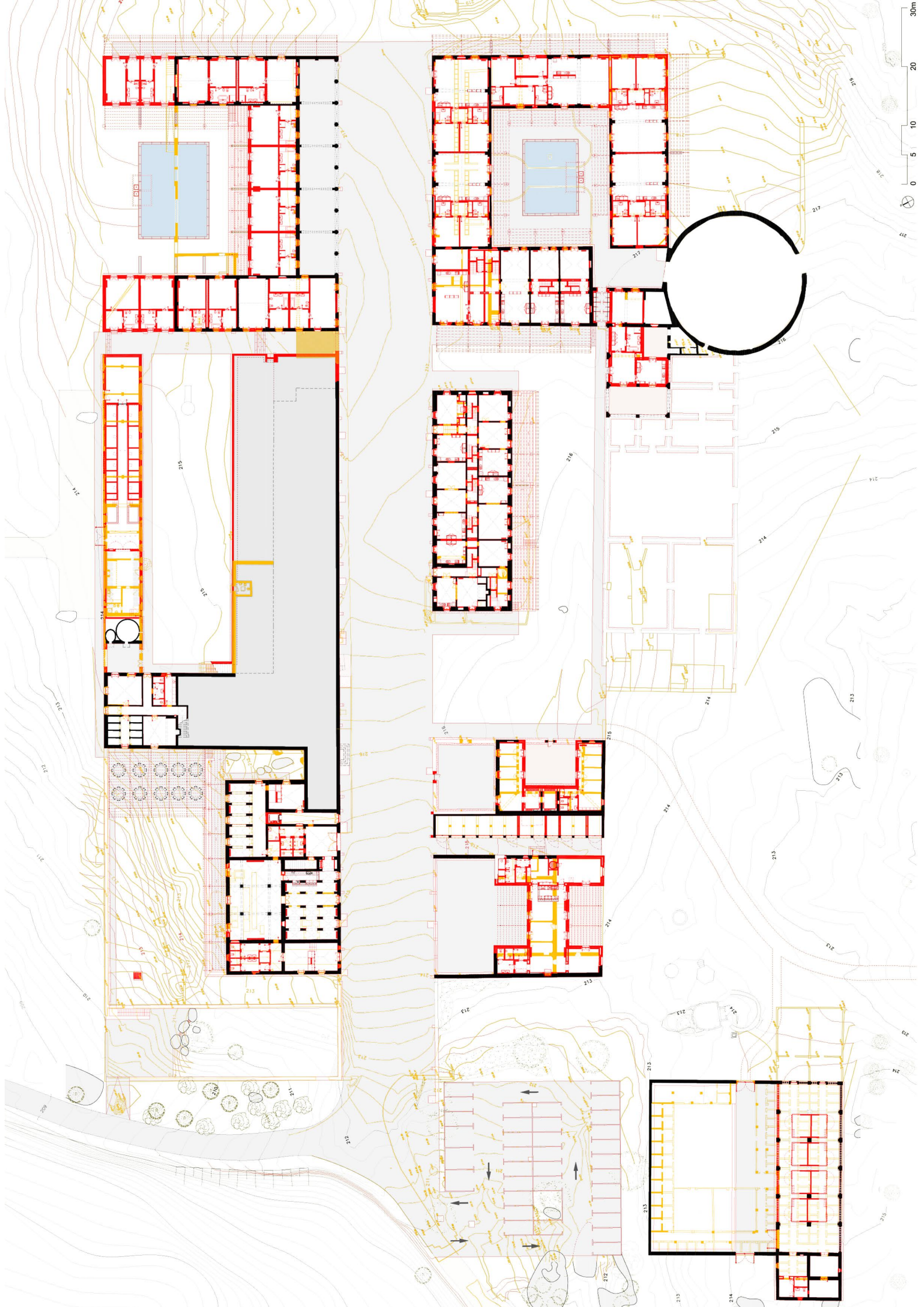






- Unidades de alojamento
- Spa e Ginásio
- Zona Administrativa





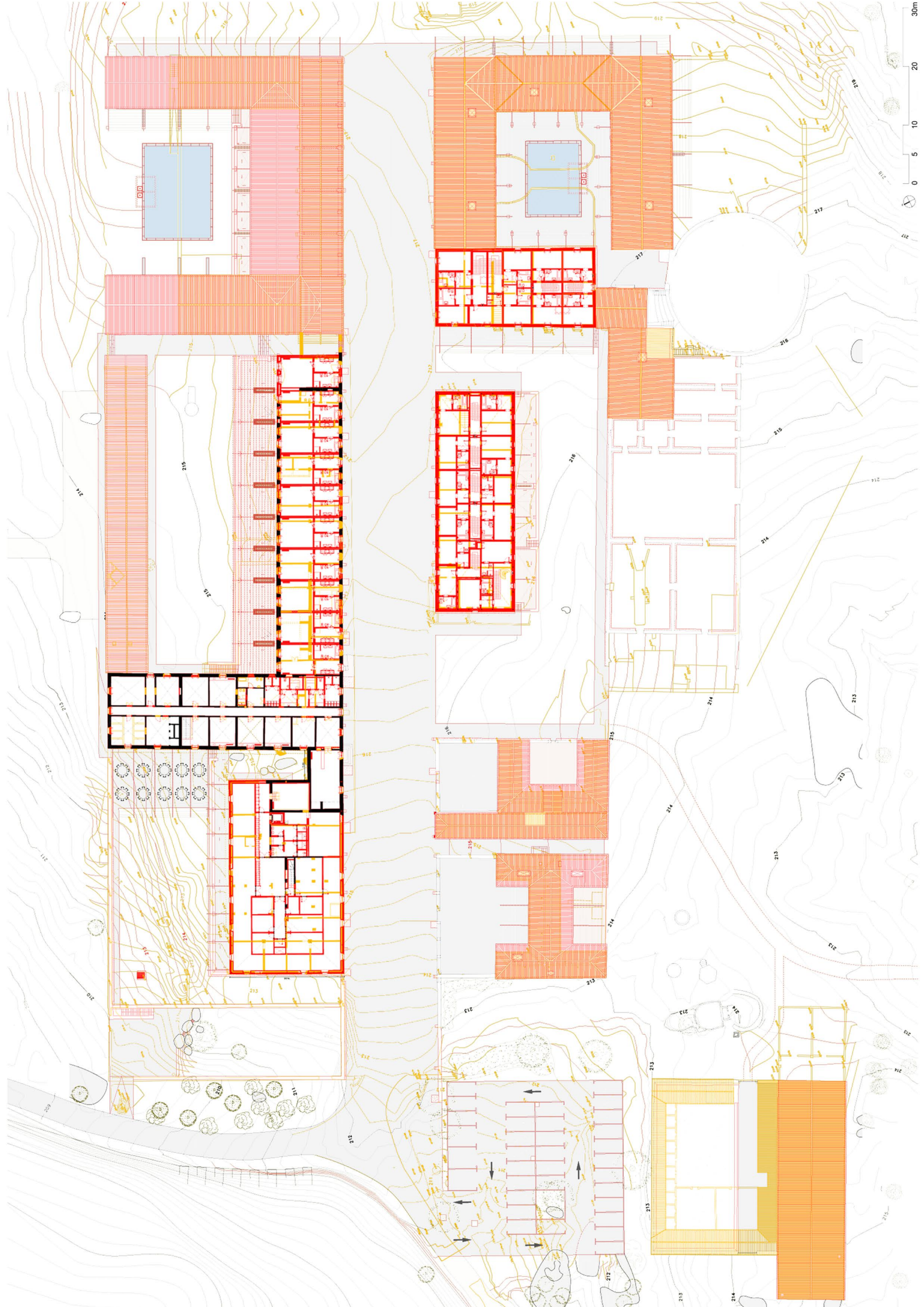


Fig. 64 | Implantação. São Lourenço do Barrocal. Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.

Fig. 65 | Análise Programa Funcional Piso Térreo. São Lourenço do Barrocal. Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.

Fig. 66 | Análise Programa Funcional Piso Superior. São Lourenço do Barrocal. Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.

Fig. 67 | Planta Vermelhos e Amarelos Piso Térreo. São Lourenço do Barrocal. Tratamento gráfico da autora



Fig. 69 A piscina e o Barrocal. São Lourenço do Barrocal.



Fig. 71 O Ovil. São Lourenço do Barrocal.

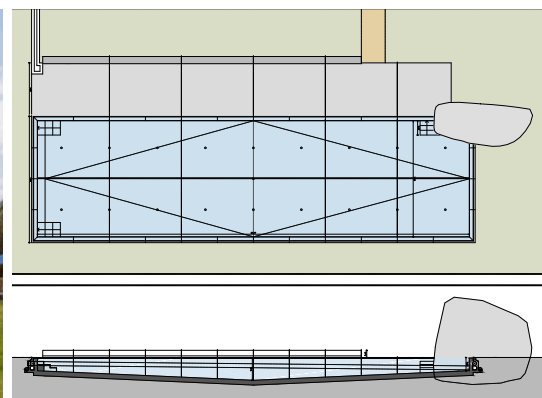


Fig. 70 Planta e Corte. Piscina São Lourenço do Barrocal.



Fig. 72 A Loja. São Lourenço do Barrocal.



(em cima) Fig. 73 O Spa. Fig. 74 O Bar. Fig. 75 O Restaurante. São Lourenço do Barrocal.
(em baixo) Fig. 76 O Forno. Fig. 77 O Colmeal. Fig. 78 A Praça de Touros. São Lourenço do Barrocal.

No São Lourenço do Barrocal, a acessibilidade é integrada de forma consistente no projeto, assegurando o cumprimento dos principais requisitos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 para estabelecimentos hoteleiros. Existe um percurso acessível entre a via pública e os locais de entrada e saída do conjunto, contudo, este apresenta alguma irregularidade devido à materialidade do pavimento preexistente, opção que procura salvaguardar a materialidade e a leitura do lugar.

O edifício dispõe de uma receção acessível, bem como de várias unidades de alojamento adaptadas para pessoas com mobilidade condicionada. Estas unidades incluem suítes, constituídas por quarto e instalação sanitária, ou casas completas integrando quarto, instalação sanitária, sala e cozinha, assegurando condições de utilização autónoma e confortável. As instalações sanitárias destas unidades apresentam dimensões superiores a 2,20 m por 2,20 m, permitindo a realização de manobras de rotação de 360°, em conformidade com as Normas Técnicas de Acessibilidade.

No que respeita à circulação interior, os átrios permitem a inscrição de zonas de rotação de 360°, e os corredores existentes apresentam larguras iguais ou superiores a 1,20 m, garantindo a fluidez dos percursos acessíveis. As rampas integradas no conjunto apresentam inclinações não superiores a 8 %, cumprindo os limites definidos pela legislação em vigor e assegurando a continuidade dos percursos sem recurso a soluções mecânicas.

Relativamente ao estacionamento, o projeto cumpre igualmente as exigências regulamentares, dispondo de três lugares destinados a pessoas com mobilidade condicionada, num total de 35 lugares. De um modo geral, o projeto cumpre as exigências normativas no domínio da acessibilidade. Ainda assim, importa referir que o São Lourenço do Barrocal se enquadra no regime de exceções previsto para a reabilitação, circunstância que justifica uma aplicação flexível e contextualizada das normas, compatibilizando o seu cumprimento com a preservação da preexistência.

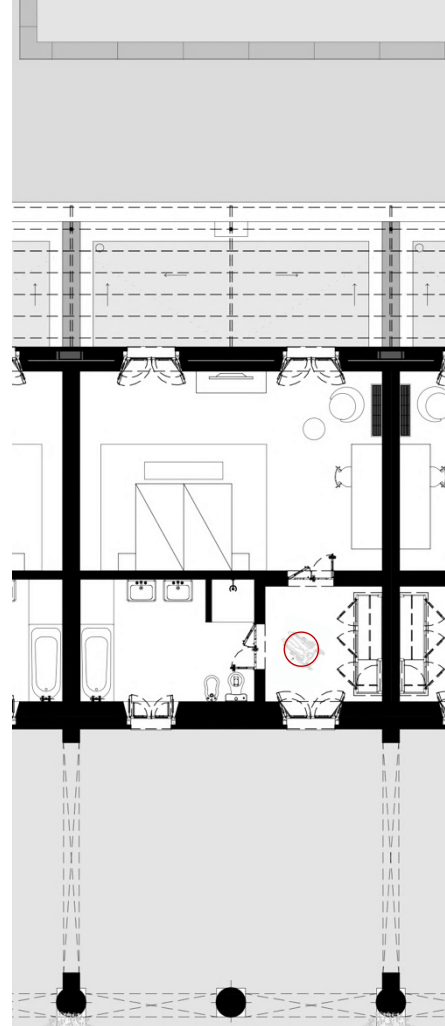


Fig. 79 Esquema Acessibilidade Zona Quarto.

Acessibilidade

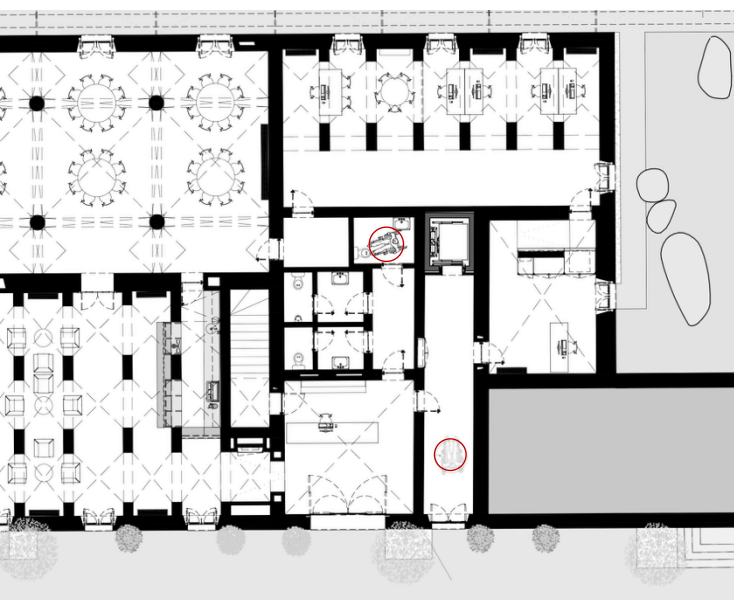


Fig. 80 Esquema Acessibilidade Zona da Receção.

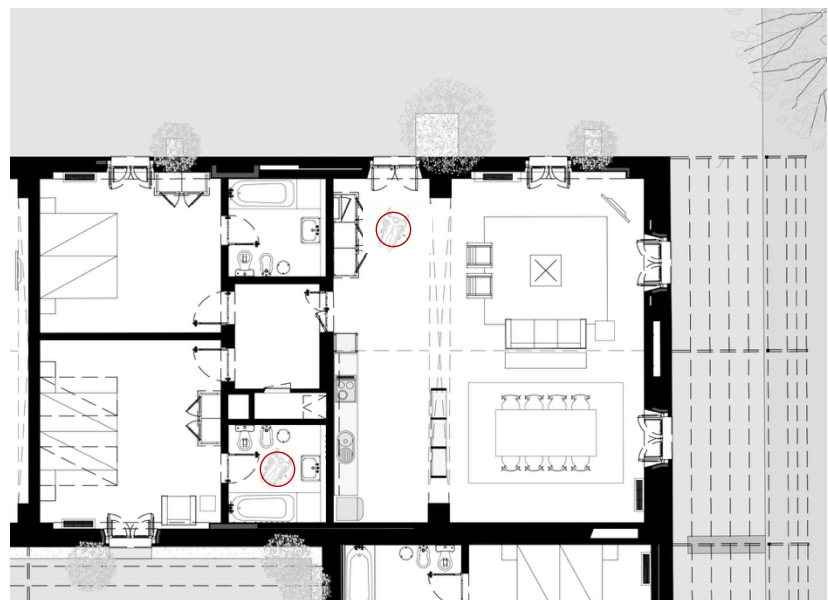


Fig. 81 Esquema Acessibilidade Zona da Casa.

A intervenção estrutural neste tipo de construções antigas é complexa devido à necessidade de corresponder aos níveis de segurança, funcionalidade e conforto dos padrões atuais e, em simultâneo, preservar o carácter da preexistência.

Neste caso de estudo, devido ao estado débil da estrutura preexistente, o arquiteto tem a necessidade de refazer quase toda a estrutura. De forma geral, o arquiteto optou por recorrer a estruturas leves, nomeadamente em aço. Este tipo de solução adapta-se às construções históricas, reduzindo a solicitação sobre os elementos estruturais preexistentes e permite recorrer a métodos de execução menos invasivos durante a fase de obra. Segundo o arquiteto, o segundo piso foi demolido na sua totalidade e reconstruído com estrutura de aço.¹⁷⁸ Nas coberturas, com telhas recuperadas de demolições de edifícios antigos, Eduardo Souto de Moura auxilia-se de uma estrutura de vigas metálicas ocultas com perfil curvo para simular a deformação pelo fator tempo.

Nas paredes e nos muros, Souto de Moura, recorre a paredes de betão de forma a garantir uma maior durabilidade¹⁷⁹ e estabilidade, forradas com tijolo de adobe pelo exterior para obter a textura e o aspecto visual compatíveis com a preexistência.

No detalhe construtivo da zona do spa, todas as paredes existentes são conservadas. Os pavimentos desta zona são constituídos pela laje existente, por uma lamina de betão, uma camada de enchimento, betonilha armada, argamassa de assentamento e baldosas. Na zona dos sanitários, o mesmo se verifica, mudando apenas o acabamento para autonivelante.

São inseridos elementos em betão pré-fabricado para apoiar o beirado. Na zona da caixilharia, o arquiteto utilizou isolamento térmico e tijolo vazado rebocado. Nas zonas exteriores adjacentes, utiliza-se calçada de granito irregular e saibro, com fundação de *tout-venant*.

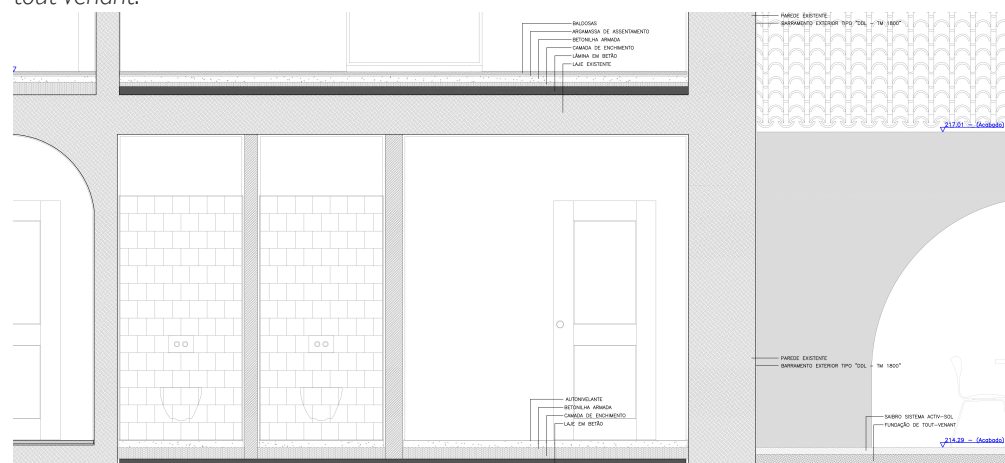


Fig. 82 Corte Construtivo da Zona do Spa. Detalhe zona dos sanitários e pavimento exterior em saibro.

¹⁷⁸ Eduardo Souto de Moura. *Conferência Inaugural do CEAPA. 'Três Mosteiros'*.

¹⁷⁹ "Mas como se constrói um ambiente? É como no teatro, faz-se um cenário. Fiz paredes de betão, porque estava tudo caído. E não ia fazer outra vez em tijolo adobe de terra porque volta a cair. Mas o que eu queria era perceber a textura e o sabor do adobe e, então, fiz a tal simulação de betão forrado a adobe, uma maquilhagem." Entrevista Primeira Pessoa, *Electra*. Pedro Levi Bismarck

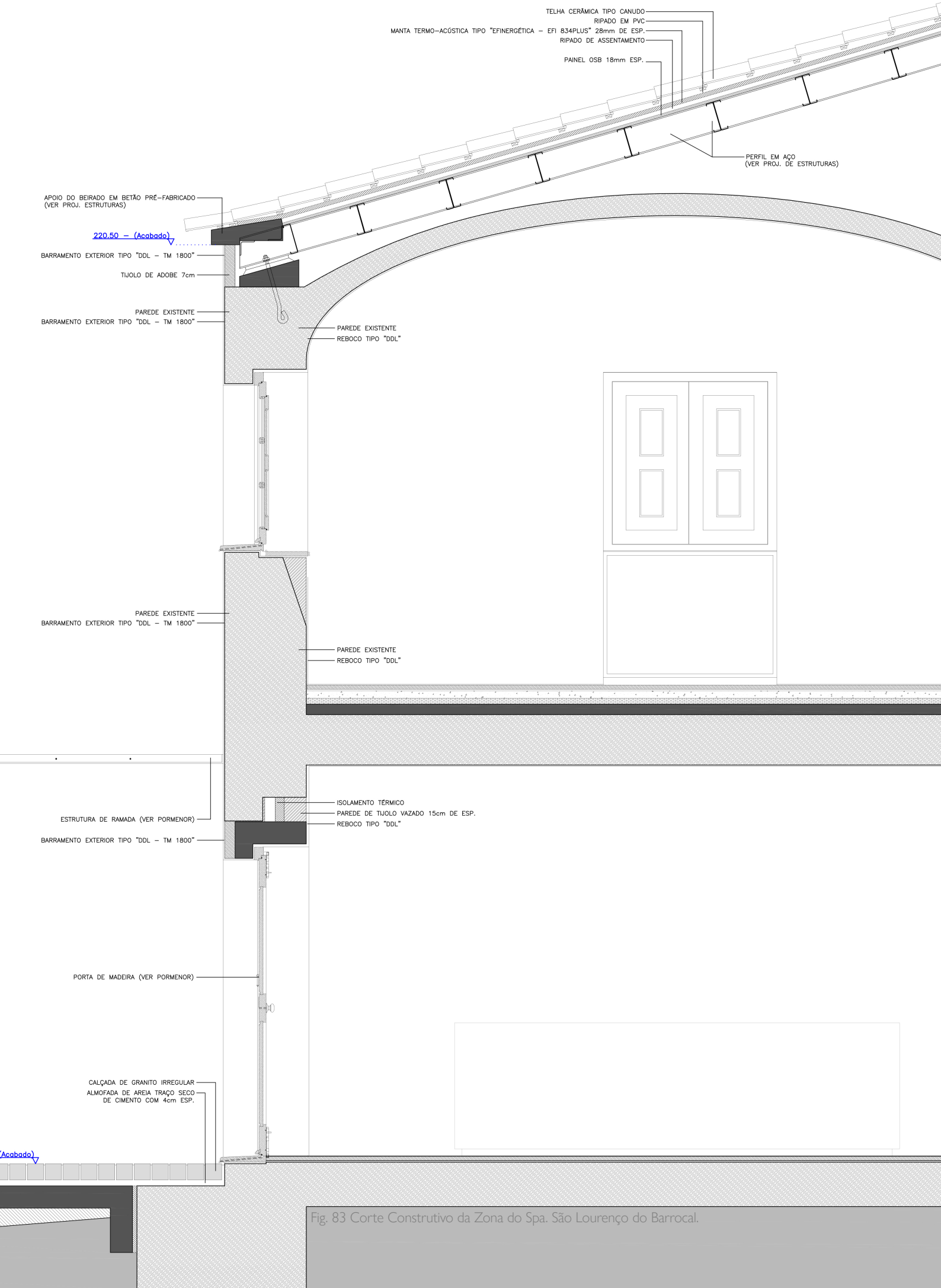


Fig. 83 Corte Construtivo da Zona do Spa. São Lourenço do Barrocal.

O detalhe construtivo da zona da receção revela que algumas paredes existentes foram preservadas, mas, na zona do piso superior, o arquiteto utiliza uma parede de tijolo vazado de 20 cm de espessura no exterior, revestida com tijolo de adobe de 7 cm e o barramento habitual, com caixa de ar, isolamento térmico e uma parede de tijolo vazado no interior, com 11 cm de espessura, rebocada. O pavimento interior utilizado é o de baldosas, exceto nas instalações sanitárias e zonas técnicas, nas quais se utiliza o autonivelante, à semelhança do spa. O arquiteto utiliza o mobiliário para instalar as infraestruturas sem que estas sejam perceptíveis.

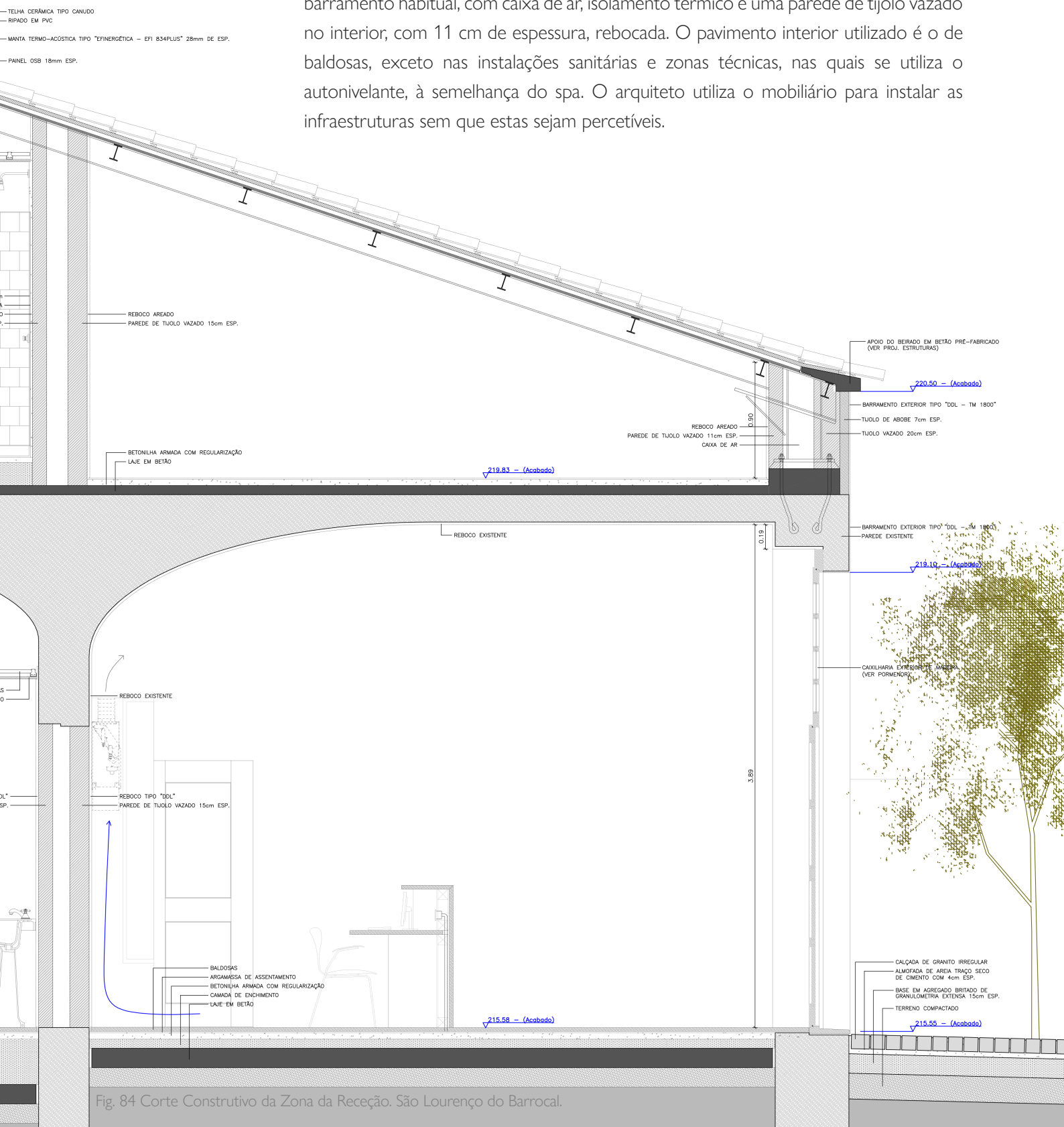


Fig. 84 Corte Construtivo da Zona da Receção. São Lourenço do Barrocal.

O corte construtivo do edifício a sul, correspondente às casas, demonstra, uma vez mais, que as paredes do rés-do-chão existentes são conservadas e, como neste edifício o pé direito foi aumentado, as paredes do piso superior são construídas com tijolo vazado revestido a tijolo de adobe. Na fachada norte deste edifício, o arquiteto utiliza uma parede dupla de tijolo vazado com caixa de ar e isolamento, revestida novamente com tijolo de adobe pelo exterior. Neste edifício, o arquiteto recorre a tetos falsos, usando gesso cartonado nos espaços de circulação e reguado de madeira maciça de pinho tratado em zonas de permanência. Esse reguado de madeira é fixo a uma estrutura constituída por barrotes de madeira maciça de pinho tratado, com dimensões de 100x70 cm e afastamento de 60 cm entre si. Nesses barrotes são afixadas ripas com dimensões de 50x50 cm em direção oposta, com afastamento de 60 cm, às quais o reguado de madeira maciça é fixado. O arquiteto mantém a laje existente e ainda recorre a uma lâmina de betão de 10 cm como estrutura para o piso superior. É utilizado um rodapé em cerâmica em todo o edifício, de forma a proteger as paredes interiores.

Nas coberturas, o arquiteto utiliza painéis OSB assentes em perfis de aço. Sobre esses painéis, existe um ripado que suporta uma manta termo-acústica. Por fim, é usada uma telha cerâmica tipo canudo, assente num ripado em PVC. O arquiteto apoia o beirado num elemento em betão pré-fabricado.

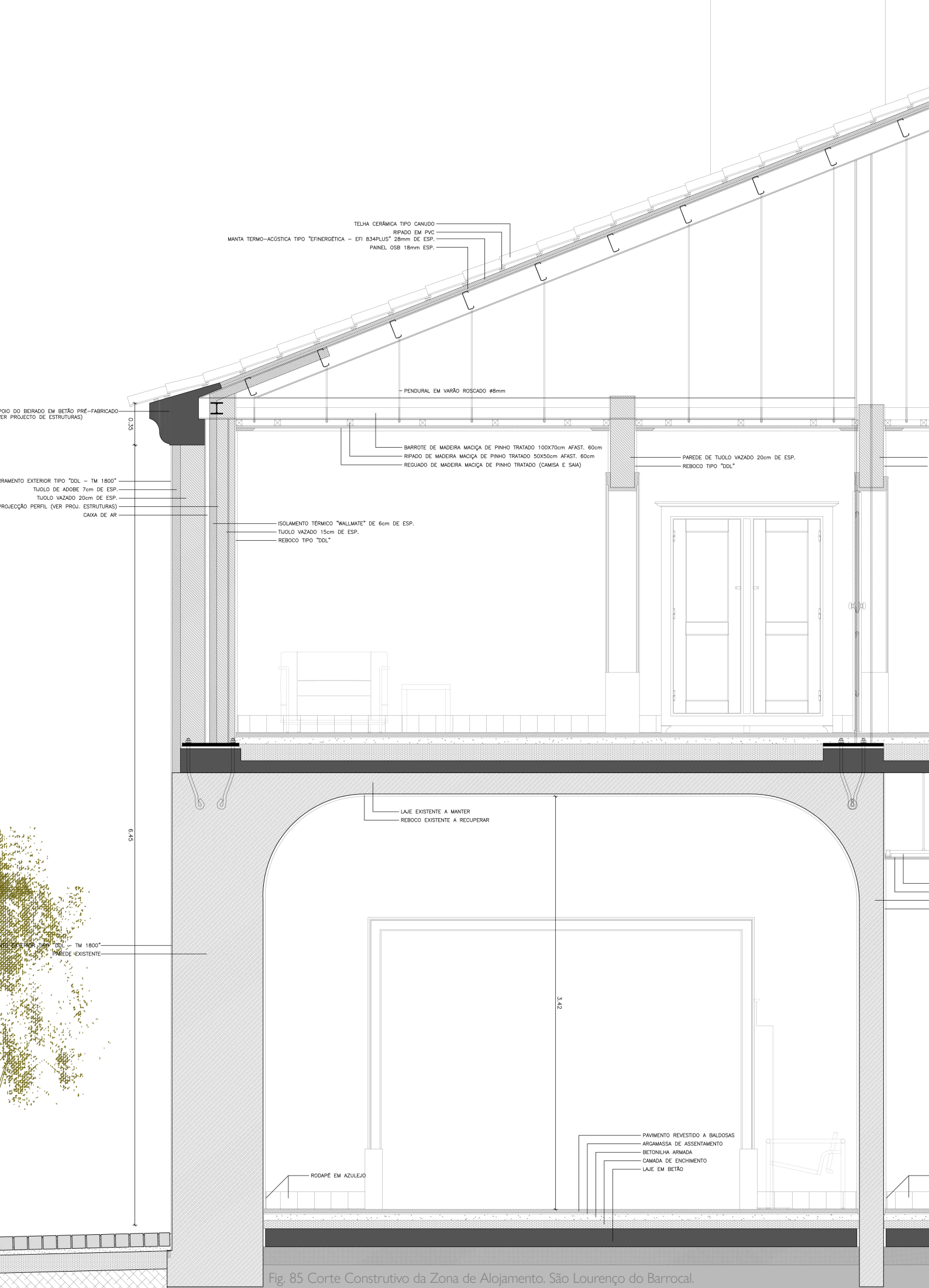


Fig. 85 Corte Construtivo da Zona de Alojamento. São Lourenço do Barrocal.

Na análise dos elementos gráficos, nomeadamente nas plantas de vermelhos e amarelos, é possível concluir que as cores aparecem, na sua maioria, sobrepostas.

A reflexão de Eduardo Souto de Moura sobre a sua própria prática mostra que houve uma mudança de postura ao longo do seu percurso profissional. O arquiteto reconhece que, com a maturidade, abandona o desejo jovem de se afirmar, passando a valorizar a intemporalidade. Para Souto de Moura, a arquitetura perde lógica quando quer ser arte; pelo contrário, o seu objetivo principal deve ser prestar um serviço e responder às necessidades do programa e do contexto. O anonimato é o “ponto mais alto da arquitetura”,¹⁸⁰ a obra deve integrar-se no lugar de forma a parecer que sempre existiu, sem necessidade de se impor ou de evidenciar o seu autor. O arquiteto acredita que é preciso transformar o mundo de forma a parecer que tudo esteve sempre lá, defendendo uma ideia de manipulação, quase “como um ilusionista, que por um lado engana e por outro diz a verdade.”¹⁸¹ Esta atitude de “falsidade” interessa muito a Souto de Moura.

Em 2018, na Bienal de Veneza, o arquiteto ganhou o Leão de Ouro com este mesmo projeto. Para a exposição o arquiteto apresentou duas fotografias, uma anterior à intervenção e outra posterior. As imagens apresentadas “explicavam como tinha tocado em tudo, ainda que parecesse que não tivesse tocado em nada.”¹⁸²

Esta postura ligada à “falsidade” permite conjugar a inovação com a história e pode ser uma solução de intervenção em preexistências vernaculares, de forma a ser possível integrar o contemporâneo no vernacular existente. O projeto de São Lourenço do Barrocal é exemplo desta postura: uma intervenção profunda que, ainda assim, transmite a ideia de que o conjunto sempre foi assim, num equilíbrio entre ação e invisibilidade.

Apesar do São Lourenço do Barrocal não ser classificado como património, o arquiteto revela uma atitude ponderada no projeto.¹⁸³ Para Eduardo Souto de Moura o “património não é um objecto, é uma geografia, um ambiente, uma atmosfera”.¹⁸⁴

Ações
Posturas de Intervenção

¹⁸⁰ *El Croquis* nº 218. Eduardo Souto de Moura. 2015-2023. *Cómo Funciona la Ficción. Una conversación con Eduardo Souto de Moura*. Inmaculada Maluenda y Enrique Encabo

¹⁸¹ *idem*

¹⁸² *idem*

¹⁸³ “(...) Ou seja, o que devo fazer aqui? Todo mundo sabe que cada desenvolvimento histórico é único e Barrocal é um projeto difícil, mas muito interessante, porque estamos trabalhando na borda da navalha. Se formos longe demais, vamos estragá-lo, e se não fizermos o suficiente, não vai funcionar.” MOURA, Eduardo Souto de. in Divisare

¹⁸⁴ *Entrevista Primeira Pessoa*, Electra. Pedro Levi Bismarck

Dentro do mesmo projeto, é possível identificar e distinguir três posturas e estratégias do arquiteto ao lidar com a preexistência. A memória, a continuidade e acréscimo.

A **memória**, ligada ao respeito pelo passado, preservando a preexistência sem fazer qualquer alteração, como na praça de touros ou ainda no ovil¹⁸⁵, elementos que transmitem ainda a ideia de ruína, tema presente em muitas intervenções do arquiteto.

A **continuidade**, visível na intenção do arquiteto por não querer fazer algo diferente, quer seja na forma ou na materialidade, mantendo toda a volumetria e espírito do lugar.

O **acrécimo**, de forma a responder às necessidades contemporâneas e às exigências programáticas, como a expansão de um dos edifícios a norte para conseguir acolher o novo programa e respeitar alinhamentos, os espelhos de água que introduzem um elemento de frescura nos pátios dos quartos, piscina e o edifício adjacente. Podemos ainda mencionar o acréscimo de toda a nova estrutura e infraestrutura, de forma a aumentar o conforto e responder às exigências atuais, como as questões da acessibilidade e conforto térmico, integrando o sistema AVAC no mobiliário fixo desenhado pelo arquiteto.

O estudo do detalhe é equilibrado pela imagem de conjunto. A unidade visual obtida resulta de um estudo dos materiais e a sua forma de aplicação, de modo a permitir a sua recuperação ou substituição.

Esta transformação não se limitou a atribuir novas funções aos espaços, mas procurou valorizar a memória e a identidade do lugar, reaproveitando as estruturas existentes para enquadrar as novas necessidades.

¹⁸⁵ curral de ovelhas, usado para fazer separação.

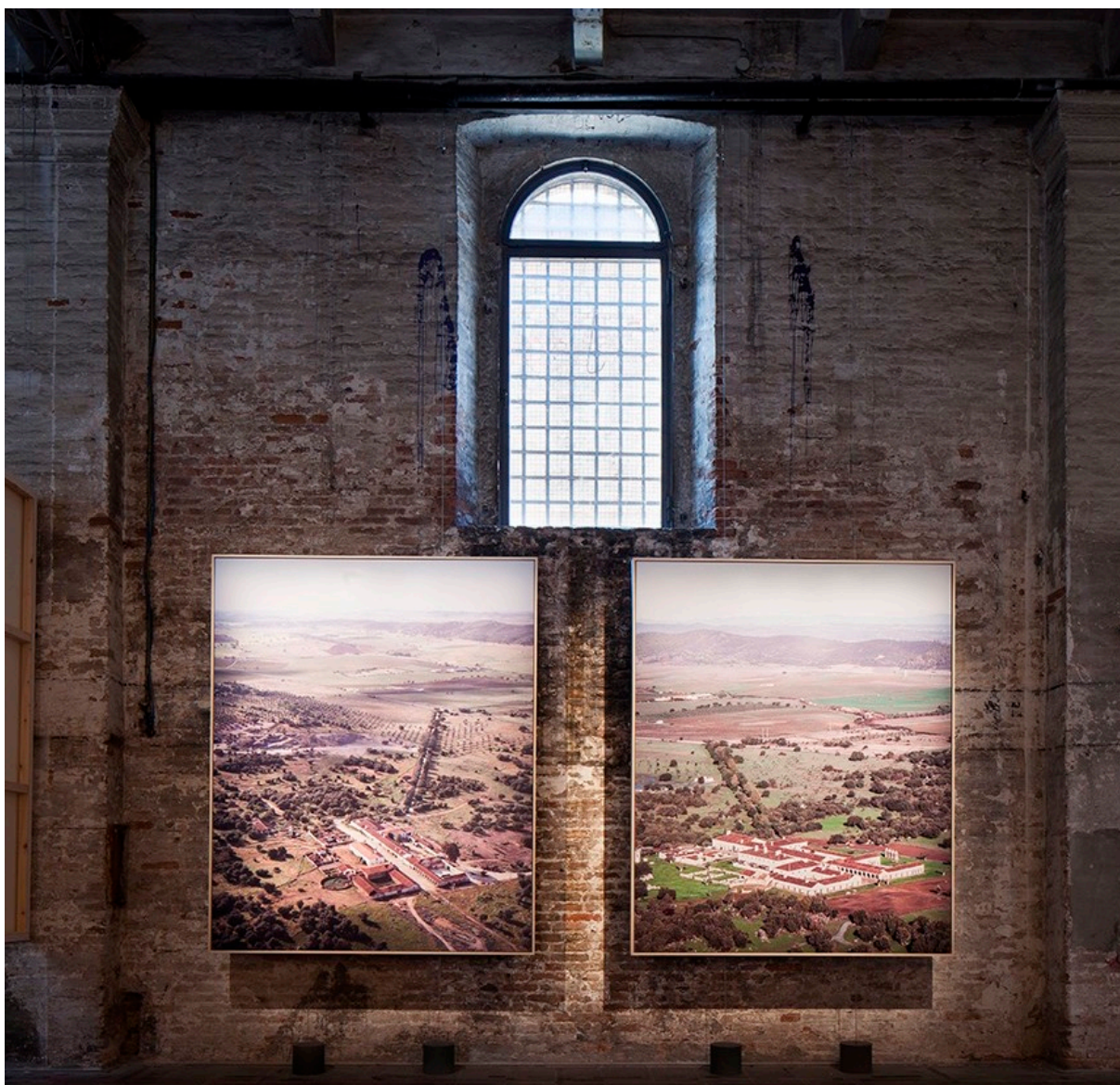


Fig. 86 Antes e Depois da Intervenção. Memória, Continuidade, Acréscimo. São Lourenço do Barrocal.

3.2 Quinta do Outeiro

Enquadramento



Fig. 87 Vista geral da preexistência. Quinta do Outeiro.

Fig. 88 Implantação e topografia. Quinta do Outeiro.

Fig. 89 Arquitetura Vernacular na Zona do Minho. Espigueiro em pedra. Quinta do Outeiro.

Fig. 90 Materialidade da preexistência. Quinta do Outeiro.

A Quinta do Outeiro, tem origem em 1598 e localiza-se em Ponte da Barca, na região do Minho, no norte de Portugal, numa paisagem marcada pela forte presença agrícola. A quinta pertenceu a uma única família até 1993, ano em que é adquirida pelo bisavô da atual proprietária. Numa primeira fase, em 2013, foi reconvertida a zona agrícola e em 2017, começou o projeto de arquitetura para a construção de uma unidade de alojamento de turismo rural.¹⁸⁶ As obras tiveram início em 2020 e em 2023 foi inaugurado.

O conjunto edificado correspondia a uma antiga casa senhorial, rodeada por construções de apoio e terrenos de cultivo, representando a típica organização das quintas da região do Minho, na qual a arquitetura vernacular se articula com funções de habitação e produção agrícola. A propriedade tem cerca de oito hectares.

Previamente à intervenção de Eduardo Souto de Moura, o conjunto encontrava-se em estado de degradação, exigindo uma operação de reabilitação capaz de devolver funcionalidade e coerência à propriedade. A preexistência caracterizava-se por uma construção em pedra granítica, volumetrias simples e implantação adaptada à topografia, traduzindo a relação direta com o território e com os modos de vida rurais.

A intervenção de Eduardo Souto de Moura na Quinta do Outeiro teve como principal objetivo reabilitar e revitalizar um conjunto rural em estado de degradação, devolvendo-lhe funcionalidade sem comprometer a sua identidade vernacular. Os objetivos do projeto passaram por preservar a memória do lugar, respeitando a lógica construtiva, os materiais e a relação com a paisagem. Assim, o projeto assume-se como mais um exercício de continuidade, refletindo a postura de Souto de Moura ao lidar com preexistências vernaculares.

Segundo o proprietário, o arquiteto “aproveitou a traça original de uma casa senhorial, e adaptou o edifício de pedra para uma estrutura capaz de receber com todo o conforto e comodidade aqueles que procuram o bem-estar num cenário onde a natureza conflui em estado puro.”¹⁸⁷

Um outro objetivo desta reabilitação foi valorizar a região e proporcionar um “turismo de valor acrescentado, que liga a exploração agrícola ao turismo.”¹⁸⁸

¹⁸⁶ Desenhado por Souto Moura, novo agroturismo em Ponte da Barca é um elogio à arquitetura e à natureza. In Boa Cama. Boa Mesa. Jornal Expresso, 2023.

¹⁸⁷ ibidem

¹⁸⁸ ibidem



Fig. 91 Implantação. Quinta do Outeiro.



Na intervenção da Quinta do Outeiro, a linguagem arquitetónica mantém-se fiel à tradição vernacular do norte de Portugal, caracterizada por formas e volumetrias simples. Souto de Moura recorre a uma abordagem de intervenção mínima, valorizando a pureza das linhas e a coerência do conjunto original.

A alvenaria de pedra granítica existente foi preservada, sendo reparada apenas quando necessário, garantindo a continuidade do carácter da preexistência. A madeira do telhado e dos acabamentos interiores foi mantida ou substituída, respeitando a textura e a aparência originais.

Os telhados originais, compostos por várias águas, foram simplificados e convertidos numa única cobertura plana verde. Os tetos são em betão à vista pintados em branco.

Nos elementos novos, o arquiteto introduziu componentes metálicos, usados de forma precisa e funcional, criando contrastes com a pedra existente. Estes elementos cumprem tanto funções estruturais como estéticas, permitindo reforçar certos espaços e evidenciar que houve intervenção sem comprometer a leitura vernacular do conjunto. Esta estratégia permite que as adições sejam reconhecíveis, mas integradas, estabelecendo um diálogo entre tradição e modernidade.



Fig. 92 Telhado preexistência. Quinta do Outeiro.

Fig. 93 Cobertura plana depois da intervenção. Quinta do Outeiro.

Fig. 94 Diferentes materialidades. Pedra, madeira e aço. Quinta do Outeiro.



Fig. 95 Materialidade no interior. Paredes em pedra e tetos em betão pintado a branco. Quinta do Outeiro.

Fig. 96 Elementos em aço em contraste com a pedra existente. Quinta do Outeiro.

Programa

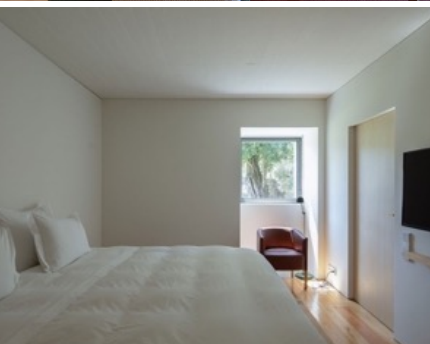


Fig. 97 Sala de Refeições. Quinta do Outeiro.

Fig. 98 Sala de Estar. Quinta do Outeiro.

Fig. 99 Quarto. Quinta do Outeiro.

Fig. 100 Piscina em betão, enquadrada na paisagem. Quinta do Outeiro.

A intervenção na Quinta do Outeiro implicou lidar com a reconversão de uso, passando de um conjunto rural de uso familiar para um uso turístico. O principal desafio programático foi essa mudança de uso, transformar uma habitação num alojamento turístico, respondendo às exigências desse novo programa. Isto implicou reorganizar os espaços interiores para torná-los funcionais, mantendo a estrutura original e a leitura clara das divisões tradicionais.

Atualmente, o edifício é composto por quatro quartos no primeiro andar e três quartos no piso térreo, equipados com kitchenette, tendo capacidade para receber até 16 hóspedes. O edifício tem ainda duas salas de estar e uma sala de refeições e, no exterior, conta também com uma piscina.

Passando a analisar a planta de vermelhos e amarelos correspondente ao piso inferior, percebe-se que apenas foram demolidos um corpo que se desenquadrava do desenho ortogonal e, no lado oposto, um outro espaço com dimensões menores. O arquiteto manteve a forma e a área existentes deste piso e manteve a maior parte das aberturas existentes, acrescentando apenas duas de pequenas dimensões nas zonas sanitárias para o exterior. Quanto às paredes, são, na sua maioria, conservadas pelo arquiteto, demolindo apenas parte de forma a criar uma ligação entre duas áreas.

No que toca ao piso superior do edifício, conclui-se que a forma original não foi alterada e que o arquiteto conseguiu enquadrar todo o programa na área preexistente. Ao contrário do que se passa no piso inferior, neste caso, foram criadas mais ligações e passagens entre os espaços, evidenciadas pelo amarelo na planta. O arquiteto redesenhou as escadas preexistentes de forma a um melhor enquadramento no projeto. A mudança de uso é perceptível nesta planta, por exemplo, em que a anterior cozinha dá agora lugar a instalações sanitárias.

No exterior, a organização dos terrenos agrícolas e a relação com a paisagem foram preservadas, garantindo que o conjunto continuasse a expressar o seu passado e a integração com o território.

Também foi projetada uma piscina, elemento característico deste tipo de programa e comum com o outro caso de estudo, em betão, com dimensões de 4 m por 12,50 m.

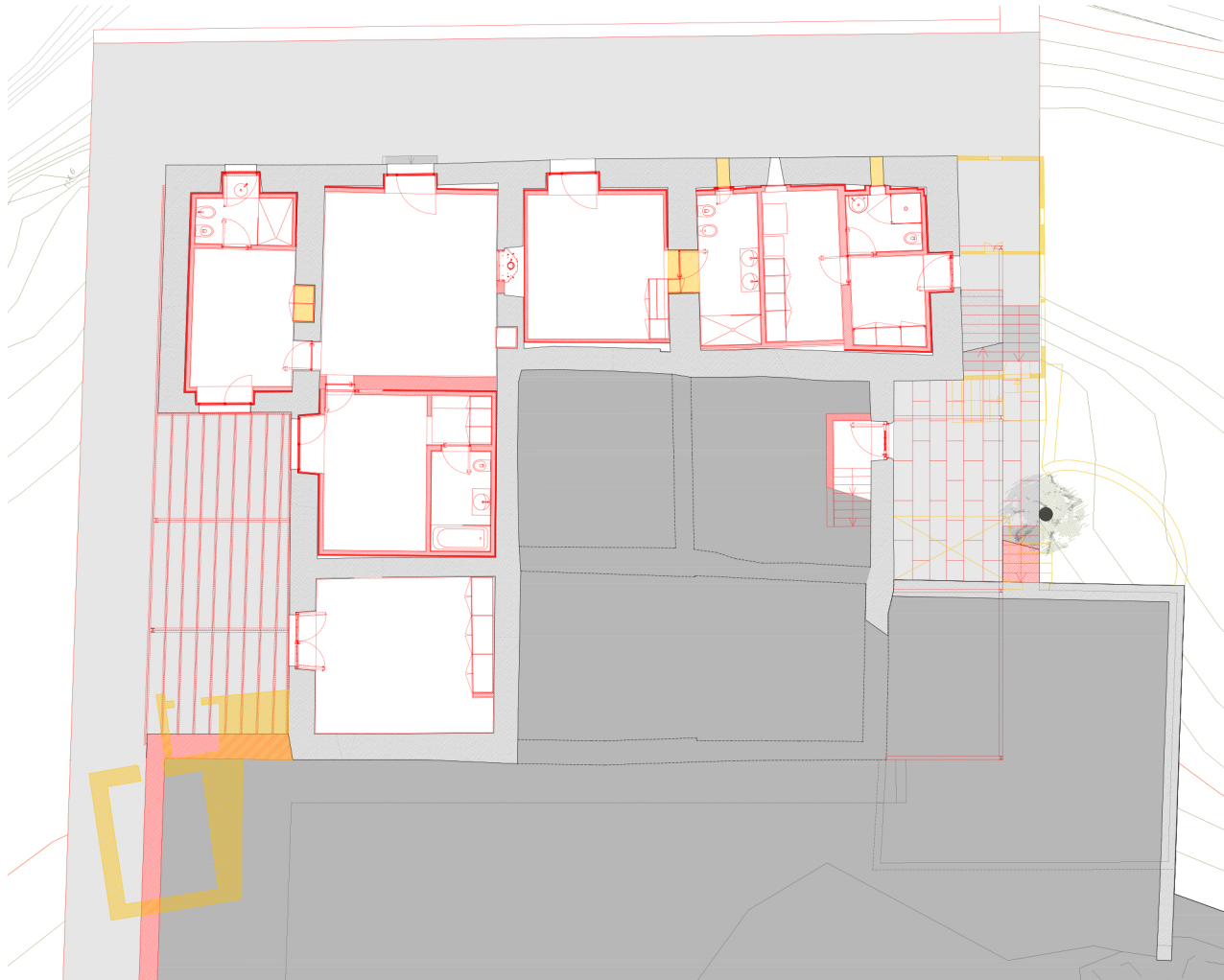


Fig. 101 Planta Vermelhos e Amarelos. Piso Térreo. Quinta do Outeiro.

0 1 5 10



Fig. 102 Planta Vermelhos e Amarelos. Piso Superior. Quinta do Outeiro.

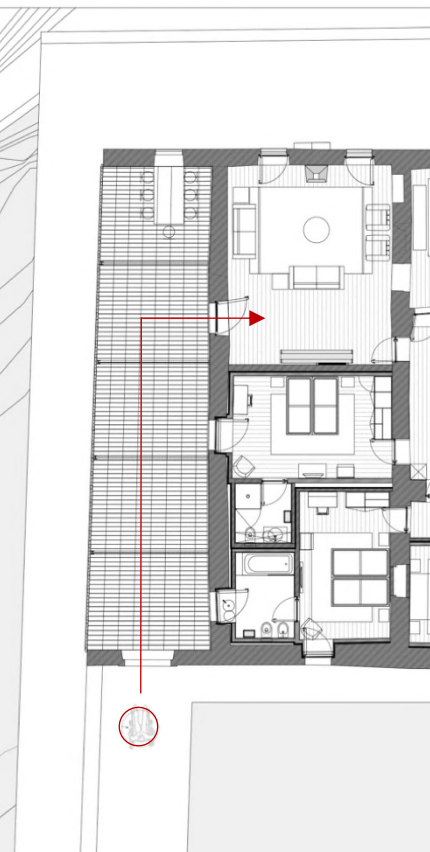
0 1 5 10



Fig. 103 Planta e Programa. Piso Térreo. Quinta do Outeiro. Da autora.



Fig. 104 Planta e Programa. Piso Superior. Quinta do Outeiro. Da autora.



Acessibilidade

Na Quinta do Outeiro, a acessibilidade é enquadrada de forma distinta do caso do São Lourenço do Barrocal, uma vez que o edifício se insere no regime de exceção e apresenta uma escala menor, o que implica um conjunto menos exigente de requisitos normativos associados à atividade turística. Este enquadramento permite maior flexibilidade na aplicação das Normas Técnicas de Acessibilidade, particularmente no contexto de um edifício vernacular preexistente implantado no meio rural.

O projeto não contempla uma zona de receção autónoma, situação admissível neste tipo de estabelecimento, sendo o acesso e a utilização do edifício organizados de forma direta e informal. Para o piso superior do edifício, existe um percurso acessível desde a via pública até ao local de entrada e saída. No entanto, o edifício não dispõe de unidades de alojamento acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada. Apesar de as portas interiores cumprirem a largura mínima regulamentar de 0,87 m, as instalações sanitárias não apresentam as dimensões mínimas de 2,20 m por 2,20 m, impossibilitando a realização das manobras de rotação exigidas pelas Normas Técnicas de Acessibilidade.

Relativamente ao piso 0, embora este seja acessível através de uma rampa exterior, a entrada no edifício torna-se não acessível devido à presença de um degrau, interrompendo a continuidade do percurso acessível.

No que respeita ao estacionamento, não existem lugares especificamente assinalados para pessoas com mobilidade condicionada; ainda assim, o espaço disponível permite o estacionamento e possibilita, em termos funcionais, a garantia das condições necessárias à utilização por pessoas com mobilidade condicionada.

Do ponto de vista normativo, este caso de estudo enquadra-se nas exceções previstas para estabelecimentos inseridos em espaço rural, não sendo obrigatória a existência de instalações, equipamentos ou, pelo menos, uma unidade de alojamento acessível a pessoas com mobilidade condicionada. A acessibilidade é, assim, tratada de forma seletiva e contextualizada, refletindo um equilíbrio entre o cumprimento possível das exigências regulamentares e a preservação da estrutura, da organização espacial e do carácter vernacular da preexistência.



Fig. 105 Esquema Acessibilidade. Entrada no Piso 1. Quinta do Outeiro.

Fig. 106 Esquema Acessibilidade. Entrada no Piso 0. Existência de um degrau. Quinta do Outeiro.

A intervenção de Eduardo Souto de Moura na Quinta do Outeiro procurou preservar e reforçar a estrutura existente. O conjunto original apresentava uma estrutura em pedra granítica, típica desta região, com paredes espessas que garantem estabilidade e inércia, característica que garante um isolamento térmico inato. A cobertura caracterizava-se por telhado de várias águas, com estrutura em madeira de construção tradicional, e pequenas aberturas ajustadas às necessidades originais de ventilação e iluminação.

Souto de Moura procurou integrar novas infraestruturas, como as instalações sanitárias e os sistemas de aquecimento e ventilação, sem comprometer a estrutura existente, recorrendo a soluções compatíveis com a planta e volumetria originais.

O resultado é uma intervenção que respeita o sistema construtivo vernacular, mantendo a autenticidade da pedra, das proporções e das técnicas tradicionais, enquanto adapta o conjunto a novas exigências de habitabilidade e funcionalidade turística.

Ao analisarmos o corte construtivo, percebemos que o arquiteto mantém as paredes em granito existentes, construindo apenas algumas de forma a servir de platibanda da nova cobertura plana. O isolamento térmico é feito pelo interior da parede existente de granito, sendo depois construída uma parede de tijolo e rebocada em gesso tipo “seral”.

É utilizada uma laje em betão armado que se apoia nas paredes preexistentes de granito. Posteriormente, é aplicada uma manta e granulado de cortiça em articulação com um ripado de madeira maciça, sobre o qual assenta o soalho maciço, pavimento utilizado no piso superior. Ao contrário do que faz no São Lourenço do Barrocal, neste projeto o arquiteto não utiliza tetos falsos, algo que pode ser justificado pelas dimensões e necessidades infraestruturais menores.

Para a varanda, elemento típico vernacular da região, o arquiteto recorre também a uma laje em betão armado apoiada nas paredes preexistentes. É prevista uma camada de forma para a formação de pendentes, isolamento térmico de elevada espessura, telas de impermeabilização, betonilha armada e um calço em borracha neoprene. O deck em madeira maciça de afizélia assenta sobre uma estrutura de barrotes de madeira maciça com dimensões de 80x50 mm. A esta solução acrescenta-se uma guarda e cantoneira em aço, composta por varão e barra, elemento caracterizado pela continuidade para uma pérgula na qual se mantém a materialidade.

O arquiteto opta também pelo aço na fachada oposta, na qual se evidencia uma estrutura possivelmente associada a uma ramada, outro elemento característico da zona. Nesta mesma fachada, são previstas umas escadas com um patamar em pedra

Estrutura e
Infraestrutura

de granito afixado na pedra preexistente, repetindo o aço em barra e varão como guarda.

Estas estruturas em aço, para além de servirem uma função, parecem completar a volumetria e alinhamentos do edifício, muitas vezes sendo prolongadas até à cota inferior (bloco maciço de pedra em contraste com a leveza do aço). O aço surge como elemento de contraste entre o moderno e o vernacular, reforçando a leitura contemporânea da intervenção em oposição à identidade tradicional da preexistência. No piso do rés do chão, o arquiteto utiliza microcimento como revestimento de pavimento, aplicado sobre lajetas em betão armado. Nos pavimentos exteriores, é utilizada calçada em granito.

Nas paredes existentes de granito são introduzidos nichos que integram mobiliário, podendo estes constituir uma solução para resolver problemas e exigências infraestruturais.

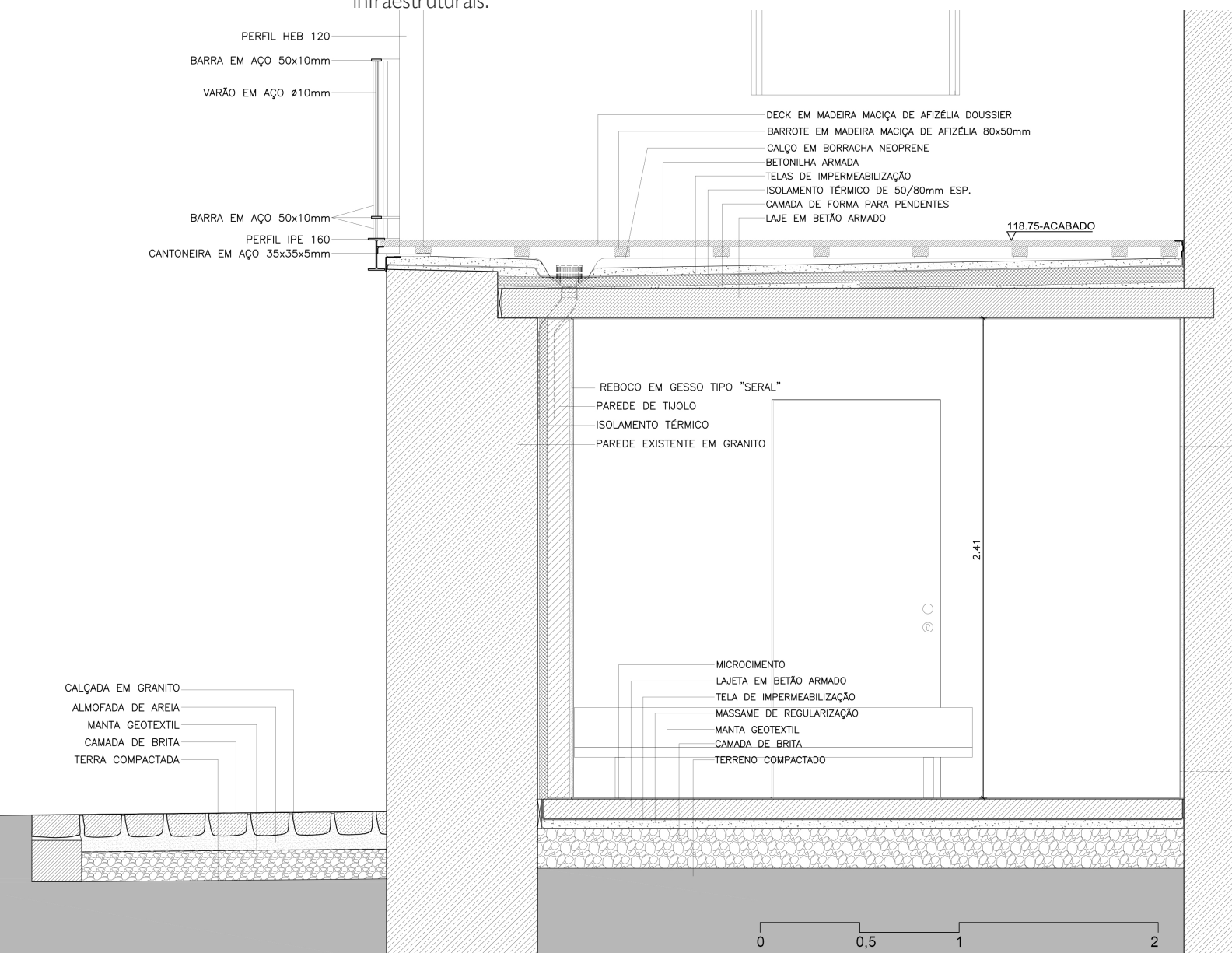


Fig. 107 Corte Construtivo. Zona Interior e Zona Exterior. Quinta do Outeiro.

A intervenção de Eduardo Souto de Moura na Quinta do Outeiro, diferente da evidenciada no caso de estudo anterior, São Lourenço do Barrocal, caracteriza-se por uma abordagem menos contida, uma vez que, apesar de privilegiar a preservação da identidade vernacular, introduz elementos diferentes da identidade da preexistência, como a cobertura plana e os elementos em aço.

Na varanda do piso superior, o arquiteto abre um vão possivelmente para trazer alguma composição ao alçado exterior e manter o contacto visual entre quem a utiliza e a paisagem. O arquiteto não faz mais nenhuma alteração dos vãos no alçado original, exceto pela passagem que introduz entre um espaço interior e a varanda. Para este piso são projetadas duas varandas, que parecem completar a forma da construção original.

A postura de Souto de Moura evidencia um equilíbrio entre preservação e adaptação: o projeto respeita as tradições construtivas locais, mas introduz soluções contemporâneas quando necessário, resultando numa intervenção sensível, funcional e coerente com a história da preexistência.

O discurso do arquiteto evidencia a complexidade da intervenção em preexistências vernaculares, muitas vezes marcada por dúvidas, avanços e recuos. A “hesitação”¹⁸⁹ de Eduardo Souto de Moura entre recuperar a casa agrícola existente ou construir de raiz, utilizando as pedras antigas, reflete o dilema comum deste tipo de projetos: preservar integralmente a preexistência, com todas as suas limitações programáticas e construtivas ou assumir uma intervenção mais radical que, embora apoiada em elementos originais, resulta numa obra nova.

A decisão final de optar por uma construção nova a partir das pedras antigas¹⁹⁰ mostra uma abordagem pragmática que reconhece que “estamos no Séc. XXI”¹⁹¹, mas ainda assim assente no espírito do lugar. Este gesto permite conciliar a continuidade da preexistência vernacular com a necessidade de responder a novas funções e ao novo programa hoteleiro.

¹⁸⁹ “Da nossa hesitação entre recuperar uma casa agrícola, com cortes de animais no r/c, para construir um hotel.” in MOURA, Eduardo Souto de. Porto, 2022.

Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/a-casa/>

¹⁹⁰ “Hesitámos, fizemos maquetes, avançámos, voltamos atrás e decidimos por uma construção nova, com as ditas pedras antigas” ibidem

¹⁹¹ MOURA, Eduardo Souto de. Porto, 2022. Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/a-casa/>

Falar em “justo” em vez de “belo” revela a postura de Souto de Moura na sua prática. O arquiteto, mais do que perseguir a estética, procura o equilíbrio entre passado e presente, entre a identidade vernacular e as exigências contemporâneas. O “justo” traduz-se numa adequação positiva da solução às condições do contexto.¹⁹²



Fig. 108 Fachada. Introdução de um novo vão. Quinta do Outeiro.

¹⁹² “O resultado ficou “justo”. Usamos a palavra “justo” que pertence ao campo da ética, para não dizermos que ficou “bela”, que pertence à estética, e poderá parecer pretensioso” ibidem

Considerações finais

A presente dissertação partiu da arquitetura vernacular enquanto campo de intervenção contemporânea, procurando demonstrar que a adaptação de preexistências desta natureza aos modos de vida atuais pode ser realizada sem comprometer a sua identidade arquitetônica, construtiva e cultural. A articulação entre o enquadramento teórico e a análise crítica de casos de estudo permitiu sustentar a ideia de que o vernacular não deve ser entendido apenas como um legado do passado, mas antes como um conjunto de princípios e saberes capaz de informar o projeto no presente.

A arquitetura vernacular foi entendida como o resultado de um saber empírico acumulado, profundamente enraizado no território, nas condições climáticas, nos materiais disponíveis e nos modos de vida das comunidades que a produziram. Mais do que uma linguagem formal, revelou-se como um sistema coerente de respostas construtivas e espaciais, marcado pela economia de meios, pela adequação funcional e pela relação direta com o lugar. A leitura da diversidade da arquitetura vernacular em Portugal, em particular através do contraste entre contextos do Norte e do Sul, evidenciou a inexistência de um modelo único, reforçando a ideia de que o vernacular se constrói a partir de respostas situadas e dependentes das características de cada região.

A reflexão em torno da relação entre vernacular e contemporaneidade centrou-nos nos desafios associados à intervenção em preexistências vernaculares, como a mudança programática, a introdução de novas infraestruturas e a adequação às exigências de conforto a padrões de desempenho atuais. A aplicação dos enquadramentos legais e regulamentares em vigor, entre os quais se destacam o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), a legislação específica de reabilitação de edifícios, as normas aplicáveis à atividade turística e regulamentos de acessibilidade revelou-se particularmente complexa quando aplicada a edifícios concebidos segundo lógicas construtivas tradicionais, exigindo soluções de projeto que conciliem as exigências normativas com a preservação da identidade da preexistência. Neste contexto, a intervenção em arquitetura vernacular abrange não apenas a reorganização programática, mas também as dimensões estrutural e infraestrutural, abordando temas como a segurança contra incêndios, o conforto acústico, a implementação de redes elétricas e de telecomunicações, instalações hidráulicas e a integração de sistemas de AVAC.

As construções vernaculares, não tendo sido concebidas para responder aos padrões normativos atuais, colocam ao arquiteto um conjunto de questões complexas. Estas exigências, embora difíceis de conciliar com as soluções construtivas tradicionais, não são um obstáculo à continuidade do vernacular, mas sim um campo de desafio que pode gerar soluções capazes de articular tradição e contemporaneidade de forma equilibrada. É nesse contexto que o arquiteto e o projeto assumem um papel mediador, que articula a preservação da identidade da preexistência com as necessidades contemporâneas, pelos regulamentos e pelos padrões técnicos atuais.

Estas questões foram analisadas de forma concreta através do estudo do São Lourenço do Barrocal e da Quinta do Outeiro, projetos de Eduardo Souto de Moura inseridos em contextos territoriais, climáticos e construtivos distintos, mas ambos entendidos como lugares de experimentação, nos quais se testam estratégias de preservação, adaptação e transformação da preexistência vernacular. Apesar das diferenças evidentes entre os dois contextos, ambos os projetos revelam uma abordagem consciente e contida, em que o gesto arquitetónico não procura sobrepor-se, mas antes dialogar com o lugar.

No São Lourenço do Barrocal, localizado no Alentejo, a intervenção parte de um conjunto edificado em estado de ruína, disperso numa paisagem ampla e horizontal. A estratégia adotada baseou-se na recomposição formal, na valorização da leitura de conjunto e da materialidade, preservando os planos exteriores como elementos de continuidade e identidade do lugar. A introdução de sistemas contemporâneos é feita de uma forma discreta, permitindo que o projeto se afirme pela integração na paisagem, mais do que pelo contraste.

Na Quinta do Outeiro, inserida no contexto do Minho, a intervenção incide sobre uma construção em granito estruturalmente consolidada, privilegiando a reorganização interior e a adaptação funcional ao novo uso turístico, mantendo a volumetria e a estrutura existentes. A introdução de novas infraestruturas e de elementos estruturais em aço afirmam a contemporaneidade da intervenção de forma clara, mas sem comprometer o carácter do edificado original.

Enquadrando os casos de estudo nas noções de palimpsesto, inserção e sobreposição, essa leitura revela-se complexa, uma vez que é possível identificar, nos dois casos de estudo, atitudes e estratégias associadas a mais do que um destes conceitos. Tanto no São Lourenço do Barrocal como na Quinta do Outeiro, a intervenção não se limita a uma única lógica operativa, variando entre a inscrição discreta do novo sobre a preexistência e a afirmação clara de elementos contemporâneos. No Barrocal, a recomposição do conjunto e a continuidade material aproximam o projeto de uma lógica de palimpsesto, na qual as diferentes camadas resultam numa leitura unitária,

enquanto na Quinta do Outeiro a introdução de novos elementos estruturais e infraestruturais assume uma atitude mais próxima da inserção, tornando legível a ação do tempo presente, através da introdução de elementos contemporâneos. Ainda assim, em ambos os casos, a noção de sobreposição revela-se particularmente pertinente, uma vez que a intervenção não implica uma transformação radical do edificado, mas antes uma atualização fundamentalmente programática, tecnológica e normativa, indispensável à continuidade do uso contemporâneo. A arquitetura existente não é substituída nem formalmente reconfigurada, sendo antes atravessada por novos sistemas, infraestruturas e exigências regulamentares que se inscrevem sobre a preexistência, mantendo-a como suporte principal do projeto. Esta atitude aproxima-se da forma de intervir defendida por Fernando Távora, na qual a intervenção no existente assenta numa investigação histórica rigorosa e numa leitura crítica do edifício, entendida como condição para a continuidade da sua vida útil.

A comparação entre os dois casos de estudo permitiu reconhecer estratégias de projeto distintas, mas complementares, demonstrando que não existem soluções universais para a intervenção em arquitetura vernacular. Ainda assim, os dois casos de estudo revelam princípios comuns, nomeadamente o respeito pela estrutura e materialidade preexistentes, a valorização da leitura de conjunto e a contenção do gesto arquitetónico.

A leitura destes projetos torna-se mais clara quando confrontada com algumas das principais teorias sobre a intervenção no edificado, permitindo compreender de que forma as opções projetuais adotadas por Eduardo Souto de Moura confirmam ou confrontam outras posições teóricas. Neste sentido, a sua abordagem aproxima-se do pensamento de Viollet-le-Duc, nomeadamente na compreensão da intervenção como um ato necessário e inevitável para a continuidade do edificado. Souto de Moura, tal como defendido pelo teórico, procura não só uma restituição do estado de origem da preexistência, mas também que esta se adapte aos conhecimentos técnicos da altura da intervenção. Tanto no caso do São Lourenço do Barrocal como na Quinta do Outeiro, verifica-se um domínio claro da lógica construtiva da preexistência, que permite intervir não por via da cópia ou do mimetismo, mas através de uma restituição informada, baseada nos instrumentos técnicos e teóricos contemporâneos. Esta atitude é particularmente evidente na Quinta do Outeiro, na qual a introdução de novos elementos é assumida através de diferentes materialidades, tornando a intervenção legível e distinta do preexistente. Já no São Lourenço do Barrocal, a estratégia assenta na continuidade material e na recomposição do conjunto, diluindo a distinção entre o novo e preexistente, acabando a intervenção por ser camuflada. Eduardo Souto de Moura não se inscreve no pensamento anti intervencionista de John Ruskin, que encara a transformação do edificado histórico como um ato de falsificação e qualquer tentativa

de restituição como um fingimento, por apagar os sinais do tempo e substituir a verdade histórica por uma construção artificial do passado. Esta crítica torna-se particularmente relevante no São Lourenço do Barrocal, em que a postura de intervenção do arquiteto pode conduzir a uma leitura de permanência quase intocada, apesar da intervenção realizada. Neste sentido, o projeto aproxima-se daquilo que Ruskin rejeita, ao induzir uma aparente não intervenção. No entanto, tanto no Barrocal como na Quinta do Outeiro, verifica-se uma forte afinidade com outros princípios centrais do pensamento deste autor, como a honestidade dos materiais e o respeito pela memória enquanto testemunho cultural e construtivo. Ainda assim, Souto de Moura afasta-se desta postura mais conservadora ao introduzir novos elementos, infraestruturas e adaptações funcionais como condição necessária para a continuidade do uso contemporâneo, embora também se possa aproximar, se considerarmos que o seu projeto pode ser um ato de conservação através de reparos e reforços estruturais. A valorização das marcas do tempo e da materialidade existente aproxima estes projetos da noção de “pitoresco” defendida por Ruskin, entendida como a qualidade que resulta da ação prolongada do tempo sobre a arquitetura. Neste sentido, o conceito revela-se adequado para descrever a obra de Eduardo Souto de Moura, na medida em que a sua arquitetura não procura apagar os sinais da passagem do tempo, mas integrá-los como parte constitutiva do projeto. A imperfeição e a convivência entre ruína e construção são assumidas como valores expressivos, conferindo aos edifícios uma dimensão temporal que ultrapassa a mera resposta funcional. Embora Souto de Moura não adote uma postura conservadora nos termos defendidos por Ruskin, a sua prática projeta uma arquitetura sensível ao envelhecimento e à memória material, na qual o tempo se torna um elemento ativo da composição e da leitura do espaço.

Neste sentido, a obra de Eduardo Souto de Moura afirma-se como uma referência por demonstrar uma atitude projetual baseada no conhecimento profundo do *genius loci*, não como resposta definitiva aos problemas da intervenção no existente, mas como um campo de experimentação consciente, no qual existem tensões entre preservação, recomposição e transformação. A transformação do existente é encarada como um processo natural e progressivo, em que a ruína, a natureza e a arquitetura se relacionam de forma contínua, permitindo atualizar o passado sem o negar.

No plano das contribuições, esta dissertação reforça o vernacular como um espaço de intervenção no presente, rejeitando a sua redução a uma imagem intacta do passado. Através da análise dos casos de estudo demonstra-se que o equilíbrio entre preservação e adaptação é possível, mesmo perante exigências normativas atuais. Identificam-se, assim, um conjunto de princípios e estratégias estruturais, assentes na manutenção e valorização das estruturas portantes existentes, no reforço pontual sempre que necessário e na introdução de novos elementos estruturais, por vezes identificáveis, por

vezes camuflados, mas sempre compatíveis com a lógica construtiva original; programáticas, baseadas na adaptação funcional dos edifícios a novos usos, privilegiando a reorganização interior sem comprometer a volumetria, a leitura do conjunto edificado e a relação com o lugar; e infraestruturais, que procuram integrar de forma discreta os sistemas técnicos contemporâneos, compatibilizando as exigências regulamentares de conforto, segurança e acessibilidade com a materialidade e o carácter da preexistência. Estes princípios podem contribuir para futuras intervenções em preexistências vernaculares, reforçando a pertinência deste património no contexto contemporâneo.

Importa ainda referir que o presente trabalho teria beneficiado com uma visita ao caso de estudo da Quinta do Outeiro, o que permitiria uma compreensão mais detalhada das relações espaciais, da materialidade e da inserção no lugar, enriquecendo a leitura crítica do projeto e aprofundando a comparação entre os dois casos. Ainda assim, considera-se que a investigação desenvolvida oferece uma base consistente para a reflexão sobre a intervenção em arquitetura vernacular, abrindo caminho a futuros desenvolvimentos e investigações.

Em síntese, esta dissertação sustenta a ideia de que o estudo do passado é uma condição essencial para enfrentar os desafios do futuro. A relação com a arquitetura vernacular não deve ser entendida de forma literal ou mimética, mas como um processo de interpretação dos princípios que lhe deram origem e da sua adaptação às exigências contemporâneas. Neste sentido, o vernacular deixa de ser apenas um testemunho histórico e afirma-se como um instrumento de projeto do presente. Ao arquiteto cabe, assim, uma responsabilidade que ultrapassa a dimensão técnica da intervenção, envolvendo também uma dimensão cultural, social e territorial, na qual reabilitar significa restabelecer relações entre o habitar, a paisagem e a memória dos lugares, projetando o futuro a partir de um conhecimento consciente do passado.

Bibliografia

Arquitectura Popular em Portugal. (1980). 2ª edição. Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa.

Arquitetura Popular em Portugal. Edição da Ordem dos Arquitectos, Lisboa.

ASQUITH, Lindsay. (2006). *Vernacular Architecture in the Twenty-First Century: Theory, Education and Practice*. London: Taylor & Francis.

BAGANHA, José. (2016). *A arquitetura popular dos povoados do Alentejo*. Edições 70, Lisboa.

CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima. (1999). *Construir no Tempo. Building upon time: Souto de Moura, Rafael Moneo e Giorgio Grassi*. Lisboa: Estar Editora.

CORREIA, Mariana. (2007). *Taipa no Alentejo*. Argumentum Edições. Lisboa.

CUTILEIRO, José. (2004). *Ricos e Pobres no Alentejo*. Livros Horizonte.

DOMINGUES, Álvaro. (2011). *Vida no Campo. Equações de Arquitectura*. Porto: Dafne Editora.

ESPOSITO, António. (2003). *A obra e o pormenor in Eduardo Souto de Moura*. Barcelona.

FRAMPTON, Kenneth. (1982). *Towards a critical Regionalism*.

GARCIA, Andreia. (2021). *Architectural notes in review 1: Eduardo Souto de Moura. Architectural Affairs*.

GONÇAVES, Helder; MARIZ GRAÇA, João. (2004). *Conceitos Bioclimáticos para os Edifícios em Portugal*. Lisboa.

MORALES, Ignasi de Solà. (2006). *Intervenciones*. Gustavo Gili, Barcelona.

MOURA, Eduardo Souto de; LOPES, Carlos Nuno Lacerda. (2012). *Eduardo Souto Moura*. Edições CIAMH.

MOURA, Eduardo Souto de. (2001). *Santa Maria do Bouro: Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro: Eduardo Souto de Moura*. Lisboa: White&Blue.

MOURA, Eduardo Souto de. (2018). *Guia de arquitetura: projetos construídos = Architectural guide: built projects: Portugal*. 1ª edição, A+A.

MOURA, Nuno Graça. (2019). *Souto de Moura: Memória, Projectos, Obras*. Associação Casa da Arquitectura.

NUFRIO, Anna. (2008). *Eduardo Souto de Moura: conversas com estudantes*, Barcelona: Gustavo Gili.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga. (1992). *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. 1ª edição, Dom Quixote, Lisboa.

OLIVER, Paul. (1997). *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. 1º e 2º Volume, Cambridge University Press.

PAIS, Paulo. (1994). *Ambição à obra Anónima, numa conversa com Eduardo Souto de Moura*. Editorial Blau.

PRISTA, Pedro. (2014). *Terra Palha Cal, Ensaios de Antropologia sobre Materiais de Construção Vernacular em Portugal*. Argumentum Edições. Lisboa.

RIBEIRO, Orlando. (2013). *Geografia e Civilização- Temas Portugueses*. 3ª edição: Livros Horizonte.

RIBEIRO, Orlando. (2021). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Letra Livre.

RODRIGUES, José Miguel. (2019). Laudatio. *O pensamento arquitetónico de Eduardo Souto de Moura in A fonte*, nº14. Porto.

RUDOLFSKY, Bernard. (1995). *Architecture Without Architects: A short introduction to Non-Pedigreed Architecture*.

RUSKIN, John. (1889). *The Seven Lamps of Architecture*. 6ª edição, Kent.

SCHULZ, Christian Norberg. (2000). *Architecture: presence, language, place*. 1ª ed. Milano: Skira.

SCHULZ, Christian Norberg. (1980). *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*. 1ª edição, Rizzoli, Nova Iorque.

SILVA, Helena Sofia; SANTOS, André. (2011). *Souto de Moura*. Quidnovi.

TÁVORA, Fernando. (1947). *O problema da casa portuguesa*. Cadernos de Arquitectura nº1. Lisboa.

TRIGUEIROS, Luiz. (1996). *Eduardo Souto Moura*. Lisboa: Blau.

TRIGUEIROS, Luiz. (1993). *Fernando Távora*. Lisboa: Blau.

Revistas

2G. N°5. *Eduardo Souto de Moura*. Gustavo Gili. Barcelona, 2009.

El Croquis n°124. *Eduardo Souto de Moura. 1995-2005*. Madrid, 2005

El Croquis n°146. *Eduardo Souto de Moura. 2005-2009*. Madrid, 2009.

El Croquis, n°218. *Eduardo Souto de Moura. 2015-2023*. Madrid, 2023.

TC Cuadernos, n°64. *Eduardo Souto de Moura – Obra recente*. Valência, 2004.

TC Cuadernos, n°138-139. *Eduardo Souto de Moura. Tomo II. Equipamientos y Proyectos Urbanos 2004-2019*.

TC Cuadernos, n°124-125. *Eduardo Souto de Moura. Arquitectura 2005-2016. HABITAR*.

Provas Académicas

ALVES, Ana Rita de Abreu Gomes. *Intervenções no construído. O projecto do Convento das Bernardas de Eduardo Souto de Moura*. Prova Final para Licenciatura em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2008.

ARAÚJO, Tiago Rui Peixoto. *Natura e Artificial na Obra de Eduardo Souto de Moura*. Prova Final para Licenciatura em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2006.

BAPTISTA, Joana Rodrigues da Costa. *Assim nasceu uma Pousada*. Prova Final para Licenciatura em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007.

BARBOSA, Patrício. *A matéria (circunstância) no processo de Eduardo Souto de Moura*. Prova Final para Licenciatura em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2007.

CÂNCIO, Ana Rita Brito Guerra Dinarez. *Entre o Vernacular e o Contemporâneo. Projeto de Reabilitação de uma Herança Rural*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2022

LOPES, Ana Cláudia. Conhecimento e Memória. *Uma reflexão sobre a obra de Eduardo Souto de Moura*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2009.

MONTEIRO, Ana Catarina. *O tema da ruína na obra de Eduardo Souto de Moura. Uma reflexão sobre o valor da memória na prática de projecto*. Prova Final para Licenciatura em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2009.

MOURÃO, Ângela Maria Costa. *A reabilitação como procura de um identidade. Através de duas obras do arquiteto Fernando Távora: A Casa da Quinta da Cavada e a Casa de Pardelhas*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013.

SAMPAIO, Cátia. *Reabilitação e Reconversão de Usos: Santa Maria de Refóios do Lima e Santa Maria do Bouro*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2012.

SILVA, Alexandra. *Intervir no preexistente. A ruína na obra de Eduardo Souto de Moura*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2019.

VALENTIM, Nuno Lopes. *Projeto, património arquitectónico e regulamentação contemporânea. Sobre práticas de reabilitação no edificado corrente*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2015.

Documentos Vídeo

Conferência Continuidade. CCB | Garagem Sul- Souto de Moura

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w9_7vxxXA28&t=4485

Entrevista Eduardo Souto de Moura

Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/souto-moura-aponta-mas-praticas-na-reabilitacao-do-patrimonio_v1533558

INDESEM- Entrevista com Eduardo Souto de Moura

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w3yETDiHq3E>

Projetos recentes | Aula inaugural com Eduardo Souto de Moura

Escola da Cidade

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=UZtuxv991oo>

Entrevista Primeira Pessoa. Eduardo Souto de Moura.

Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p7801/e829386/primeira-pessoa>

Grande Entrevista. Eduardo Souto de Moura.

Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p4258/e349385/grande-entrevista>

Entrevistas

Entrevista a Eduardo Souto de Moura: Duarte Miranda, Henrique Pimental e Pedro Treno. Alunos ARQ

ELECTRA. Entrevista primeira Pessoa. Eduardo Souto Moura. Pedro Levis Bismarck.

Disponível em: <https://electramagazine.fundacaoedp.pt/editions/edicao-22/eduardo-souto-de-moura-e-preciso-imaginar-sisifo-feliz-senao-o-que-fazemos>

Legislação Online

Decretos-Lei

Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto. Aprova o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 226/2005, de 28 de dezembro. Estabelece os procedimentos de aprovação das regras técnicas das instalações eléctricas de baixa tensão. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto. Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março. Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9 de junho. Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de Maio, que aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro. Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio. Define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho. Implementa a medida Simplex+ «Licenciamentos Turísticos+ Simples», alterando o Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto. Estabelece o regime das instalações eléctricas particulares. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho. Estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou fracções autónomas. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro. Estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, transpondo a Diretiva (UE) 2018/844 e parcialmente a Diretiva (UE) 2019/944. Diário da República.

Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro. Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria. Diário da República.

Portarias

Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto. Estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural. Diário da República.

Portaria n.º 358/2009, de 6 de abril. Estabelece os requisitos dos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos. Diário da República.

Portaria n.º 301/2019, de 12 de setembro. Define o método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes. Diário da República.

Portaria n.º 135/2020, de 2 de junho. Alteração ao Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE), aprovado pela Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro. Diário da República.

Regulamentos

Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU). Decreto-Lei n.º 38382, 1951. Diário da República.

Regulamento Geral do Ruído (RGR). Decreto-Lei n.º 9/2007. Diário da República

Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios (RRAE). Decreto-Lei n.º 129/2002. Diário da República.

Índice de Imagens

Figura 1 | Capa livro *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Paul Oliver. 1997. Disponível em *Cambridge University Press & Assessment*.

Figura 2 | Arquitetura Vernacular. Habitação. Bijagós, Guiné-Bissau. *Da autora*, 2025.

Figura 3 | Arquitetura Vernacular. Tijolo em terra. Bijagós, Guiné-Bissau. *Da autora*, 2025.

Figura 4 | Murondins. Le Corbusier.

Disponível em: <https://lecorbusier-worldheritage.org/en/cabanon-de-le-corbusier/>

Figura 5 | Estrutura em betão forrado com tijolo de terra. São Lourenço do Barrocal.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=UZtuxv991oo>

Figura 6 | Espigueiros e Eiras em Granito. *Architecture Without Architects*.

Figura 7 | O Problema da Casa Portuguesa. Cadernos de Arquitetura. Fernando Távora. 1947.

Figura 8 | São Lourenço do Barrocal, antes da intervenção. *Eduardo Souto de Moura*.

Figura 9 | Quinta do Outeiro, antes da intervenção. *Eduardo Souto de Moura*.

Figura 10 | Planta piso superior. Casa de Lavoura. Guimarães. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Figura 11 | Tipologias na Zona Minho. Casa de Lavoura com escada integrada, Casa de Lavoura e Espigueiro em Pedra. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Figura 12 | Casa de Lavoura. Guimarães. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Figura 13 | Planta do Monte da Herdade da Terrosa. Estremoz. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

Figura 14 | Forno. Monte da Herdade da Terrosa. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

Figura 15 | Monte da Cascalheira. Serpa. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

Figura 16 | Fachada em Granito, anterior à intervenção. Quinta do Outeiro. *Eduardo Souto de Moura*.

Figura 17 | Paisagem Zona Minho. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Figura 18 | Taipa. *Da autora*.

Figura 19 | Cozinha no Sul. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

Figura 20 | O papel da mulher na caiação. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Figura 21 | Extraindo o barro, amassando e moldando. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Figura 22 | Aperfeiçoando a moldagem, secagem, o forno. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Figura 23 | Material e utensílios, tijolo em pisos térreo e elevado. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Figura 24 | Revestimento de terraço, forro de cobertura e abobadilha. *Arquitectura Popular em Portugal*.

Figura 25 | Estratégias Bioclimáticas Inverno. Zona I3-V3. *Conceitos Bioclimáticos para os Edifícios em Portugal*.

Figura 26 | Estratégias Bioclimáticas Verão. Zona I3-V3. *Conceitos Bioclimáticos para os Edifícios em Portugal*.

Figura 27 | Estratégias Bioclimáticas Inverno. Zona I3-V2. *Conceitos Bioclimáticos para os Edifícios em Portugal*.

Figura 28 | Estratégias Bioclimáticas Verão. Zona I3-V2. *Conceitos Bioclimáticos para os Edifícios em Portugal*.

Figura 29 | Localização do São Lourenço do Barrocal. Concelho Reguengos de Monsaraz na Zona de Clima I3-V3. *Conceitos Bioclimáticos para os Edifícios em Portugal*.

Figura 30 | Localização da Quinta do Outeiro. Concelho Ponte da Barca na Zona de Clima I3-V2. *Conceitos Bioclimáticos para os Edifícios em Portugal*.

Figura 31 | *Spiritu Loci*. Arquitetura Vernacular. Bijagós, Guiné-Bissau. *Da autora*, 2025.

Figura 32 | Casa dos 24. Enquadramento. Fernando Távora. Disponível em: <https://heritageatlasporto.arq.up.pt/portfolio/antigospacosdoconcelho/>

Figura 33 | Casa dos 24. A pedra e caixilharia em aço. Fernando Távora. Disponível em: <https://heritageatlasporto.arq.up.pt/portfolio/antigospacosdoconcelho/>

Figura 34 | Casa da Quinta da Cavada, Briteiros. Fernando Távora. Disponível em: <https://eumiesawards.com/heritageobject/da-quinta-da-cavada-house/>

Figura 35 | Evolução do conjunto. Casa da Quinta da Cavada, Briteiros. Fernando Távora. Ângela Maria Costa Mourão. A reabilitação como procura de um identidade. Através de duas obras do arquiteto Fernando Távora: A Casa da Quinta da Cavada e a Casa de Pardelhas. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013.

Figura 36 | A varanda, virada a Sul. Casa da Quinta da Cavada. Fernando Távora. Disponível em: <https://www.tumblr.com/elarafritzenwalden/632797161764077568/quinta-em-pardelhas-refurbishment-vila-nova-de>

Figura 37 | O interior. O teto em madeira. A cor como elemento unificador. Disponível em: <https://www.tumblr.com/elarafritzenwalden/632797161764077568/quinta-em-pardelhas-refurbishment-vila-nova-de>

Figura 48 | A cor. A semelhança ao espigueiro. Casa da Quinta da Cavada. Fernando Távora. Disponível em: <https://www.tumblr.com/elarafritzenwalden/632797161764077568/quinta-em-pardelhas-refurbishment-vila-nova-de>

Figura 39 | Casa no Gerês. Souto de Moura. *Manuel Magalhães, Thom Andersen, 2012.* Disponível em: <https://ofhouses.com/post/141940122682/292-eduardo-souto-de-moura-reconversion-of-a>

Figura 40 | Santa Maria do Bouro. Souto de Moura. *Luís Ferreira Alves, Duccio Malagamba, Hisao Suzuki.* Disponível em: <https://arquitecturaviva.com/works/parador-de-santa-maria-de-bouro-2>

Figura 41 | Convento das Bernardas. Souto de Moura. *Luís Ferreira Alves.* Disponível em: <https://arquitecturaviva.com/works/convento-de-las-bernardas-5>

Figura 42 | Museu Grão Vasco. Souto de Moura. *Museu Nacional Grão Vasco.* Disponível em: <https://www.museunacionalgraovasco.gov.pt/?p=4>

Figura 43 | Intervir na Preexistência. Mercado de Braga. Souto de Moura. *Luís Ferreira Alves, Manuel Magalhaes, Duccio Malagamba, Christan Richters.* Disponível em: <https://arquitecturaviva.com/works/mercado-de-caranda-8>

Figura 44 | Ruína em Baião. Souto de Moura. *Thom Andersen.* Disponível em: <https://ofhouses.com/post/150787770104/351-eduardo-souto-de-moura-house-in-baião>

Figura 45 | Ruína Mercado de Braga. Souto de Moura. *Álvaro Olivares*.
Disponível em: <https://www.tccuadernos.com/blog/souto-de-moura-preexistencias/>

Figura 46 | Ruína no Gerês. Souto de Moura. *Álvaro Olivares*.
Disponível em: <https://www.tccuadernos.com/blog/souto-de-moura-preexistencias/>

Figura 47 | Fotografia aérea São Lourenço do Barrocal.
Disponível em: <https://barrocal.pt/pt/estate/about/>

Figura 48 | Fotografia aérea Quinta do Outeiro.
Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/galeria.html#images-63>

Figura 49 | São Lourenço e o Castelo de Monsaraz. *São Lourenço do Barrocal*.

Figura 50 | Oliveira Milenar. *São Lourenço do Barrocal*.

Figura 51 | Preexistência e o Castelo de Monsaraz. *São Lourenço do Barrocal*.

Figura 52 | Cartografia QGIS. São Lourenço do Barrocal. Escala 1:50 000. *Da autora*.

Figura 53 | Conjunto de fotografias. Comunidade, simplicidade, ruralidade. *São Lourenço do Barrocal*.
Disponível em: <https://barrocal.pt/gallery/photos>

Figura 54 | Conjunto de fotografias da preexistência. *Eduardo Souto de Moura*.

Figura 55 | Conjunto de fotografias depois da intervenção. *Da autora*.

Figura 56 | Parede preexistente da Praça de Touros. *Da autora*.

Figura 57 | Parede Pedra Revestida a Cal. *Da autora*.

Figura 58 | Pavimento Interior: Tijolo Baluarte. *Da autora*.

Figura 59 | Calçada Exterior Irregular Mista. *Da autora*.

Figura 60 | Materialidade Piscina. *Da autora*.

Figura 61 | Várias Materialidades. *Da autora*.

Figura 62 | Porta Vermelha. *Da autora*.

Figura 63 | Caixilharia Azul. *Da autora*.

Figura 64 | Implantação. São Lourenço do Barrocal. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 65 | Análise Programa Funcional Piso Térreo. São Lourenço do Barrocal. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 66 | Análise Programa Funcional Piso Superior. São Lourenço do Barrocal. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 67 | Planta Vermelhos e Amarelos Piso Térreo. São Lourenço do Barrocal. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 68 | Planta Vermelhos e Amarelos Piso Superior. São Lourenço do Barrocal. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 69 | A piscina e o Barrocal. *São Lourenço do Barrocal.*
Disponível em: <https://barrocal.pt/gallery/photos>

Figura 70 | Planta e Corte Piscina. São Lourenço do Barrocal. *Eduardo Souto de Moura*

Figura 71 | O Ovil. *São Lourenço do Barrocal.*
Disponível em: <https://barrocal.pt/gallery/photos>

Figura 72 | A Loja. São Lourenço do Barrocal. *Luís Piteira.*
Disponível em: <https://barrocal.pt/gallery/photos>

Figura 73 | O Spa. São Lourenço do Barrocal.
Disponível em: <https://barrocal.pt/spa/>

Figura 74 | O Bar. São Lourenço do Barrocal. *Da autora.*

Figura 75 | O Restaurante. São Lourenço do Barrocal. *Da autora.*

Figura 76 | O Forno. São Lourenço do Barrocal. *Da autora.*

Figura 77 | O Colmeal. São Lourenço do Barrocal. *Da autora.*

Figura 78 | A Praça de Touros. São Lourenço do Barrocal. *Da autora.*

Figura 79 | Esquema Acessibilidade Zona Quarto. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 80 | Esquema Acessibilidade Zona Recepção. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 81 | Esquema Acessibilidade Zona da Casa. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 82 | Corte Construtivo da Zona do Spa. Detalhe zona dos sanitários e pavimento exterior em saibro. São Lourenço do Barrocal. *Eduardo Souto de Moura.*

Figura 83 | Corte Construtivo da Zona do Spa.. São Lourenço do Barrocal. *Eduardo Souto de Moura.*

Figura 84 | Corte Construtivo da Zona da Recepção. São Lourenço do Barrocal. *Eduardo Souto de Moura.*

Figura 85 | Corte Construtivo da Zona de Alojamento. São Lourenço do Barrocal. *Eduardo Souto de Moura.*

Figura 86 | Antes e Depois da Intervenção. Memória, Continuidade, Acréscimo. São Lourenço do Barrocal. *Bienal de Veneza.*

Figura 87 | Vista geral da preexistência.. Quinta do Outeiro. *Eduardo Souto de Moura.*

Figura 88 | Implantação e Topografia. Quinta do Outeiro. *Eduardo Souto de Moura.*

Figura 89 | Arquitetura Vernacular na Zona do Minho. Espigueiro em Pedra. Quinta do Outeiro. *Eduardo Souto de Moura.*

Figura 90 | Materialidade da Preexistência. Quinta do Outeiro. *Eduardo Souto de Moura.*

Figura 91 | Implantação. Quinta do Outeiro. *Da autora.*

Figura 92 | Telhado Preexistência. Quinta do Outeiro. *Eduardo Souto de Moura.*

Figura 93 | Cobertura Plana, depois da intervenção. Quinta do Outeiro.
Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/galeria.html>

Figura 94 | Diferentes Materialidades. Pedra, Madeira e Aço. Quinta do Outeiro.
Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/galeria.html>

Figura 95 | Materialidade no interior. Paredes em Pedra e tetos em betão pintado a branco. Quinta do Outeiro.
Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/galeria.html>

Figura 96 | Elementos em aço em contraste com a pedra existente. Quinta do Outeiro.
Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/galeria.html>

Figura 97 | Sala de Refeições. Quinta do Outeiro.
Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/galeria.html>

Figura 98 | Sala de Estar. Quinta do Outeiro.
Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/galeria.html>

Figura 99 | Quarto. Quinta do Outeiro.
Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/galeria.html>

Figura 100 | Piscina em betão, enquadrada na paisagem.
Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/galeria.html>

Figura 101 | Planta Vermelhos e Amarelos. Piso Térreo. Quinta do Outeiro. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 102 | Planta Vermelhos e Amarelos. Piso Superior. Quinta do Outeiro. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 103 | Análise Programa Funcional Piso Térreo. Quinta do Outeiro. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 104 | Análise Programa Piso Superior. Quinta do Outeiro. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 105 | Esquema Acessibilidade. Entrada no Piso 1. Quinta do Outeiro. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 106 | Esquema Acessibilidade. Entrada no Piso 0. Existência de um degrau. Quinta do Outeiro. *Tratamento gráfico da autora sobre base fornecida pelo projetista.*

Figura 107 | Corte Construtivo. Zona Interior e Zona Exterior. Quinta do Outeiro.
Eduardo Souto de Moura.

Figura 108 | Fachada. Introdução de um novo vão. Quinta do Outeiro.
Disponível em: <https://www.quintadoouteiro.com/galeria.html>

Tabelas

Tabela 1 | Níveis de intervenção e critérios de classificação. Da autora.
Informação disponível na Portaria n.º 301/2019.

Tabela 2 | Níveis de intervenção e medidas ajustadas às componentes de acessibilidade.
Da autora.
Informação disponível na Portaria n.º 301/2019.

Anexos

Blended Intensive Programme (BIP) CULTURA MATERIAL NO ALENTEJO Arquitetura de terra: entre a conservação e a inovação

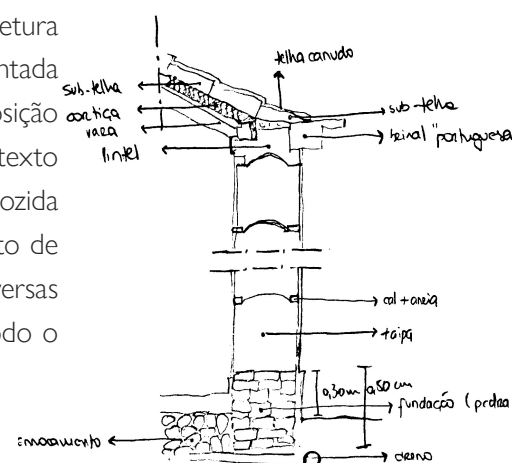
Participação Setembro 2024

Breve descrição

“A identidade arquitetónica do Mediterrâneo, coração da nossa civilização, exige uma análise e uma avaliação aprofundadas para identificar, interpretar, compreender e preservar as suas características, funções, linguagens, tecnologias e imagens específicas, agora distantes da dinâmica de uma contemporaneidade que tudo homogeneiza e aplanar.

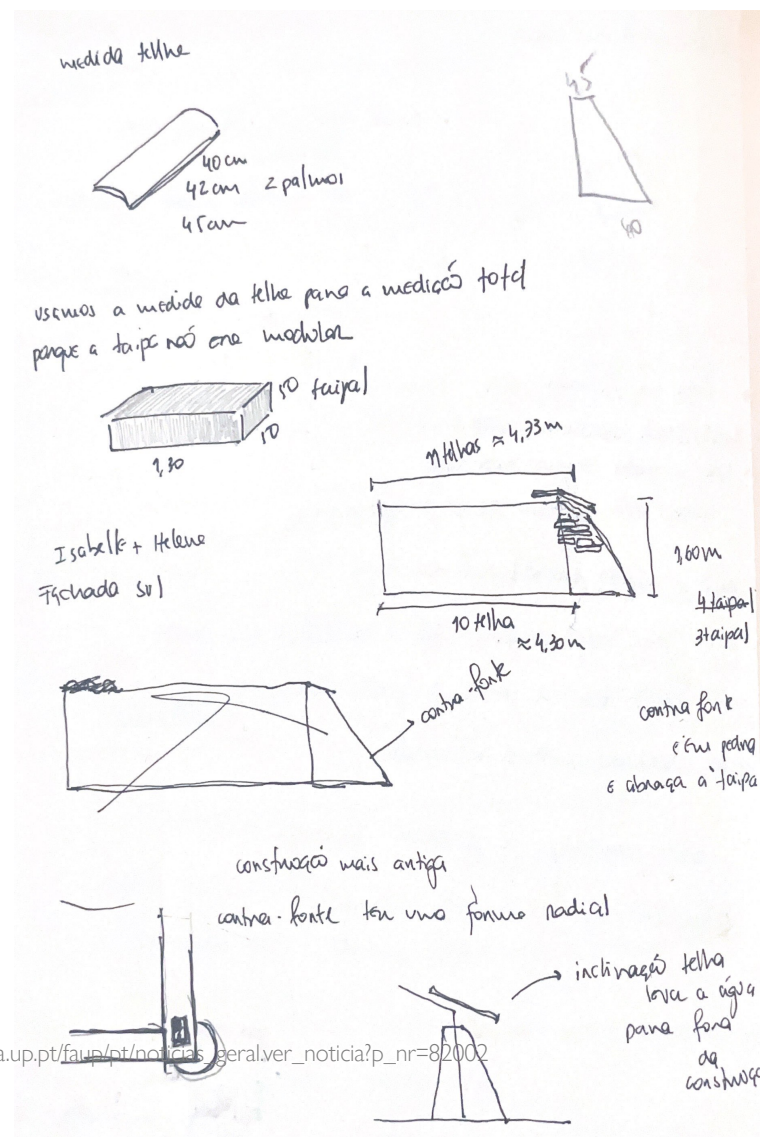
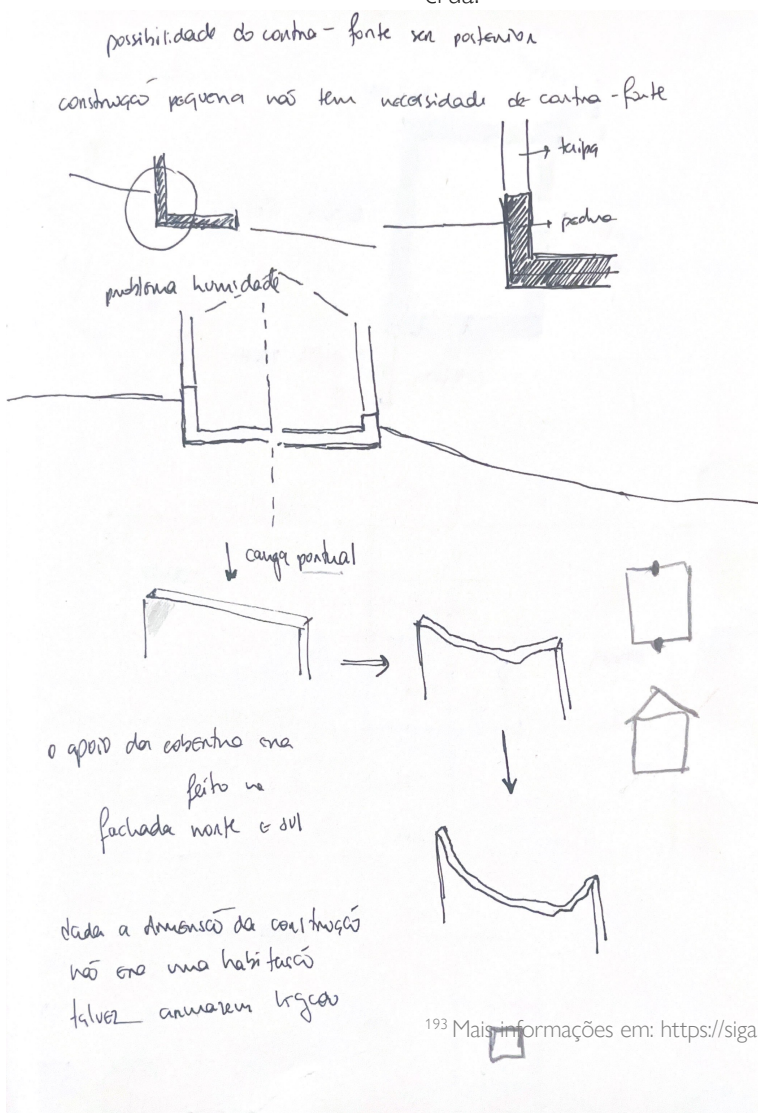
Da arquitetura mediterrânica, importa reconhecer a sua relevância não só como testemunho e memória de uma cultura e de uma linguagem do passado, mas também como evidência de um longo e eficaz processo de adaptação entre povos e territórios, entre edifícios e contextos ambientais específicos; utilizando os recursos locais para a identificação e desenvolvimento de edifícios como sistemas ambientais e construtivos eficientes, com materiais e tecnologias sustentáveis reconhecidos como fiáveis ao longo do tempo. A arquitetura mediterrânica é ainda portadora de soluções válidas para o conforto ambiental e o bem-estar geral, como as associadas ao controlo da ventilação natural; à domesticação da radiação solar pelo jogo entre volumes, elementos construtivos particulares e vegetação; à massa e à inércia térmica para o amortecimento térmico; que são fortemente presentes nas construções contemporâneas destinadas a limitar o consumo de energia para aquecimento e arrefecimento.

De facto, para nós, hoje, este importante património representa também o testemunho de uma forma eficaz de abordar os problemas de construção; o atestado de soluções técnicas simples e fiáveis, comprovadas por uma longa experimentação que levou à sedimentação de costumes de construção que desempenharam um papel importante na determinação da identidade dos lugares e das paisagens. Nesta visão, a arquitetura mediterrânica é proposta como instrumento fundamental de uma pedagogia orientada para a procura do essencial, para a economia dos recursos e para uma oposição rigorosa, e mesmo ética, ao desperdício e à exploração dos territórios. No contexto da arquitetura mediterrânica, as construções em terra crua, feitas com terra não cozida adicionada de agregados, assumem um papel absolutamente relevante: o produto de uma grande acumulação de culturas materiais de construção de edifícios. As diversas técnicas de terra crua estão difundidas em todo o Mediterrâneo, permitindo todo o



tipo de construções desde pequenas casas até estruturas defensivas e partes de cidades de dimensões consideráveis.

A qualidade destas construções, devido à sua estabilidade e durabilidade mas também às suas características linguísticas e espaciais, foram sempre garantidas pela constância das técnicas de construção assente num saber-fazer secular. As construções em terra crua são hoje um importante objeto de estudo, não só para documentar a sua difusão e das características técnicas associadas, mas também para determinar os métodos de conservação mais adequados e as perspetivas de novas utilizações. No Sul de Portugal, através da taipa ou do adobe, esse modo construtivo está também presente, sobretudo sob a forma de habitações, moldando aldeias e povoações, testemunhando um passado que reflete o uso racional dos recursos e o espírito do lugar. O laboratório organizado pela FAUP em setembro de 2024 centrará as suas atividades de conhecimento, descrição e conceção previstas neste tipo específico de construção de edifícios: a terra crua.¹⁹³

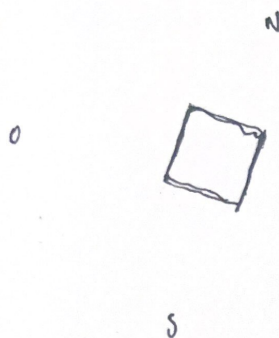


¹⁹³ Mais informações em: https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=82002



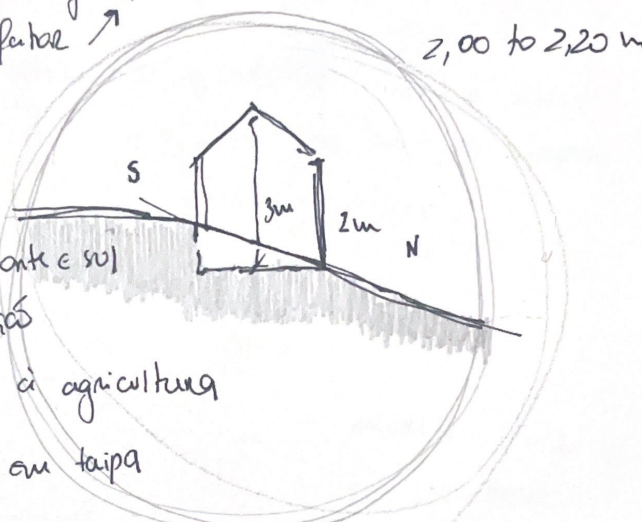
Visita ruína em estudo

11/09/2024
cavalinho



→ Paredes norte e sul em pior estado conservação

→ Paredes oeste melhor estado conservação (vegetação)
fundo



→ Paredes na fachada oeste
→ Possibilidade aberturas paredes norte e sul
→ Não se trata de uma habitação
talvez um pequeno apoio à agricultura

→ Fácil e rápida reconstrução em taipa

→ ruína tem todos os sinais de ser construção em taipa

→ construção + pequena terra + água

→ menos aberturas, melhor isolamento

anexo construção é posterior final séc XIX/XX

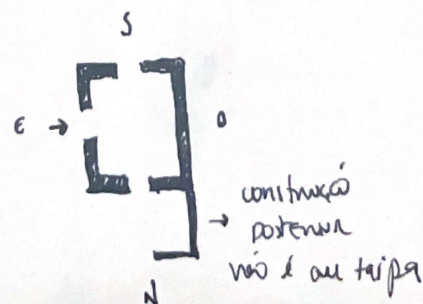
diferentes telhas

telha manselha

telha canudo (época romana)

medida taipa 1,30 m taipa 1,50 m

método ancaico
não há um sistema





A Ruína





